

ESCOLA PÚBLICA: PROJETOS E
PRÁTICAS COLETIVAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

RELATÓRIO DE PESQUISA

Elie George Guimarães Ghanem Júnior

São Paulo/1985

S U M Á R I O

I. INTRODUÇÃO.....	01
II. BREVE HISTÓRICO E PROPOSTA DO PROJETO FIM-DE-SEMANA	04
III. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	07
1. Programa de Estudos	07
2. Levantamento de Dados por Escola	07
3. Entrevistas com os Técnicos	08
4. A Seleção dos Bairros e Escolas Visitadas ..	11
5. As Visitas aos Bairros e Escolas	13
IV. AS CONDIÇÕES EM QUE OCORREU A INVESTIGAÇÃO	14
V. O QUADRO TEÓRICO QUE INFORMOU A PESQUISA	16
VI. CARACTERÍSTICAS DO PROJETO FIM-DE-SEMANA POR ESCOLA.....	20
VII. INFERÊNCIAS, INDAGAÇÕES E PROPOSTA DE DE CONTINUIDADE	49
VIII. ANEXOS	51

I. INTRODUÇÃO

Apresentamos neste relatório o conjunto das a t i v i d a d e s u a s preocupações fundamentais de nosso trabalho de iniciação científica, no âmbito da pesquisa ESCOLA PÚBLICA: PROJÉTOS E PRÁTICAS COLETIVAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS; de responsabilidade da professora Marília Pontes Spósito, cujá intenção é investigar e analisar os conteúdos dos projetos educativos das classes populares urbanas, de sua prática política nos movimentos sociais e das alternativas que essas classes possam apresentar para a superação dos problemas atuais que caracterizam a escola pública.

Para atingir tais objetivos ficou proposto:

1. Traçar uma radiografia das principais lutas populares ocorridas em torno da escola pública, a partir da década de 70 na periferia urbana de São Paulo, privilegiando a análise das mobilizações pela permanência e pela melhoria da qualidade do ensino.
2. Investigar em três áreas da periferia da cidade:
 - O conteúdo das representações populares diante da escola, dando ênfase à questão da permanência e da qualidade do ensino;
 - versão popular do conceito de participação, tendo em vista a democratização da escola pública;
 - as práticas coletivas que exprimem as formas como os grupos populares estão concebendo a luta pela permanência e a realização de uma escola mais adequada a seus interesses;
3. Confrontar esses projetos e práticas produzidos no interior da classe trabalhadora com orientações que o Estado, intelectuais, Partidos e Igreja têm levado para esses setores, tendo em vista a sua participação no processo de democratização do ensino público.

Como objetivos específicos tinham sido estabelecidos:

1. Reconstruir a história dos movimentos por educação a partir da década de 70 na periferia de São Paulo, mediante levantamento das comunidades que mantêm programas de integração com escolas da rede municipal de ensino.
2. Sistematizar as informações obtidas segundo os seguintes critérios:
 - origem do movimento no bairro;
 - principais mobilizações;
 - formas de organização;
 - mecanismos acionados para o encaminhamento de reivindicações;
 - expectativas do movimento popular frente à possibilidade de integração com a escola.

Justificam-se essas propostas de trabalho, na medida em que a Secretaria de Educação tem desenvolvido, através de sua Divisão de Programas de Atividades Especiais, uma experiência de abertura da escola para a comunidade, que é um dos elementos para a radiografia dos movimentos sociais por educação observados na cidade de São Paulo.

Essa iniciativa da Secretaria toma forma no PROJETO FIM-DE-SEMANA que, instalado em 1983, tem possibilitado que a comunidade ocupe o espaço físico da unidade, a partir de seus próprios interesses e necessidades. Um conjunto significativo de informações poderia ser levantado com essa experiência de integração, colaborando para a reconstituição da trajetória dos movimentos por educação.

A proposta que constava do projeto original da pesquisa era de examinar as características da participação popular a partir do trabalho da Secretaria Municipal de Educação nos bairros e escolas de Zona Sul e da Zona Oeste da cidade. A magnitude dessas tarefas era

desproporcional ao prazo de um semestre, período em que foi concedida a bolsa, dado que o pedido que fizemos foi prevendo um ano para a sua realização. Dessa forma, circunscrevemos nossas pretensões à Zona Sul. Entretanto, a prática da pesquisa e a riqueza de dados e questões para a análise que ela suscitou, fazem com que persista o enorme interesse pela continuidade do trabalho.

II. BREVE HISTÓRICO E A PROPOSTA DO PROJETO FIM-DE-SEMANA (*)

A Divisão de Programas e Atividades Especiais, subordinada à Superintendência Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, sempre esteve voltada para as atividades extra-classe. Inicialmente desenvolvia programas mais relacionados com as atividades artísticas, que foram tomando vulto, e toda a programação era voltada para grandes eventos, utilizando alunos das unidades escolares: comemorações variadas, desfiles nas datas cívicas, montagem de grandes espetáculos, formação de fanfarras etc. As atividades da Divisão eram supérfluas e de tênue ligação com as atividades educacionais.

Os que estavam à frente desse órgão até 1983 acreditavam que ele estava promovendo a escola, mostrando o que havia de melhor no ensino municipal. As questões educacionais deveriam ser preocupação das unidades escolares e dos órgãos de planejamento.

A diminuição gradativa e sistemática dos orçamentos para a educação e as prioridades da Escola Pública tornavam sem sentido o desenvolvimento daquele tipo de atividades. Desta forma, foram revistas as funções da Divisão e procurou-se estabelecer relações entre suas atividades e as questões da educação.

Reconhecendo que existe uma crescente aspiração da população em participar mais diretamente da escola e verificando uma constante reivindicação de utilização do prédio escolar como espaço de lazer e outras atividades de interesse da comunidade, a Secretaria, através da Divisão de Programas, colocou as unidades escolares, ociosas fora de suas funções pedagógicas, à disposição da população.

Para isso, seria necessário que as pessoas se organizassem fazendo com que o espaço da escola fosse uma

(*) Este histórico foi feito a partir de documentos fornecidos pela Divisão de Programas e Atividades Especiais/SME/PMSP.

conquista, resultante de um processo de conscientização da comunidade de seus direitos e responsabilidades. Além disso, o grau de organização da comunidade e sua participação crescente fariam com que este processo assumisse caráter irreversível. Nesse processo, escola e comunidade se aproximariam, integrando-se passo a passo, pensando juntas questões de interesse da comunidade e da escola. Aqui residiria a diferença entre o autoritarismo e a democracia, na concepção dos responsáveis por essa linha de atuação.

O espírito que deveria estar presente em todos os trabalhos da Divisão é o de auxiliar a escola na formação dos alunos, capacitando-os a refletir melhor na realidade em que vivem, integrando cada vez mais escola e comunidade, que estiveram distantes durante muito tempo.

O PROJETO FIM-DE-SEMANA na escola foi considerado o "carro chefe" da Divisão de Programas (*). Na busca de soluções para os altos custos das atividades de lazer, que excluem as populações carentes, foram feitas diversas propostas de organização de eventos por parte de algumas entidades que compunham o Conselho de Lazer da Cidade da Cidade de São Paulo. A descontinuidade e a falta de sistematização dessas atividades foram fatores que demonstraram a necessidade do PROJETO.

Procurou-se traduzir com essa medida uma política de atendimento aos anseios e necessidades da comunidade, que vai desde a abertura dos espaços físicos até o acompanhamento e apoio para a concretização de propostas da população, acreditando que o PROJETO FIM-DE-SEMANA fosse um meio eficiente para se alcançar a integração entre a escola e a comunidade, objetivo maior da Divisão.

Em 1983, em agosto, 39 das 504 escolas municipais se inscreveram para participar do PROJETO. Nessa fa

(*) Há, além do FIM-DE-SEMANA, o PROJETO DE CINEMA NAS ESCOLAS, de TEATRO DE FANTOCHES, DE HORTAS E JARDINS, cursos rápidos de FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA, CAMPEONATOS ESCOLARES e o PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO ÀS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES, CENTROS CÍVICOS ESCOLARES E CONSELHOS DE ESCOLA.

se, ainda ocorriam eventos esporádicos no fim-de-semana que, apesar de contarem com a participação de pessoas da comunidade na sua organização, não tinham objetivo integrador.

No ano de 1984, já com 78 escolas inscritas, a Divisão passou por um processo interno de reformulação, no sentido de assegurar a concretização dos objetivos do PROJETO. As festas deram lugar a atividades sistematizadas, agora propostas pela comunidade, cujo grau de organização é o que determina o modo pelo qual elas se desenvolvem: periodicidade, intensidade, duração, quantidade e continuidade.

Entendidas como atividades-meio, no processo de sua organização dar-se-ia a aproximação entre escola e comunidade: recuperando o diálogo, a integração entre ambas se viabilizaria.

A Divisão propôs ainda a recuperação do papel das instituições auxiliares da escola. Se os Conselhos de Escola, Associações de Pais e Mestres e Centros Cívicos Escolares funcionassem com todo o seu potencial, não seria necessário haver um projeto para a integração entre a escola e a comunidade. Recuperá-las seria torná-las conhecidas em toda a sua amplitude pela comunidade, que só assim poderia participar junto à escola, sendo tais instituições auxiliares legitimadas, enquanto efetivamente representativas de todos os seus membros. Nessa trajetória, a integração escola-comunidade estaria avançando e o PROJETO FIM-DE-SEMANA deixando de ser necessário.

Em 1985 o número de escolas atendidas foi ampliado para 107, sendo mantidas as diretrizes e objetivos propostos em 1984. O retorno positivo de todo esse esforço seria dado com uma maior contribuição da comunidade nas questões escolares enquanto pais e cidadãos, na mesma medida a melhoria da qualidade do serviço prestado pela escola pública ocorreria, diminuindo a distância existente entre a educação que é levada às camadas populares e os seus reais interesses.

III. AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. Programa de Estudos

Durante o período em que foram realizadas as atividades de pesquisa desenvolvemos um programa de estudos, através de leituras e seminários, utilizando-nos de textos de autores nacionais e estrangeiros, cuja temática básica referia-se aos movimentos sociais e lutas reivindicatórias urbanas, tendo em vista a composição de um suporte teórico mais nítido, que referenciasse a investigação.

Textos trabalhados:

- a. TOPALOV, Christian. La urbanización capitalista. México Editorial, Edicol México, Colección Diseño: Ruptura y alternativas, 1979.
- b. CASTELLS, Manuel. Cidade, democracia e socialismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- c. ALVARADO, Luis. Notas sobre las perspectivas en el analisis de las luchas reivindicativas urbanas. Guatemala, Septiembre, 1979.
- d. SILVA, Luiz Antonio Machado da & ZICCARDI, Alicia. Notas para uma discussão dos "movimentos sociais urbanos". Belo Horizonte, outubro, 1979.
- e. CARDOSO, Ruth C.L. "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico". In: Sociedade e Política no Brasil Pós-64, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- f. KOWARICK, Lúcio. Os caminhos do encontro; as lutas sociais em São Paulo na década de 70. In: Revista Presença nº 2, Editora Caetés, São Paulo, 1984.

2. Levantamento de Dados por Escola

Foram lidos e analisados todos os relatórios feitos pelos técnicos da Divisão de Programas e Atividades Especiais, responsáveis pelo PROJETO FIM-DE-SEMANA nas

escolas da Zonas Sul de São Paulo e selecionados dados relevantes para a pesquisa, que foram registrados em fichas por escola, elaboradas para a organização de informações úteis para a escolha dos bairros e escolas que seriam visitadas no trabalho de campo.

Constavam das fichas (*) os seguintes dados:

- nome e endereço da escola;
- período em que participou do PROJETO FIM-DE-SEMANA;
- tipo de programação;
- envolvimento da escola;
- instituições do bairro;
- lideranças;
- outras observações.

São 28 (vinte e oito) escolas da Zona Sul inscritas no PROJETO FIM-DE-SEMANA:

- 07 (sete) escolas da região de Vila Mariana;
- 07 (sete) escolas da região de Campo Limpo;
- 14 (quatorze) escolas da região de Santo Amaro.

3. Entrevistas com os Técnicos (**)

Foram entrevistadas 13 (treze) técnicos, funcionários da Divisão de Programas e Atividades Especiais, da Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de esclarecer-nos seus pontos de vista a respeito de temas como:

- as relações entre escola e comunidade;
- a participação da população na escola pública;

(*) Ver anexo nº 01.

(**) Essas entrevistas foram gravadas em fitas, num total de sete horas de gravação.

- a proposta do Estado para essa participação;
- a proposta específica de participação desenvolvida pela Divisão de Programas.

Também através dessas entrevistas foi possível colher elementos para esboçar um perfil dos técnicos, além de outros detalhes sobre o PROJETO FIM-DE-SEMANA em cada escola atendida por eles, as características da população local, suas organizações, lutas e expectativas quanto à escola e ao PROJETO, a conduta dos profissionais e diretores das escolas, bem como informações úteis, orientações e contatos para a pesquisa de campo.

Esboço do Perfil dos Técnicos

Dos treze técnicos entrevistados, três são homens. Seis estão na faixa de 40 a 46 anos, quatro estão entre 23 e 28 anos e três possuem entre 35 e 37 anos. Todos têm escolaridade de nível superior, principalmente em cursos de Educação Artística e Educação Física, havendo também formados em Geografia, Letras e Pedagogia. Quase todos são professores há bastante tempo, comissionados para trabalhos na Divisão de Programs, e apenas três nunca tiveram contato com a rede pública municipal de ensino, até março de 1985.

A maioria tem uma visão muito otimista das potencialidades da integração escola-comunidade. É consensual a idéia de que ela se constitui fatalmente em fator de melhoria do ensino, porque os pais podem colaborar diretamente no processo educativo em que a escola envolve seus filhos, quando enxergam a escola como algo que não está fechado e distante.

A imagem do PROJETO que fazem é a de uma utopia, um sonho, que faria com que os alunos da escola pública fossem bem tratados, sem a impessoalidade característica de um órgão burocrático. O PROJETO seria um meio

entre vários, para realizar a abertura, a democratização, a humanização e desmistificação da escola.

O empirismo e a falta de experiência anterior são aspectos dos quais os técnicos se ressentem muito. O convite para esse trabalho foi feito de forma resumida e envolvido de certo encanto, pelo fato de serem profissionais, técnicos, assumindo junto com a população a perspectiva de acabar com a escola autoritária, contribuindo com seus conhecimentos. Viram que era um universo muito mais complexo do que imaginavam e estão forjando sua experiência e seus caminhos de atuação.

Consideram a proposta avançada e que seus resultados só aparecerão a médio e longo prazo, se for garantida sua continuidade. Por isso têm muito receio que a alteração da política educacional municipal anule o trabalho realizado, que querem garantir independentemente da posição partidária que esteja no governo. Para eles a escola não leva em conta as características específicas sócio-econômicas e culturais da população que atende, fazendo dela uma imagem que não correspondente à realidade. Por outro lado, não pode pretender integrar-se à comunidade se isso não acontece internamente. As equipes técnico-administrativas e os professores têm medo que os funcionários da Divisão façam uma investigação e um julgamento do funcionamento da escola e, quando é proposta a discussão justamente sobre isso, a escola se fecha. Mas acreditam que trabalhar a equipe técnico-administrativa para atingir os professores, sem deixar de estimular a presença da comunidade, é a única forma de melhorar as escolas e resolver seus problemas.

Uma dupla de técnicas pensa estar despendendo um grande esforço pessoal e profissional sem saber as consequências, ou se haverá conseqüências. Estão abandonando o PROJETO, preferindo atuar politicamente em outras instâncias da sociedade civil. Queixando-se da falta de respaldo dos outros órgãos administrativos e de planejamento

da Secretaria, que são omissos quanto às atividades extra-classe. Crêem que com o PROJETO alguma crítica foi levantada, conflitos começaram a se explicitar e na prática caíram os argumentos, muito comuns entre diretores e professores, de que não era possível franquear os espaços da escola para atividades da população, sem ameaça à integridade física das pessoas e ao patrimônio.

Notam todos que a comunidade se interessa pelos problemas escolares e pela educação dos filhos, mas funcionários, professores e diretores de escolas trabalham contra: as mães têm medo que seus filhos sofram perseguições em consequência de críticas, "a nota é uma arma muito poderosa".

Preocupa muito aos técnicos essa resistência que os profissionais da escola oferecem, porque quem a gere ou exerce atividade docente acaba não se integrando e a sua atuação permanece a mesma. De modo que o uso dos prédios públicos escolares nos finais da semana corre o risco de não avançar para uma influência na qualidade da ação educacional. Evitar esse risco, entretanto, é um desafio para os técnicos, que ainda têm uma visão muito vaga e confusa sobre essas questões.

A instabilidade com que o trabalho progride forma expectativas que frequentemente se frustam. Acreditam que a comunidade não está preparada para "entrar na escola", achar que a escola é realmente dela. Para os técnicos "o difícil é a comunidade perceber que tem força reivindicatória. Precisa ter uma liderança, gente disponível, disposta a lutar".

4. A Seleção dos Bairros e Escolas Visitados

Com os dados obtidos através dos relatórios dos técnicos da Divisão de Programas e das entrevistas que concederam, foi montado um quadro de escolas^(*), que

(*) Ver anexo nº 02.

numa primeira análise indicou:

- a. Instalação do PROJETO só por professores e equipes técnicas das escolas.
- b. Escolas inscritas mas sem instalação ou continuidade do PROJETO FIM-DE-SEMANA.
- c. Instalação do PROJETO contando com membros da comunidade.

Verificou-se que em 09 (nove) dentre as 28 (vinte e oito) escolas da Zona Sul - um grupo significativo, portanto - o PROJETO FIM-DE-SEMANA era incipiente e não havia dados mais esclarecedores. A primeira proposta de tipologia que surgiu foi a seguinte:

- a. PROJETO FIM-DE-SEMANA induzido, sem envolvimento da comunidade.
- b. PROJETO FIM-DE-SEMANA induzido, com envolvimento da Associação de Pais e Mestres;
- c. PROJETO FIM-DE-SEMANA induzido, com envolvimento de um organismo do bairro.

Para escolher as escolas que seriam observadas no trabalho de campo resolvemos:

- a. Excluir as escolas mais centrais que, pelas informações de que dispúnhamos, a comunidade não se envolvia com o PROJETO FIM-DE-SEMANA por ter outras alternativas de lazer.
- b. Excluir as nove escolas em que o PROJETO era incipiente e não havia dados que justificassem a sua escolha.

Assim sendo, estabelecemos as quatorze escolas (metade do total de inscritas) que seriam visitadas nos meses de outubro e novembro.

São as seguintes:

01. EMPG. "Almirante Ary Parreiras" - AR/VM
02. EMPG. "Alferes Tiradentes" - AR/SA
03. EMPG. "Isabel Vieira Ferreira" - AR/SA
04. EMPG. "João de Deus Cardoso de Mello" - AR/SA
05. EMPG. "Mário Moura Albuquerque" - AR/SA
06. EMPG. "Antenor Nascentes" - AR/SA
07. EMPG. "Manoel de Abreu" - AR/SA
08. EMPG. "Plácido de Castro" - AR/SA
09. EMEI. "Jardim Nakamura" - AR/CL
10. EMPG. "Palimércio de Rezende" - AR/CL
11. EMPG. "Jorge Americano" - AR/CL
12. EMPG. "Zulmira Carvalheiro Faustino" - AR/CL
13. EMPG. "Olegário Mariano" - AR/VM
14. EMPG. "Antonio Sampaio Dória" - AR/VM

05. As visitas aos Bairros e Escolas

Das quatorze escolas selecionadas somente foi possível pesquisar efetivamente dez, dada a exigüidade do tempo e as dificuldades que alinharemos adiante. Elaboramos um roteiro para as entrevistas (*) com pessoas da comunidade relacionadas com a escola e com o PROJETO FIM-DE-SEMANA, constando dos seguintes pontos:

- a. Panorama dos problemas, lutas, organizações e movimentos do bairro.
- b. Questões e lutas especificamente relativas à educação.
- c. Origem, avaliação e expectativas quanto ao PROJETO FIM-DE-SEMANA.

(*) As entrevistas com pessoas das comunidades que realizamos somam cerca de 10 horas de fitas gravadas.

IV. AS CONDIÇÕES EM QUE OCORREU A INVESTIGAÇÃO

A primeira dificuldade surgiu ao lidarmos com os relatórios dos técnicos. Os dados sobre as escolas, comunidade e o andamento do trabalho, na maior parte das vezes, estavam embutidos em afirmações e expectativas extensas mas, vagamente fundamentadas, quando não faltavam relatórios ou os dados que apresentavam eram irrelevantes para a pesquisa, além de não constarem explicações sobre as causas do sucesso ou não do PROJETO em cada escola.

Também não foi simples fazer contato com os técnicos, muitos são professores ou exercem outras atividades, devem comparecer uma vez por semana para reunir-se na Divisão de Programas, mas nem sempre isso ocorre, e dispõem de poucas alternativas de horário para conceder entrevistas.

A indicação de pessoas da comunidade que poderiam ser entrevistadas foi solicitada aos técnicos, mas aquelas pessoas muitas vezes não tinham telefone e foi necessário procurá-las no bairro, em certos casos sem saber os endereços ou o horário em que se poderia encontrá-las. Também foi solicitado aos técnicos que introduzissem as pessoas no assunto, de forma que elas ficassem mais à vontade para concederem as entrevistas. Sabendo da finalidade e idoneidade do trabalho, poderiam falar com mais objetividade sobre os temas de interesse da pesquisa. Mas essa apresentação prévia nem sempre acontecia, ou em entrevistas marcadas por intermédio dos técnicos, as pessoas que seriam entrevistadas não compareciam, seja porque não foram avisadas, seja por causa de algum compromisso imprevisto.

O transporte foi outro obstáculo à agilidade do trabalho. Os ônibus das linhas que servem as regiões periféricas são poucos, em menor quantidade nos horários em que visitamos os bairros e a distância aumenta o tempo para deslocamento até os locais de pesquisa.

Sentimos receio e desconfiança em alguns militantes de movimentos nos bairros, o que ocasionou respostas lacônicas ou a adiamento de entrevistas. O controle exercido pela direção da EMPG. "Isabel Vieira Ferreira" sobre as mães participantes do PROJETO FIM-DE-SEMANA é tão grande que, criando empecilhos, provocou medo, a entrevista marcada foi adiada e posteriormente cancelada por elas.

V. O QUADRO TEÓRICO QUE INFORMOU A PESQUISA

Do programa de estudos que realizamos, apresentamos a seguir uma rápida síntese. Esses estudos imprimam maior nitidez à problemática relativa à nossa pesquisa.

Iniciamos com o texto de Christian Topalov, cujo enfoque se identifica com a nova sociologia urbana francesa, que surge a partir da década de 60, incorporando aspectos concernentes às relações sociais de produção e às forças produtivas. Para analisar a crise urbana o autor define a cidade como forma de socialização das forças produtivas, exigida pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, que cria as condições gerais de reprodução ampliada do capital. Esta socialização capitalista está em contradição com as relações de produção capitalistas, baseadas na propriedade privada dos meios de produção.

Essas condições gerais dizem respeito à produção e circulação do valor, feita com economia de capital pela concentração espacial das unidades de produção. Dizem respeito, por outro lado, à reprodução do que cria valor: a força de trabalho.

Descreve como a crise das condições gerais se transforma em crises dos aparatos estatais que estão mais ligados ao fornecimento de equipamentos coletivos de consumo: as autoridades locais. Nesse quadro inscreve o surgimento de reivindicações novas e conflitos sociais.

O texto trabalhado em seguida foi a obra de Castells, obrigatória nos estudos de sociologia urbana, em que se apresenta a trajetória das lutas reivindicativas a partir da eclosão da crise urbana em Madrid. Faz uma análise concreta da experiência dos bairros, precedida de um panorama geral da relação entre o movimento cidadão e a problemática econômica e política do capitalismo avançado, mostrando todo o potencial político e a riqueza daquele movimento na luta pela democratização da Espanha.

Seus estudos de caso expõem em detalhe as características dessa manifestação social multifacetada e as questões metodológicas envolvidas em suas investigações.

Apontando os desafios que o fenômeno dos movimentos sociais urbanos coloca para as forças políticas de esquerda, particularmente diante de seu caráter policlassista - visto com conotação positiva - indica implicações profundas na definição das estratégias a médio e longo prazo das formas de representação política dos dominados.

Com Alvarado, vimos que o próprio tema dos movimentos sociais urbanos tem um desenvolvimento muito recente nas preocupações da sociologia urbana, fato que o autor procura explicar e, para tanto, procede a uma classificação dos enfoques matrizes que têm dominado a produção sociológica, assinalando porque tais enfoques são "incapazes" de desvelar a problemática dos movimentos sociais urbanos. Conforme o autor guatemalteco, com o aparecimento atual de novas discussões em torno da teoria das classes sociais e do estudo da economia política do desenvolvimento capitalista, recuperou-se, nos enfoques classistas, a preocupação com a "fenomenologia urbana", onde se tende a outorgar-lhe um estatuto teórico adequado, no contexto da análise classista da sociedade.

Machado e Ziccardi destacam a precariedade teórica dos estudos que pretendem explicar a aparição, desenvolvimento e efeitos dos movimentos sociais urbanos. Discutem também suas possibilidades e limitações, como formas de organização e luta no interior dos processos de mudança social.

Fazem uma breve síntese das tendências e preocupações que apresentou a sociologia urbana latino-americana, com a qual o tema dos movimentos sociais urbanos se articula numa linha de continuidade e, em seguida, discutem as questões mencionadas a partir das definições correntemente aceitas do que sejam os chamados movimentos so

ciais urbanos.

Chamam a atenção para questões como a validade de se agrupar experiências, sem qualificações cuidadosas, em função de um único critério: reivindicações de bens de consumo coletivo. Quais são os mecanismos e de que forma as "contradições urbanas" se transformam em reivindicações? Como captar na análise a presença do capital privado (às vezes estrangeiro), além do Estado, na gestão dos bens de consumo coletivo? Também o fato de o Estado ser interlocutor desses movimentos não lhes conferir especificidade. Ou o problema, para nós de grande importância, da tendência das análises a opor organização e espontaneísmo.

No balanço crítico dos movimentos sociais urbanos feito por Ruth Cardoso, a evolução das ciências sociais é avaliada e retomada a discussão sobre as novidades que os movimentos de bairro trazem para a política, examinando pontos geralmente apresentados como sendo seus traços característicos, relativizando-os ou questionando suas bases empíricas:

1. Dirigem-se contra o Estado autoritário, obrigando-o a uma democratização.
2. Obrigam a reconhecer a presença dos oprimidos.
3. Os movimentos sociais, como novos atores políticos, poderão ter uma ação renovadora sobre partidos e sindicatos.

Observa a ocorrência de transformações ocorridas na burocracia pública, que talvez indique que a formulação de políticas prioritárias e a criação de mecanismos para implementá-las têm um efeito indutor de reivindicações.

Outro ponto bastante importante levantado por Ruth Cardoso diz respeito ao papel dos técnicos no alargamento da presença popular na política: "A generalizada des

crença nos partidos e a valorização da prática política direta criaram entre os técnicos o desejo de oferecer seus conhecimentos para alargar o espaço de autonomia dos movimentos sociais. E os exemplos que conhecemos confirmam essas boas intenções. Entre o assistencialismo e a militância, os profissionais encontram seu espaço de ação".

Finalmente, passamos a estudar o trabalho de Kowarick, que focaliza as lutas sociais ocorridas na década de 70, do ponto de vista teórico e metodológico.

Reconstituindo o percurso dos conflitos que desembocam nas greves de 1978-80, procura explicar o seu vigor organizativo e reivindicatório através dos embates que transcendiram o âmbito das relações do trabalho, apontando para ligações, geralmente não visíveis, entre bairros e fábricas.

O panorama que serve de fundo à sua análise é o marco das lutas urbanas, a contradição fundamental do crescimento econômico dependente-associado: "o enorme progresso efetuado teve como contrapartida drástica redução salarial e deterioração das condições urbanas de existência". Nesse contexto, discute as relações entre as lutas no bairro e as lutas na fábrica, destacando a falta de instrumentos conceituais para dar conta da problemática da ligação entre exploração do trabalho e espoliação urbana e a compreensão dos momentos de fusão dos conflitos e reivindicações.

VI. CARACTERÍSTICAS DO PROJETO FIM-DE-SEMANA POR ESCOLA

Procuramos sintetizar abaixo o conteúdo das entrevistas realizadas com pessoas da comunidade sobre as características do PROJETO FIM-DE-SEMANA, situado no panorama dos problemas, lutas e movimentos do bairro, sempre assinaladas aquelas referidas à educação e à escola.

1. EMPG. "ZULMIRA FAUSTINO - Entrevista com diretores da Sociedade Amigos do Parque Regina.

O bairro é definido pelos entrevistados como "pobre e operário". Por volta de 1965 não havia energia elétrica, transporte coletivo, escola. Quando chovia o bairro fica isolado pelas enchentes. Começaram a reivindicar cascalho para calçar as estradas. Santo Amaro era uma Sub-prefeitura, a cargo de Osvaldo Teixeira Duarte, que os atendeu, colocando cascalho nas estradas.

Os primeiros moradores pagaram uma taxa, além do valor dos terrenos, para a instalação de energia elétrica, mas não foram colocados os postes por falta de vias públicas demarcadas. Esse serviço também foi solicitado e devidamente prestado pela Sub-prefeitura. Com essas duas melhorias, um grupo de moradores resolveu formar uma associação.

Não havia escola pública no bairro, a mais próxima era do outro bairro, Parque Arariba. Quando chovia, os alunos não podiam freqüentar as aulas porque os caminhos ficavam alagados. A reivindicação seguinte foi uma escola. Reuniram-se com a presença de Guaçu Piteri e José Camargo, deputados do MDB, e foi feito o pedido da escola. Providenciou-se uma escola municipal de galpão de madeira, que iniciou com 130 alunos.

O bairro foi crescendo e a demanda aumentou. De 1965 a 1974 ocorreu o processo de formação da Sociedade Amigos do Parque Regina, a partir das reivindicações mencionadas. Em 1976 reivindicaram outra escola, que substitua a de galpão, é a atual EMPG. "Zulmira Carvalheiro Faustino". Reinvindicaram também uma escola estadual, que

foi instalada em bairro vizinho, com o oferecimento de 2º grau (EEPSG. "Osório Negrini"),

Funciona na sede da entidade dos moradores uma pré-escola, de responsabilidade da paróquia local, cuja professora participou ativamente desse movimento.

Outra questão foi a do transporte coletivo. Foram feitos vários pedidos e abaixo-assinados, quando o prefeito era Miguel Colassuono e, depois, com Olavo Setúbal, que encaminhou os moradores à Secretaria dos Transportes. Esta não recebeu o pedido e encaminhou-os à CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos). Formaram uma caravana e foram à CMTC entregar o ofício pedindo uma linha de ônibus para o Parque Regina.

A CMTC criou uma "linha especial", de passagem mais cara. O presidente da Companhia ao receber os moradores disse não ter gostado do pedido, porque no cargo em que estava deveria defender os interesses da empresa. Alegou não poder atender o pedido porque as ruas não eram asfaltadas. Então, a Sociedade dirigiu a luta pela pavimentação.

Quando as principais ruas do bairro foram asfaltadas, a Sociedade voltou a reivindicar a linha de ônibus. Não foram atendidos totalmente porque apenas foi fornecida a extensão da linha que servia o Parque Arariba, o que significava maior número de usuários para mesma quantidade de ônibus. Os moradores do Parque Arariba ficaram descontentes e se manifestaram contra a medida, deitaram na pista e impediram o trânsito dos ônibus durante a inauguração. Houve brigas e tumultos, a televisão registrou o fato.

Também não havia transporte direto para o centro da cidade. Outro movimento foi feito. Instalou-se uma linha da CMTC, que funcionou apenas três dias e foi suspensa. O presidente da entidade não tem explicação para o fato, mas no lugar da linha instalada pela CMTC entrou a empresa particular São Luiz^(*). Nesta gestão da Prefeitura

(*) As empresas privadas de ônibus São Luiz e Bandeirante mantêm um relacionamento amistoso com as associações de bairro e cedem ônibus para enterros. Em 1984 foram cedidos 18 e neste ano, até outubro foram cedidos 10.

ra, com Mário Covas, persiste a luta por transporte coletivo.

Reivindicaram, a partir de 1978, um posto de saúde, creche, escola de educação infantil, juntamente com membros do Centro Comunitário da Igreja. Todas essas reivindicações foram atendidas. Não foi difícil conseguir a escola, encaminharam o pedido através da Administração Regional de Campo Limpo.

Os moradores construíram um campo de várzea para o lazer, através de mutirões com material fornecido pela Administração Regional. Da mesma maneira, canalizaram córregos, instalando 150 canos com trabalho braçal voluntário e material e ferramentas da Prefeitura.

A Sociedade organiza atividades esportivas e os times do bairro participam de campeonatos, alguns inter-escolares. Conforme o presidente, "ganhavam os jogos e perdiam nas notas", porque as crianças participantes não podiam ter duas "notas vermelhas", que eram desclassificadas nos campeonatos.

Antes do PROJETO FIM-DE-SEMANA ser instalado a escola era praticamente fechada, a entidade organizava atividades de lazer na rua, fazia festas no dia da criança. No ano passado a festa foi realizada na escola e não mais na rua. Os técnicos fizeram a proposta do PROJETO e a organização das atividades foi feita conjuntamente com a Sociedade e a escola.

Além da utilização do prédio da escola para as atividades no fim-de-semana, não se envolvem com discussões e decisões especificamente escolares, consideram excelentes os professores.

Estão iniciando reuniões com outras entidades da região (Jardim Ingã, Parque Arariba, Jardim Olinda e Jardim São Roque) para elaborar um documento conjunto a ser apresentado à Secretaria Estadual de Educação, reivindicando curso de 2º grau.

Segundo a técnica que atua no bairro, há a atuação de diversos partidos (PT, PMDB, PCB, PC do B) que estão em conflito aberto. A Sociedade Amigos é majoritariamente

te peemedebista e há petistas no Centro Comunitário, organizado pelo padre Mauro. No Centro de Saúde a influência é do PC (?).

2. EMPG. "PALIMÉRCIO DE REZENDE" - Entrevista com o casal de pais alunos que mais se destaca na organização das atividades do PROJETO FIM-DE-SEMANA: Melchior José e Rosa Aparecida José.

Segundo depoimento dos técnicos, a direção da escola oferecia muita resistência e fazia tudo para que as atividades no fim-de-semana fossem o limite máximo de intervenção da comunidade na escola. Uma parte da população atendida é da favela, que não é aceita pelos demais.

Para Melchior o bairro é carente totalmente. O casal encaminhou reivindicação quanto à construção da EEPG. "Hélio Mota", sem a participação de outras pessoas da comunidade. Como Melchior trabalhava na segurança de uma casa noturna freqüentada por intelectuais, um deles, o jornalista da TV Globo, Tito Barbum, dispôs-se a encaminhar o documento com o pedido aos órgãos competentes. A TV Globo fez uma reportagem a respeito da escola, que estava em más condições de funcionamento. É uma escola de barracões, havia roubos de merenda, os telhados estavam deteriorados e chovia dentro das salas de aula, crescia o mato e aumentava a sujeira em volta do prédio, proliferando ratos e insetos.

Várias tentativas da comunidade e da direção da escola já tinham sido feitas, no sentido de solicitar a reforma das instalações. Passaram um abaixo-assinado, que colheu cerca de 5000 assinaturas, reivindicando a reforma do prédio e a construção de um novo.

Como foi acionada a imprensa e feita a denúncia no programa TV MULHER numa reportagem, agilizaram-se as providências por parte do poder público, que fazia promessas e estabelecia prazos para liberar as verbas, sem nunca cumprí-los. A CONESP não tinha conhecimento do

do estado das instalações da escola.

Melchior é da opinião de que a população da periferia não se movimenta ou por medo de represálias ou por de siformação e falta de consciência sobre seus direitos. Ele se esclarece pelo contato que tem com intelectuais no trabalho. Existe a incompreensão dos vizinhos, que acreditam que Melchior e Rosa tomam essas iniciativas por interesses escusos. Retiraram os filhos da escola estadual e matricularam na EMPG. "Palimércio de Rezende", apesar de ser mais longe, por causa dos comentários injuriosos dos vizinhos à sua participação. Não têm um sentimento oposicionista e possuem a expectativa de um trabalho conjunto com as autoridades governamentais. Atuam sozinhos, porque a Sociedade Amigos do Bairro é inativa ou apenas procura melhorias para algumas ruas do bairro.

A diretora convocou, no início de 1984, uma reunião na escola sem mencionar a finalidade. Era a apresentação do PROJETO FIM-DE-SEMANA, estavam presentes poucas pessoas da comunidade. "A gente resolveu participar, ajudar as coordenadoras".

O diretor atual, recentemente efetivado, reprimiu muito os alunos, na opinião dos entrevistados. Proibiu-os de sair da escola na hora dos intervalos, comprar lanche, proibiu até a venda de lanches, alegando questão de segurança, já que existe apenas um inspetor de alunos. Mas o casal considera correto que crianças do bairro, que não são alunos, não usem as quadras ou entrem na escola durante o período de aulas, para não atrapalhar a atenção dos alunos em aula.

Melchior procurou trazer artistas, que convidava no local de seu trabalho. No ano passado organizaram muitas atividades de lazer e esportivas nos finais de semana, com um comparecimento muito grande de crianças. Ficaram desapontados porque convidaram o campeão de boxe Adilson "Maguila", que visitou a escola, mas quando chegou ela estava fechada, suja, sem nenhum representante da instituição ou técnico do PROJETO. A idéia era

despertar o interesse dos moradores do bairro pela participação no fim-de-semana e acreditavam que a presença de personalidades famosas como a do lutador fizesse com que a participação local desse importância ao PROJETO, principalmente pela falta de opções de lazer para a população de periferia, de baixa renda. Várias propostas de eventos, convites a artistas e intelectuais que se dispuseram a visitar a escola (Inácio de Loyola Brandão, Mário Prata, Joyce Cavalcante, Fernanda Montenegro, etc) não são encaminhados pela direção da unidade, por falta de interesse.

Uma atividade de expressão plástica foi feita com as crianças nos muros da escola, trabalho livre, que o diretor quer apagar por considerar imoral. Segundo os entrevistados essa atitude não faz sentido, porque não há nada agressivo no trabalho das crianças e a "liberdade que eles não têm na escola, tiveram naquele dia. Como é que se pode educar um filho com tanta reprimissão em cima?"

A preocupação da Divisão de Programas de que outros órgãos públicos ou políticos capitalizem os resultados do PROJETO FIM-DE-SEMANA eventualmente provoca a suspensão de atividades, como foi o caso da proposta de uma olimpíada do Campo Limpo, que Melchior queria fazer com apoio da PAULISTUR e que não se realizou.

Essas dificuldades estão causando desânimo nos membros da Comunidade que organizam o PROJETO. Vêm falta de interesse dos pais dos alunos e a insuficiência de recursos humanos e materiais, que impede a operacionalização e desenvolvimento do PROJETO. Os técnicos são mal remunerados e dispõem de pouco tempo para o trabalho. Despesas com materiais esportivos, para trabalhos manuais, etc., são muitas vezes feitas com contribuição dos organizadores. A escola está alheia e não colabora com as iniciativas, que ficam sob a responsabilidade exclusiva dos técnicos e dos moradores.

Os entrevistados acreditam que haja um abandono da comunidade e dos técnicos à sua própria sorte, na imple-

mentação do PROJETO FIM-DE-SEMANA, devido à precariedade de recursos utilizados na sua viabilização.

Depois que começou o PROJETO a escola foi menos depredada e, menores delinquentes, marginalizados e discriminados pelos próprios moradores do bairro, integram-se participando das atividades. Os organizadores sempre impediram a presença de policiamento e notaram a diminuição de agressões e assaltos a alunos e professores, a partir do convívio que foi propiciado. E o diretor novo não percebe a importância de tudo isso. Pensa poder tratar da segurança com medidas que imponham a ordem, ou através de policiamento. Medidas administrativas ou abertamente repressivas.

3. EMPG. "MANOEL DE ABREU" - Entrevista com militante de movimentos do bairro.

Mora desde dezembro de 1970 no bairro. Havia cerca de 10 casas, uma linha de ônibus que, em dias de sol, servia de duas em duas horas. Ficou assim, aproximadamente dois anos, quando o padre Carlos e moradores do bairro adjacente, Jardim Delci, começaram a conversar sobre a possibilidade de se formar uma Igreja.

A Cúria comprou um terreno que é chamado de praça, onde se iniciou um trabalho de catequese. O bairro foi crescendo e com ele a necessidade de uma escola. Foi feito o contato com o Estado, em 1972, não havia possibilidade de instalar rapidamente uma escola que pudesse atender à criança.

Uma sala onde se celebravam missas foi usada como escola de emergência. No ano seguinte construíram outra sala e ficaram com as duas funcionando em três períodos, durante três anos. Já estava Paulo Egydio no Governo do Estado e o Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo introduziu uma experiência nova no bairro, fundando o DICORE, Dia Comunitário Recreativo. Assistentes sociais, técnicos iam ao bairro no fim-de-semana e mobilizavam a população, numa espécie de "rua de lazer".

Segundo o entrevistado a experiência foi boa, funcionou algum tempo na Igreja e os participantes resolveram ter um salão só para eles, onde pudessem se reunir, conversar, trabalhar os problemas do bairro. A esposa do Governador estabeleceu um convênio com a Prefeitura para utilizar uma parte do terreno, onde foi construído o barracão que serviu de sede ao Centro Comunitário.

Esse local era utilizado para reuniões, eventos festivos, cursos de costura, enfermagem. Funcionava uma creche também e a diretoria eleita era composta por pessoas da comunidade, que ficaram envolvidas por um longo período, até o final do mandato de Paulo Egydio. O Fundo, então, cortou as verbas e o Centro Comunitário acabou se dissolvendo.

Os participantes voltaram para a Igreja e começaram a se reunir para reivindicar ônibus. Conforme o entrevistado, funcionava nessa época uma empresa muito ruim, "Sete de Setembro", que servia toda a região de Interlagos, com péssimo atendimento e ônibus em mau estado. Houve uma pressão popular na região toda e, numa assembléia na Igreja de São José, 3000 a 4000 pessoas exigiram o afastamento da empresa. Houve uma fusão de empresas e a "Sete de Setembro" foi comprada por outra. Essa mobilização deu resultado (ocorreu por volta de 1975-76) porque a empresa não tinha respaldo e mesmo a Secretaria dos Transportes não tolerava mais a negligência de seus responsáveis. Ela foi afastada. No mesmo período são feitas obras de pavimentação, mesmo assim a população estava descontente e, ainda hoje existem movimentos fortes por transporte, na opinião do entrevistado.

Quem atende agora é a empresa "Bola Branca". Quanto à cessão de ônibus para enterros, ela não existe. Paga-se uma taxa: "bairros como o Jardim Três Corações são bem miseráveis, onde até para morrer o pessoal paga. Há uma coisa boa, a solidariedade, geralmente se corre uma lista, mas as empresas se aproveitam disso.

por ser mais barato que a "Bola Branca", que atende o bairro".

Há pedidos de pavimentação desde 1975/1977 e projetos aprovados, mas as ruas estão esburacadas. Há casos na Administração Regional de ruas que constam como pavimentadas, que na realidade não existem.

Conta o militante que passaram por um período muito di fícil no governo Maluf e Reinaldo de Barros, por não terem acesso à administração. Apesar de uma das prop os tas de Reinaldo de Barros ser o contato direto com as entidades de bairro, esse contato não acompanhava a realização das obras necessárias. Arthur Alves Pinto era encarregado desse contato "e a gente sabe que o Arthur é um tremendo dum safado, que usa as lideranças de bairro para angariar votos, numa prática totalmente eleitoreira e não está nem um pouco preocupado com os problemas da pop ula ção". Pedia-se e reivindicava-se mu it o. Nessa época não era muito comum a praxe de se org an izar comissão e ir até a Prefeitura ou à Regional. Fa zia-se o pedido através de ofício e nunca dava resul ta do. "Essas ruas que se diz pavimentadas (e não são) são do governo Maluf e Reinaldo de Barros. No bairro só há realmente pavimentadas duas ruas".

O movimento por um hospital regional surgiu pelo fato dos postos de saúde funcionarem precariamente. Foram inaugurados vários postos de saúde, mas sem condições suficientes e adequadas de funcionamento. A população de Parelheiros a Interlagos mobilizou-se, foram reali za das várias assembléias e o Secretário da Saúde, sem pre con vi da do, compareceu em apenas uma. A Prefeitura comprou uma área para construir o hospital, o que na opinião do entrevistado, fez com que se desarticulas se um pouco o movimento.

A Sociedade Amigos de Bairro não funciona, está cen tral izada em uma pes so a que tem descrédito da pop ula ção, pelo fato de estar ligada a políticos como Arthur Alves Pinto e Horácio Ortiz, que só comparecem em pe

ríodos eleitorais. O presidente da entidade não quer entregar seus estatutos e documentos. Os moradores fizeram cerca de dez reuniões para eleger uma nova diretoria, em que ele foi convocado, mas não compareceu. Resolveram, então, abandonar a associação e atuar como um grupo independente e apartidário. Como o Estado só estabelece relações com entidades registradas em cartório, o grupo utiliza papel timbrado da Sociedade Amigos para encaminhar reivindicações.

Como o administrador regional não recebe e não atende os moradores, eles têm que se deslocar até o Ibirapuera e tentar audiência diretamente com o Prefeito.

A escola de emergência que funcionava na Igreja, depois de 1977, foi transformada na EMPG. "Manoel de A breu". Ela é insuficiente para atender à demanda dos bairros que dela se utilizam: Jardim Itajaí, Jardim Moraes Prado, Jardim Almeida Prado, Parque Eldorado, Parque Noronha, Jardim Três Corações e Jardim Delci. Para o entrevistado, a escola de emergência era melhor, porque "era o povo que a dirigia. Ela surgiu de uma discussão com o povo". Diz que a Prefeitura deu essa escola de presente: "Se o povo que participava da escola de emergência, do Centro Comunitário, da Igreja... discutissem uma escola, o pique seria outro. Essa escola foi dada mesmo para servir ao sistema. Não teria mais a intervenção dos padres, não teria mais a intervenção popular".

O militante percebe manipulação no trabalho que a escola faz com as crianças e acredita que, devido a esse fato, os ativistas do bairro se afastaram da escola. Havia um trabalho conjunto da Associação de Pais e Mestres com o grupo de mulheres que discute questões de saúde. No caso da questão da emancipação de Santo Amaro, queriam organizar debates para esclarecimento da população, não foi permitido o uso da escola. Nos domingos iam usar as salas e "não tinha chave", "a diretora não deu ordem". Cedia-se o espaço, desde que se discutisse só os problemas da escola, dentro dos padrões que ela estabelecia.

"O espaço que a população tinha para intervir junto à escola, nos problemas com as crianças - as mães participavam nessa época, fazendo merenda escolar, cuidando da limpeza, ajudando as professoras - com a escola oficial acaba e a população encontra uma barreira".

A escola de 2ª grau mais próxima fica a 10 Km. Existe um pedido de escola de 1ª e 2ª graus para o bairro vizinho, Jardim Delci, mas os órgãos públicos disseram que não era possível atendê-lo ainda, já que não há área definida da Prefeitura e os terrenos são muito problemáticos, dentro da região de mananciais. Não existe terreno propriamente da Prefeitura e muitos proprietários não são localizados. Há dois meses foi inaugurada uma escola municipal de educação infantil. Devido à proximidade das eleições, o Prefeito esteve no bairro com seu candidato. Essa escola infantil atende a trezentas crianças e os moradores possuem uma lista com três mil crianças em idade escolar, demanda que não consegue ser absorvida pelas três escolas situadas na região: "Manoel de Abreu", "Levi Carneiro" e "Jardim Noronha".

São organizados pela comunidade grupos de alfabetização alternativa. Um deles, no Jardim Noronha, resolveu montar uma creche, sem ligação com o Estado, porque "seriam canais demorados". As mães fazem um revezamento, geralmente são empregadas domésticas, que trabalham dois ou três dias por semana para compor a renda familiar. O entrevistado afirma que esses grupos de alfabetização trabalham com o Método Paulo Freire, "que não só ensina a ler e escrever, mas faz politizar, conscientizar o povo".

Faz uma avaliação negativa do PROJETO FIM-DE-SEMANA, por julgar que há imposição de propostas por parte da diretora da escola e de não ser organizado de baixo para cima". A direção coloca e tenta comprometer as pessoas a assumirem, elas vão duas ou três vezes à reunião e não há evolução, torna-se uma coisa fechada, restrita às crianças que estudam e não abrange o bairro todo".

Compara com o DECORI, em que os técnicos do Fundo de Assistência procuraram as lideranças e a proposta foi "passada para o povo". Todos os domingos fechavam as ruas do largo, havia grupos que discutiam e encaminhavam os problemas do bairro, grupos de mulheres para discussão dos problemas de orçamento doméstico, e as crianças faziam atividades de recreação. A presença dos técnicos era só para viabilizar as propostas: "nessa época surgiu uma proposta de descentralização da ação da Igreja, multiplicando locais onde não houvesse paróquia, em que fossem rezadas missas, etc. Então o Centro Comunitário precisava de uma sede, que seria a escola de emergência, e os técnicos conseguiram espaço para a escola".

Com o corte de verbas o trabalho se diluiu, porque com elas mantinham-se os técnicos e os cursos que eram dados no Centro Comunitário. A perspectiva era realmente assistencialista, bastava discutir e dizer o material necessário para as atividades, que ele era fornecido. O Jardim Três Corações era uma experiência piloto e esperava-se que a população assumisse, o que de fato ocorreu. No final do Governo Paulo Egydio, o Centro Comunitário tornou-se independente, foi eleita uma diretoria. Mas tudo estava estruturado de forma que se dependia essencialmente das verbas do Estado, que, quando foram cortadas, não houve condições de auto-sustentação. Problemas surgiram com os técnicos, porque eles eram funcionários do Centro Comunitário e foi decretada a fêlência.

Em relação à contribuição dos partidos aos movimentos do bairro, o entrevistado contou que se procura "não misturar" o trabalho partidário com os movimentos, embora os participantes sejam militantes ou simpatizantes de várias agremiações. Disse também que quando há parlamentares populares, a contribuição é grande. O antigo loteador (ligado a Arthur Alves Pinto, Brasil Vita e José Maria Marin) loteou uma área tida como da Prefeitura, que os moradores querem transformar em praça. Para resolver a questão, contrataram um advogado,

que não foi suficiente. Procuraram, então a vereadora Teresa Lajolo, do PT, que tem ajudado. A população discute suas propostas para que ela viabilize, sem ingerência.

Na questão da autonomia de Santo Amaro, a escola, como parte do Estado, foi usada. "O povo queria um debate e isso foi negado. As professoras distribuíram folhetos para as crianças levarem aos pais, para votarem não no plebiscito, alegando que teriam que sair e não poderiam dar mais aulas", caso Santo Amaro se tornasse um Município.

Não acredita muito no tipo de educação "passado" pela escola. "Os movimentos estão crescendo, o povo está se politizando, na medida em que isso vai surgindo. Acredito que na hora que o povo estiver preparado e achar que deve assumir a escola, vai assumir e tentar voltar a brigar por isso. A gente acredita que o sistema vai ter que ceder, que esse abuso, autoritarismo da escola, vai ter que acabar. O povo já começa a mostrar isso, está insatisfeito com a direção... é dessa forma que a gente acredita que vai conseguir algum espaço, a gente sabe que é impossível entrar 'de sola' e conseguir, mesmo porque a gente está acostumado a conquistar a coisa de migalha em migalha".

4. EMPG. "ALFERES TIRADENTES" - Entrevista com duas mães que fazem parte da Associação de Pais e Mestres e estão envolvidas com o PROJETO FIM-DE-SEMANA.

Os principais problemas que o bairro tem, na opinião das entrevistadas, são de precariedade e insuficiência de transporte coletivo e falta de segurança. Mencionaram também a falta de serviços bancários, delegacia de polícia e hospital, além da existência de ruas sem asfalto e rede de esgotos. Há apenas uma creche e uma escola municipal de primeiro grau, insuficientes para atender à demanda.

A entidade do bairro, União dos Moradores de Vila Joana, é inoperante. Não há prática de luta e reivindica-

ções de melhorias para o bairro.

O político que visita o bairro é Fernando Silveira, deputado do PTB, mas as entrevistadas afirmam não conhecer nenhum político que defenda os interesses da comunidade. Para elas a escola necessita de uma reforma geral no prédio, mas a Prefeitura alega falta de verbas.

Não possuem contato direto com órgãos competentes da Prefeitura e os pais tomam conhecimento das posições oficiais por intermédio da direção da escola, em reuniões de APM. A APM promove eventos para arrecadar fundos que supram parte das necessidades e organiza mutirões de limpeza e conservação da escola.

Como a escola é assaltada freqüentemente, gostariam que, como ocorre nas escolas estaduais, fossem contratados caseiros para tomar conta e discordam da orientação da Prefeitura, de que os pais devam vigiar a escola. Identificam segurança com policiamento e enfatizam muitíssimo a sua necessidade, desejam inclusive policiamento nas atividades de fim-de-semana.

Estão satisfeitos com os professores e querem que se anuncie na TV sobre a preservação da escola: "o povo brasileiro é meio tapado e destrói, que é pública, pertence a eles".

5. EMPG. "ANTENOR NASCENTES" - Entrevista com a presidente da Associação Comunitária do Jardim Ubirajara, Dona Filomena Conceição Militão

De acordo com a definição da entrevistada, o bairro é pobre e tem muitas favelas. A Associação Comunitária surgiu porque a escola era muito desprotegida, assaltada e depredada. Solicitaram a manutenção do prédio à Administração Regional, que só aceitaria o pedido se fosse feito através de uma entidade. Antes da fundação da Associação, a população recorria às sociedades amigos de bairro das redondezas (Jardim Palmares, Vila Riete e Jardim Orli). O Jardim Ubirajara possui uma SAB inativa e não regulamentada, que só trabalha para fins eleito

rais. Estava fazendo a campanha de Jânio Quadros e tinha apoio dos comerciantes locais.

A escola foi oferecida pela diretora para reuniões de organização da Associação, que tem como vice-presidente uma professora e a secretária da escola também faz parte da diretora. Ainda não tem sede própria e foram feitos acordos com a Prefeitura para a utilização das instalações de uma escola de barracão, desativada, como sede.

Considera ótima a relação com a escola. Formaram clube de mães, que fazem artesanato (crochê, tricô, etc) e passaram a frequentar mais a escola.

Quando iniciou o PROJETO FIM-DE-SEMANA, a Associação estava reivindicando da Prefeitura um terreno para construir em mutirão uma creche, com material doado por depósitos e pelos moradores. Também pediam uma escola de educação infantil, um posto de saúde e rede de esgotos.

A entrevistada participava há vários anos da Associação de Pais e Mestres e atualmente é vice-presidente da instituição. Foi convidada para organizar as atividades de fins-de-semana e considera bons os resultados, uma vez que a idéia era reduzir a delinquência, com a união e participação nas atividades do PROJETO. Os pais não compareciam às reuniões na escola porque tinham medo. Houve grande presença de pais no debate que organizaram na escola, sobre constituinte.

A diretora atual é a favor da abertura da escola e a que se aposentou recentemente era contra. Alegava medo dos marginais: "não teve uma noção de que a gente podia unir a gente com eles". Com o concurso, a diretora atual teria que dar lugar a uma efetiva e isso não ocorreu, porque foi feito abaixo-assinado reivindicando sua continuação no cargo.

A entrevistada orientou o fundador da Associação Comunidade-Escola Mário Moura Albuquerque quanto à elaboração do estatuto em contato ocasionado pelos técnicos. É da opinião de que o estatuto "quanto mais simples, melhor para organizar as coisas".

os pais entrarem. De um ano para cá, os pais tiveram a liberdade de chegar junto ao professor. Depende muito da diretora. Os alunos agora têm mais liberdade e transitam na escola como se estivessem em casa, estão com mais vontade, são expansivos, não têm mais medo e falam o que sentem. Os pais comentam em reuniões de APM que a escola melhorou bastante.

Se eu fosse diretora, a primeira coisa que mudaria: as professoras não tomam conhecimento de nada, as serventes também. Gostaria que todos fossem iguais, que todos fossem informados, a participação de todos... Colocaria um quadro informativo para prestar contas de tudo. Gostaria que todas as professoras, unidas, trabalhassem junto com a Associação e a comunidade. Que as professoras explicassem aos alunos o que é uma associação, uma comunidade, o que é um dever, que os alunos têm que cumprir, para colaborar".

6. EMPG. "MÁRIO MOURA ALBUQUERQUE" - Entrevista com Adailto Maximiliano de Araújo e Nestor Alves de Oliveira, respectivamente, presidente e diretor-social da Associação Comunidade-Escola Mário Moura Albuquerque.

O bairro periférico tem grandes problemas de segurança e a marginalidade é crescente. São feitos pedidos de serviços de policiamento, através de ofícios à Secretaria de Segurança Pública e à Polícia Militar, mas não são atendidos.

A escola foi inaugurada com capacidade para quatrocentos alunos e hoje atende cerca de dois mil e cem. Quando entope o esgoto, alaga a escola e os detritos ficam expostos, as crianças sofrem com o mal cheiro e ficam sujeitas à transmissão de doenças. Não há manutenção do prédio.

O vigia, que é o presidente da ACEMMA, organizou o CRI - Clube Recreativo Infantil, para dar assistência às crianças. Sentiram a necessidade dos pais e mães na escola e fundaram a ACEMMA. Estão providenciando os estatutos para registro em cartório e têm com ela feito

várias lutas, acompanhando atentamente a organização da escola, inclusive contra várias pessoas que não concordam com esse acompanhamento dos pais.

Fizeram vários mutirões de limpeza, reparos e desentupimento de esgotos. Realizam campanhas de aproximação dos pais no fim-de-semana, para que em dia de folga estejam na escola acompanhando o trabalho com as crianças. Mas não têm muito êxito nesse aspecto porque são poucos pais que têm dias desocupados para participar.

Existe no bairro um incipiente trabalho comunitário da Igreja, que em geral se resume às práticas religiosas. A SAB do Jardim Guarujá/Chácara Santana tinha uma direção acomodada, que foi substituída e os entrevistados crêem ser possível que ela melhore agora.

A ACEMMA está elaborando um plano de reivindicações de melhorias para o bairro: segurança, pavimentação das vielas que dão acesso à escola, construção de escadarias nas vielas, ampliação do posto de saúde. Querem acompanhar a escola com o Coordenador Pedagógico, procurando melhorar o trabalho com a criança. Não desejam nenhuma criança fora da escola, mas há poucas vagas para atender à demanda.

O PROJETO FIM-DE-SEMANA iniciou com a proposta dos técnicos que, logo perceberam ser desnecessária a sua presença. A ACEMMA continua com as atividades.

Foi inaugurada recentemente no Jardim Guarujá a EMEI Clarice Lispector, que está atendendo uma boa demanda, além de creches construídas por iniciativa da Prefeitura. Não há supletivo, 2º grau e curso noturno. Membros da Comunidade estão fazendo um estudo junto ao Coordenador Pedagógico para a instalação do supletivo. Assim que estiver regulamentada a ACEMMA, apresentarão reivindicações aos órgãos competentes, incluindo as relativas ao atendimento escolar (Secretaria da Educação, Prefeitura, Delegacia de Ensino, Câmara Municipal, Superintendência Municipal de Educação e Administração Regional).

A escola era apedrejada quase diariamente, era saqueada diversas vezes, "bagunça tremenda", por prepotência da

O grupo, no início era de seis pessoas, passou a vinte e seis, depois cinquenta e seis e agora são cento e cinquenta, há interesse e apoio. As professoras têm da do total apoio, as que podem participam. O Coordenador Pedagógico e a Diretora têm tomado parte em reuniões". Sentiram que não era uma brincadeira.

"Aqui não tinha prê, eu construí esta sala com a comunidade. Tudo o que eu faço é com ela, não faço nada só. Fizemos um galpão e montamos uma oficina de consertos; as crianças, os pais, os moradores, faziam consertos. Paramos de fazê-los porque a SUPEME está fazendo. Para não parar a oficina estamos montando uma para crianças aprenderem a fazer brinquedos e ter com que se ocupar quando não estão em aula. As mães vêm às quintas-feiras fazer esse tipo de trabalho".

No plano de trabalho da ACEMMA constará a reivindicação aos governos estadual e municipal, de um abrigo para menores. "O governo bate na teclã do menor, menor carente, menor abandonado... mas não faz nada. Levar as crianças para a FEBEM é crescer mais a marginalidade, a delinquência. E o nosso plano é fazer com que eles construam uma espécie de escola, onde a criança carente, que vive na rua, permaneça e só saia aos dezessete anos. Onde tenha um curso para criança criar alguma coisa, trabalhar, até os dezessete anos, quando passa para o exército. É uma forma de, não acabar a delinquência, mas pelo menos de diminuir".

O ponto de vista dos entrevistados é de que mutirão não deve ser feito. "Nós fizemos e estamos dispostos a fazer, porque chegamos a um ponto de abandono total que, se nós não fizéssemos, prejudicaria as crianças. Arregaçamos as mangas e fomos para o mutirão. Pedidos, pedidos, memorandos, documentos... Então ficou resolvido, nós fizemos, não para ajudar o governo, mas no sentido de não prejudicar as crianças. Mas eu sou contrário ao mutirão, porque o governo está aí, arrecadando os impostos, nós pagamos os impostos, nós contribuimos de todas as formas, de modo geral e não temos proveito nenhum".

Araújo denuncia a corrupção na contratação de serviços de empresas particulares pela Prefeitura, que faz com que as obras sejam de má qualidade, precisando ser sempre refeitas. "Para fazer o muro da escola foram feitos três orçamentos, mas a obra não foi executada e há crianças sendo assaltadas, professoras sendo assaltadas dentro da classe, com revólver nas costas, várias e várias vezes, funcionários sendo ameaçados".

A supervisora e a delegada de ensino queriam que a ACEMMA fosse subordinada às instituições auxiliares da escola (APM, Centro Cívico e Conselho de Escola): "O CCE não faz nada, o Conselho de Escola cuida dos problemas de educação e a nossa Associação ficava à mercê dessas três organizações". Araújo respondeu à delegada: "Nós somos uma associação comunitária, onde a comunidade tem vez e tem força". Mesmo com o risco de perder a escola como sede da ACEMMA, exigiu autonomia: "nos desligamos da escola e a comunidade vai cuidar da escola mesmo lá fora". Só então a delegada deu apoio.

"Cansar, eu não canso, porque quando eu cansar, desses cento e cinquenta tem que sair um", finalizou Araújo.

7. EMPG. "ALMIRANTE ARY PARREIRAS" - Entrevista com Magnólia Herminia da Silva, presidente da Associação dos moradores da Travessa Vera, Vilma, Itu e Eva.

As quatro favelas próximas à escola contam com cerca de seicentos habitantes e a Associação dos Moradores já existe há treze anos. Os principais problemas do bairro são de saneamento básico, saúde (o Centro de Saúde não atende à demanda), segurança e canalização de córregos.

Um salão na favela, oferecido pela Comunidade São Benedito, serve de sede à entidade dos moradores, onde foi inaugurado o comitê eleitoral de Fernando Henrique Cardoso (candidato do PMDB à Prefeitura). Nesse salão são discutidos os problemas do bairro.

Para Magnólia o curso noturno é muito necessário para

que os jovens que trabalham não deixem os estudos, mas não funciona na escola. Também sentem falta de pré-escola, porque as favelas aumentaram e os serviços não a acompanharam esse crescimento. A dirigente afirma que o curso noturno não foi instalado ainda devido à desorganização do povo e a falta de integração com a escola, diferentemente de outras escolas, que alegam falta de segurança.

A Igreja Metodista do Jabaquara mantém uma escola dominical na favela e a Associação da Ordem Soberana Cruz de Malta, faz um trabalho de grupo de mães, sobre aleitamento, nutrição e dá atendimento pediátrico.

Não há área e alternativas de lazer e a Associação dos Moradores promove festas populares e festas de aniversário, para as quais convidam a escola e outras entidades. Aos domingos os diretores da Associação fazem visitas em cada casa para discutir problemas dos moradores.

Dona Magnólia diz que estão satisfeitos com o atendimento da escola, porque sempre que há um problema, ele é discutido em reunião da Associação. Como o caso da 7ª série, que ficava sem aulas dois dias por mês. Procuraram os motivos e a Secretaria informou que as faltas dos professores estavam previstas legalmente.

Gostam da diretora e estão dispostos a reivindicar sua permanência, uma vez que ela seria substituída por outra pessoa, efetivada através de concurso.

A forma de luta mais utilizada é o abaixo-assinado. Tem funcionado e já deu resultado com a questão da iluminação pública. A entidade havia enviado ofício e solicitado à ELETROPAULO, entregaram um abaixo-assinado ao vereador Ricardo Tripoli (PMDB) e a questão foi resolvida. O mesmo ocorreu com o pedido de instalação do telefone comunitário.

Entretanto essa forma de luta não funcionou com a canalização de esgotos. A ponte sobre o córrego que atravessa a favela foi construída por mutirão de moradores, com acompanhamento do engenheiro da Administração Regional. Não fazem críticas e não têm reservas à prática de muti

rões, aceitam com entusiasmo.

Trabalham intensamente na campanha eleitoral de Fernando Henrique Cardoso. A entrevistada acredita que "todos os moradores de favela pertencem ao "PMDB" e afirma não haver discriminação de partidos nos períodos não eleitorais, para atuar nos movimentos.

Identifica segurança com policiamento: "a partir da hora que o povo se organiza e cobra do Governador e do Secretário de Segurança, aí funciona". Os moradores organizaram um esquema de auto-defesa em que eles mesmos fazem o policiamento, usam crachás. Os moradores que trabalham durante o dia fazem ronda à noite e vice-versa. Funcionou bem, antes disso os barracos eram arrabaldados quase todos os dias. Chegaram a matar um bandido com linchamento, desejam apoio da polícia a essa iniciativa e vão encaminhar à Secretaria de Segurança através do Conselho Coordenador das Associações de Moradores.

8. EMPG. "PLÁCIDO DE CASTRO" - Entrevista com duas mães de alunos que fazem parte da APM e organizam o PROJETO FIM-DE-SEMANA.

As mães consideram que o bairro não tem falta de infraestrutura e de serviços urbanos. Mas não há posto de saúde, muitas ruas não são pavimentadas, não há áreas de lazer. Gostariam que houvesse curso de 2º grau e cursos técnicos.

O PROJETO FIM-DE-SEMANA tem funcionado por quase dois anos, organizado por dez mães, que parecem ser as únicas pessoas da comunidade envolvidas na preparação. Em reuniões da Associação de Pais e Mestres, cerca de noventa mães e pais, chegaram a dar o nome para participar, mas não se envolveram. "A escola não atrapalha, mas não ajuda, às vezes esquecem a chave". Para as entrevistadas, a idéia é divertir as crianças e fazer com que os pais se aproximem e se conscientizem de que a escola não é do diretor ou dos professores, mas está aberta à comunidade, "tem uma quadra e uma porção de coisas que eles podem fazer". Mas acreditam que se os técnicos

deixarem de vir o PROJETO acaba. Os professores não querem trabalhar gratuitamente nos fins-de-semana. A escola deixou as mães ã vontade, a diretora deu as chaves, mas a limpeza e a responsabilidade recai totalmente sobre elas.

Nas atividades comparecem muitas crianças, mas praticamente só crianças. As entrevistadas consideram que a antiga diretora era autoritária, não deixava que se argumentasse, não tinha discussão. Agora a nova diretora causa expectativa de que vai melhorar. A Sociedade Amigos de Vila Friburgo, que reivindicou a escola, não participa do PROJETO.

Entrevistamos o Senhor Isidoro Pereira de Souza do Conselho da Sociedade. Conforme nos contou, a escola surgiu no governo Faria Lima. Entraram com o pedido, foi desapropriado um terreno e construída a escola. As primeiras matrículas foram feitas pela entidade e a limpeza também.

Pela afinidade política que os membros da Sociedade têm com políticos de governos passados (Faria Lima, Olavo Setubal, Paulo Maluf, Reinaldo de Barros, Laudo Natel), os pedidos de obras e serviços eram atendidos. Assim foi feita a pavimentação e iluminação de várias ruas, instalada rede de esgotos e conseguidas três linhas de ônibus e duas escolas, a EMPG. "Plácido de Castro" e a EEPG. "Geraldo de Lima". "É um trabalho da SAB junto com os órgãos competentes. Não precisou briga, nunca nós tivemos de brigar, porque qualquer desses homens que estiveram no poder como governadores e prefeitos, foram homens que não precisamos brigar para construir. Agora, no governo Mário Covas e no do Franco Montoro, nem com briga sai. Não adianta. Treze ruas que entramos com peddido de pavimentação, só conseguimos duas e foi a briga mais tremenda".

Quanto ã participação na escola, diz o senhor Isidoro: "A SAB tem o dever de trabalhar para construir. Agora, o problema de dirigir, nós temos pessoas que são as diretoras, que são competentes, elas devem de conhecer o

que precisa ser feito. Se nós pedimos, construímos, e ficamos insistindo, dá entender que, como nós fomos os iniciadores, nós vamos querer também entrar na administração, impondo alguma coisa, que eu acho que não fica bem. Só se a diretora fizer o convite para uma reunião e, se couber a nós dar alguma opinião, vamos falar. Se nós achar que não deve, nós vamos ouvir, aplaudir as idéias, apoiar, para não formar choque. Está entregue aos poderes públicos, nós não vamos mandar em nada, eles têm competência para trabalhar".

"Se Jânio for prefeito de São Paulo, a primeira coisa que ele vai fazer nas creches e escolas é uma casa para o zelador tomar conta daquele patrimônio. Se o zelador tiver compreensão, a escola será um lazer para as nossas crianças, os professores junto com os alunos fora dos horários de aula. Se ele não tiver compreensão, zelando pela escola, fora dos horários de ensino, a escola será fechada. Isso depende do espírito do zelador".

9. **EMPG. "JORGE AMERICANO"** - Entrevista com Etelvino Colar Vieira e Luiz Fernando, do E.C. MILLAN.

Os principais problemas do bairro apontados pelos entrevistados são de precariedade de atendimento do Posto de Saúde (falta de médicos e equipamentos) e as condições de transporte coletivo. Os ônibus fazem grandes trajetos e são lotados, há linhas que funcionam apenas no início da manhã e no final da tarde. Pouquíssimas ruas são asfaltadas e ocorrem enchentes quando chove.

A Sociedade Amigos de Vila São José não funciona, não se reúne. A Igreja tem alguma atuação no bairro, organiza pessoas em comunidade, mas, segundo os entrevistados, "na base do amor, da boa vontade..." São doze comunidades que pertencem à paróquia de Vila São José. Na conquista do terreno para construção do hospital regional "a luta maior mesmo foi da igreja".

O Projeto FIM-DE-SEMANA começou em março de 1985, mas o time de futebol E.C. MILLAN já tinha autorização, desde o ano anterior, para usar a quadra da escola no fi

nal de semana. Entretanto tinham que pular o muro, o que causava muitos transtornos para o time e as torcidas. Quando chegaram os técnicos do PROJETO, o uso do prédio escolar perdeu o caráter de favor, os portões da escola se abriram.

Os entrevistados mencionaram um trabalho semelhante, que ocorre há mais tempo na EEPG. "Herbert Baldus", situada no Jardim São Bernardo, bairro próximo. Denomina-se "movimento escola livre" e são realizadas atividades de esporte e lazer, com grande envolvimento dos funcionários da escola. O orientador educacional fazia questão de comparecer e, como resultado, diminuíram as depredações que a escola sofria.

Na EMPG. "Jorge Americano" os responsáveis não participam da organização de atividades, apenas cedem o espaço.

Do ponto de vista dos entrevistados, não adianta abrir a escola se não houver segurança pública. Querem segurança, mas não polícia que reprima indiscriminadamente a população: "dá medo dos bandidos e da polícia também".

10. EMEI "JARDIM NAKAMURA" & EMPG. "CLEMENTE PASTORE" -
Entrevista com mães pertencentes à comunidade e à CASA CULTURAL "MANOEL FIEL FILHO"

Contaram-nos os técnicos que, quando chegaram à escola, a diretora informou-os que estava fazendo um ofício pedindo o cancelamento da inscrição no PROJETO FIM-DE-SEMANA, porque não queria que a comunidade viesse, quebrasse e sujasse a escola.

Há, próximo, uma CASA CULTURAL "MANOEL FIEL FILHO", cuja presidente é servente da EMEI. Esta é feita de barracões de madeira e fica ao lado da EMPG. "Clemente Pastore, que possui boas instalações.

Fizeram uma reunião sobre o PROJETO com a diretoria da CASA CULTURAL, que convidou membros da Sociedade Amigos do Bairro e representantes da Igreja. Verifi

cando que a EMPG. "Clemente Pastore" tem espaço amplo, não fazia sentido encaminhar o PROJETO na EMEI. Foram todos conversar com a diretora da EMPG, que foi muito refratária, mas concordou, desde que participasse do planejamento do trabalho. Essa diretora se aposentou em seguida e a que a substituiu manifestou enorme interesse em encaminhar o PROJETO.

A diretora da EMEI não passou no concurso e não pode se efetivar no cargo. Sabendo que a servente da EMEI é uma liderança de prestígio na comunidade, quis convencê-la a fazer um movimento para que ela permanecesse na direção da escola. Para os técnicos, a comunidade dessas escolas já está "engrenada" no PROJETO e organiza bem as atividades sem ajuda. O trabalho agora é preparar os professores para recebê-la bem.

A CASA CULTURAL existe em decorrência de um processo de organização que se iniciou por volta de 1972, com um clube de mães que funcionava na casa de um dos moradores. Depois passou para a Igreja. Essas mesmas mães atuavam no departamento feminino da Sociedade Amigos do Jardim Nakamura. Começava-se a cogitar do movimento por creche, além de outras questões como custódia-de-vida, saneamento, iluminação. Nessa época, contribuiu para a organização, uma médica, militante do PCB, que dava assistência ginecológica.

Pelo que disseram as entrevistadas, a CASA CULTURAL foi fundada em 1982, para reunir pessoas que não encontravam espaço de participação na Igreja ou na Sociedade Amigos. Seria um "lugar neutro" de conscientização, através de atividades de lazer. Possui um cine clube e realiza palestras, principalmente sobre questões de saúde da mulher. Possui também um curso supletivo de 1º grau e um de alfabetização de adultos. As militantes do bairro dizem que a luta as motivou a voltar a estudar.

Encaminharam uma luta por ônibus recentemente, conquistaram uma linha e a mudança do horário de atendimento. Com a mudança da diretoria da EMPG. "Clemente Pastore", a escola foi aberta para uso do bairro nos fins-

-de-semana e a CASA CULTURAL organiza a programação.

11. EMPG. "ISABEL VIEIRA FERREIRA"

Nesta escola não conseguimos entrevistar as pessoas da comunidade que preparam as atividades do PROJETO FIM-DE-SEMANA. Tivemos dois contatos com uma delas, que tem filhos na escola. No primeiro contato, como houve desencontro e as outras pessoas não compareceram, marcamos outra oportunidade, para a qual aquela mãe se encarregou de convidar as outras. Quando voltamos à escola, a coordenadora pedagógica nos encontrou e fez o possível para nos convencer de que qualquer reunião na escola deveria ser aprovada antes pela direção, justificando-se com o argumento de que a direção garantiria que todos ficassem sabendo. A mãe com que conversamos chegou muito atrasada e com ar apreensivo e aflito. Entrou na sala da coordenadora, demorou-se alguns minutos e, retornando, disse-nos que não seria possível fazer a entrevista. Sem mais explicações despediu-se.

Segundo os técnicos, a diretora é contrária ao PROJETO. Tem medo da presença da comunidade, é muito impositiva e utiliza com habilidade o discurso democrático. Trata os funcionários e os professores com uma demarcação nítida de funções a que devem se restringir, dá ordens por escrito e não permite que os funcionários e professores formem uma visão de conjunto da unidade.

Quando os professores se reuniram com os técnicos, queixaram-se muito do autoritarismo da diretora, mas nas discussões sobre a reformulação do Regimento Comum das Escolas Municipais, em que os técnicos estiveram presentes, assim como a diretora, não se colocaram.

A entidade do bairro é inativa. Não há opções de lazer e os jovens e crianças compareceram em grande número na instalação do PROJETO.

Em reunião com os técnicos, os alunos que são do Centro Cívico Escolar reivindicaram a presença da direto

ra no período noturno e que o professor de educação física desse aula, porque ele sai com a diretora "para fazer trabalhos externos". A diretora disse que iria atender os alunos, mas não tomou nenhuma providência, fechou as portas da escola e proibiu os técnicos de visitarem a comunidade, os moradores, sem a sua ordem.

VII. INFERÊNCIAS, INDAGAÇÕES E PROPOSTA DE CONTINUIDADE

Embora não seja ainda o momento para arriscar análises e conclusões, gostaríamos de explicitar algumas opiniões e indagações que, porventura, adquiram maiores esclarecimentos com investigações futuras.

A contribuição de técnicos às lutas populares parece-nos positiva na maior parte das vezes e a experiência do PROJETO FIM-DE-SEMANA traz fatos que favorecem essa perspectiva. O seu contato com as populações periféricas, no enfrentamento dos problemas relacionados à educação escolar que lhes é oferecida, permite avanços na compreensão das inadequações do ensino público, quando ocorre a difusão de conceitos, que são incorporados pela parte da clientela mais ativa nas escolas dos bairros distantes. Esta passa a assumir enfoques diferentes sobre a organização do trabalho escolar, sobre o papel dos diretores e professores e sobre o próprio caráter público dos estabelecimentos de ensino.

Malgrado a incontestável importância dessa contribuição, a impressão que temos, de tudo o que observamos, é a de que não se pode atribuir a essa influência dos técnicos (ao menos por enquanto) a qualificação de desencadeadora de movimentos. Fatores ainda não esclarecidos determinam também a profundidade e a eficácia da participação popular na escola pública, assim como também tem peso a disposição de seus profissionais em incorporar às rotinas escolares, mecanismos que viabilizem a presença dos usuários dos serviços de ensino nas variadas decisões que lhes são inerentes. Uma reflexão mais intensa sobre esses aspectos precisa ser efetuada, para que possamos enxergar com maior nitidez os limites e possibilidades da intervenção das camadas populares na escola pública, que seja significativa para impulsionar alterações que façam corresponder, cada vez mais, o trabalho educativo aos seus interesses. Principalmente porque, hoje, nem os técnicos, nem a população, parecem ser já portadores de uma análise que localize com

maior precisão os meios pelos quais a escola faz reproduzir a discriminação e a dominação, em sua prática propriamente pedagógica. Atêm-se basicamente aos aspectos administrativos, efetivamente de maior visibilidade.

Uma característica essencial do PROJETO FIM-DE-SEMANA é a sua origem de natureza estatal. Contraditoriamente, esperava-se de seus resultados justamente a interferência da população na escola, como fator de melhoria do ensino. No final das contas, assegurar também a permanência nos oito anos de escolaridade elementar. Entretanto, essa presença popular na escola abre espaço para uma grande quantidade de reivindicações dirigidas ao Estado, que este último atende de maneira comedida. Seria possível pensar que projetos como o FIM-DE-SEMANA tenham realmente farto estímulo estatal, de modo mais duradouro, inclusive? Será que os órgãos públicos, e a escola é um deles, não dispõem de meios para domesticar por muito tempo essa participação popular, controlá-la e conviver com ela nos limites aceitáveis para a conservação de seu atual *modus operandi*?

O trabalho que ora relatamos diz respeito a uma fase da pesquisa que consiste fundamentalmente na coleta de dados. Futuramente, pretendemos proceder à sua organização, classificação e análise.

Sentimos a lacuna que a falta de tempo ocasionou, impedindo a investigação sobre o PROJETO FIM-DE-SEMANA nas escolas da Zona Oeste de São Paulo, também proposta inicialmente. Diante dessa lacuna, gostaríamos que houvesse a continuidade da bolsa, para que a pesquisa possa ser completada.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

PROJETO: ESCOLA PÚBLICA: PROJETOS E PRÁTICAS COLETIVAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

DIVISÃO DE PROGRAMAS E ATIVIDADES ESPECIAIS - Secretaria Municipal de
Educação

PROJETO FIM-DE-SEMANA

1. ESCOLA _____
REGIÃO _____ DREM _____

2. ENDEREÇO: _____
BAIRRO _____
CÓDIGO _____

3. Período em que a escola participou do projeto:

4. Tipo de Programação desenvolvida:

5. Tipo de Envolvimento da Escola nas atividades:

6. Instituições do bairro envolvidas:
Nome: _____
Endereço: _____
Nome: _____
Endereço: _____
Nome: _____
Endereço: _____

7. Lideranças
Nome: _____
Endereço: _____
Nome: _____
Endereço: _____
Nome: _____
Endereço: _____

8. Outras observações

ESCOLA	PERÍODO	TIPO PROGRAMAÇÃO	ENVOLV. ESCOLA	INSTITUIÇÃO DO BAIRRO	LIDERANÇAS	OUTRAS OBS.
EMPG. Jean Mermoz	06/84-1985	Lazer	Eq. Técnica			Quadra usada por Empresa
EMPG. D.Chiquinha	06/84-1985	Lazer	Eq. Técnica Profess.	Escola de Música/ Grupo de Capoeira	D.Maria Teresa (Monitora Pintura)	"Clientela c/alto po der aquisi tivo
EMPG. Ary Pareiras	84/85	Lazer	Eq. Técnica/ APM/CCE	Provável Ass.Favela Gr.Capoeira S.Jorge	Magnólia-Pres.Favela Leonor - Vice-Pres. Renato/Paulo	
EMPG. Enes:Habib Carlos Kirillos	85	Lazer	Eq. Técnica	SAB		
EMPG. Antonio Sam paio Dória	85	Lazer	Eq. Técnica	(Zé Prefeito) SAB	Teca (Lider favela Jardim Miriam)	
EMPG. Min. Calóge ras	85	Lazer	APM/CCE			Cam. Médias Pop.Favelada
EMPG. Olegário Mariano	84-85	Lazer/ Cursos	Profes./ Alunos	SAB.V.São José Igreja	D. Maria Pe. Paulo	Comunidade já discutiu
EMPG. Alveres Tiradentes	84-85	Lazer/ Curso	Eq.Téc./ Profs./APM	Igreja SAB	Pe. Franco	
EMPG. Isabel Fer reira Vieira	84/85	Cursos/ Lazer	APM/Profs./ Alunos/Func.	SAB		
EMPG. João de Deus C.Mello	84/85	Cursos/ Lazer	Eq.Téc./Profs. Alunos/APM	Igreja	Pe. Paulo	

ESCOLA	PERÍODO	TIPO PROGRAMAÇÃO	ENVOLV. ESCOLA	INSTITUIÇÃO DO BAIRRO	LIDERANÇAS	OUTRAS OBS.
EMPG. Carlos Andrade Rizzini	84-85	Lazer/ Cursos	Eq.Téc.Profs. APM/CCE			"Classe Média"
EMPG. Plácido de Castro	84-85	Lazer/ Cursos/ Culto	APM	SAB		"Pais de Clas se Média"
EMEI. Br. Rio Branco	1985					Não foi implantado
EMPG. Manoel C.F. Ferraz	84-85					Não foi implantado
EMPG. Afrânio Mello Franco	84-85	Reun.p/ Formar SAB/La- zer				
EMPG. Mário Moura de Albuquerque	84-85	Lazer	Prof/Eq.Téc/ APM/CCE	Igreja	D.Dora (Lider Com.) Araújo e Marco Polo	
EMPG. Antenor Nascente	84-85	Lazer	Eq.Téc/Func./ APM/Profs.	SAB	D. Filó	
EMPG. Joaquim C. A. Marques	1985					Igreja usa a escola antes do P.F.S.
EMPG. Milton A.F. Albuquerque	1985	Lazer/ Encontros Religiosos				
EMPG. Manoel de Abreu	84-85	Lazer	Prof/Eq.Téc./ APM/CCE	SAB	Sr. Onofre	

ESCOLA	PERÍODO	TIPO PROGRAMAÇÃO	ENVOLV. ESCOLA	INSTITUIÇÃO BAIRRO	DO	LIDERANÇAS	OUTRAS OBS.
EMPG. Miguel V. Ferreira							Cancelou a Inscrição
EMPG. Mário Marques Oliveira	84-85	Lazer	Eq.Téc./Profs. APM				
EMEI Jd. Nakamura	84-85			SAB/Casa Cultural/ Igreja Ortodoxa		Dona Dinah Dona Laura	
EMPG. Airton A. Ribeiro	84-85						
EMPG. Palimércio de Rezende	84-85	Lazer		SAB. Pq. Ipê Centro Comunitário SAB. Catanduva EC. Millan		Sr. Saraiva Mauro/Sra. Jesus Belchior e Rosa (Pais da APM) Sr. Colar	Existe Progr. da Escola pa ra os alunos durante o ano todo o Novo Diretor Supri miu
EMPG. Jorge Ameri cano	84-85	Lazer		SAB. Valo Velho CEB. S.J. Batista		Sr. Pedro (Pres.) " " Alberone (Vigia da Escola)	"População de baixa renda"
EMPG. Zulmira Cav. Faustino	84-85	Lazer	Eq.Téc./Profs. Func./APM	SAB. Pq. Regina Centro Comunitário Ass. Saúde e Cultura de Pq. Regina		Sr. Cícero (Pres.) D. Florinda (APM) Pe. Mauro	A SAB está lutando por asfalto e Iluminação na Rua da Es cola
EMPG. Gal. de Gaulle	1985	Lazer					

ESCOLA PÚBLICA:
PROJETOS E PRÁTICAS COLETIVAS
NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Relatório de pesquisa

Bolsista de Iniciação Científica:
Elie George Guimarães Ghanem Júnior

Pesquisadora:
Profa. Marília Pontes Sposito

Orientador:
Prof. Celso de Rui Beisiegel

Junho/1986

Í N D I C E

I. SÍNTESE DO TRABALHO REALIZADO.....	02
II. PROPOSTA DE CONTINUIDADE.....	05
III. FORMA DE REALIZAÇÃO.....	06
IV. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO.....	07
V. MATERIAL SELECIONADO.....	08

I. SÍNTESE DO TRABALHO REALIZADO

A pesquisa ESCOLA PÚBLICA: PROJETOS E PRÁTICAS COLETIVAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS, cuja intenção é investigar e analisar os conteúdos dos projetos educativos das classes populares urbanas, de sua prática política nos movimentos sociais e das alternativas que essas classes possam apresentar para a superação dos problemas atuais que caracterizam a escola pública, esquematicamente pode ser vista da seguinte forma:

1. Radiografia das principais lutas populares ocorridas em torno da escola pública, a partir da década de 70 na periferia urbana de São Paulo, privilegiando a análise das mobilizações pela permanência e pela melhoria das condições de ensino.

Esta radiografia está sendo traçada com base no levantamento de matérias publicadas na grande imprensa e imprensa dos bairros, arquivos das Secretarias Municipal e Estadual de Educação, além de centros de documentação dos movimentos populares, procurando-se coligir as demandas mais frequentes, situá-las, classificá-las e analisá-las.

2. Investigação em três áreas da periferia da Cidade:
 - Do conteúdo das representações populares diante da escola, dando ênfase à questão da permanência e da qualidade do ensino;
 - Da versão popular do conceito de participação, tendo em vista a democratização da escola pública;
 - Das práticas coletivas que exprimem as formas como os grupos populares estão concebendo a luta pela permanência e a realização de uma escola mais adequada a seus interesses.

3. Confrontação entre esses projetos e práticas produzidos no interior da classe trabalhadora com orientações que o Estado, intelectuais, partidos e Igreja têm levado para esses setores, tendo em vista sua participação no processo de democratização do ensino público.

Como bolsista de iniciação científica participamos da pesquisa em 1985, basicamente procurando contribuir para a reconstrução da história dos movimentos por educação a partir da década de 70, mediante o levantamento e investigação das comunidades que mantinham programas de integração com escolas da rede municipal de ensino.

A Secretaria de Educação do Município, através de sua Divisão de Programas e Atividades Especiais, iniciou em 1983 a implantação do PROJETO FIM-DE-SEMANA, que se constituiu numa experiência de abertura da escola para a comunidade e que consideramos relevante para a radiografia dos movimentos sociais por educação observados em São Paulo já que um conjunto significativo de informações pode ser levantado com essa experiência de integração, colaborando para a reconstituição da trajetória daqueles movimentos.

Um breve histórico e a proposta do PROJETO FIM-DE-SEMANA constam de nosso primeiro relatório, no qual descrevemos também nosso programa de estudos, o levantamento de dados por escola, as entrevistas realizadas com os técnicos, a seleção dos bairros e escolas visitadas, bem como as visitas, as condições em que ocorreu a investigação e o quadro teórico que informou a pesquisa. Pormenorizamos também as características do PROJETO em cada escola visitada.

Pensando nos limites e possibilidades de uma intervenção das camadas populares na escola pública, que seja significativa para impulsionar alterações que façam corresponder, cada vez mais, o trabalho educativo aos interesses daquelas classes, observamos ainda a debilidade da contribuição dos técnicos, uma vez que, nem eles, nem a popula-

ção, parecem ser já portadores de uma análise que localize com maior precisão, os meios pelos quais a escola faz reproduzir a discriminação e a dominação, em sua prática propriamente pedagógica, visto que a atuação dos usuários do ensino público restringe-se basicamente a alguns aspectos administrativos, efetivamente de maior visibilidade.

Apontamos em nosso relatório anterior que a natureza estatal do PROJETO FIM-DE-SEMANA fez emergir contradições, posto que o Estado coloca-se a expectativa de que, com seu estímulo, ocorra a interferência da população na escola, enxergando-a como fator de melhoria do ensino. Ao passo que a presença popular na escola abre espaço para uma grande quantidade de reivindicações dirigidas ao Estado, que este último atende de maneira comedida. Perguntamos então:

- Seria possível pensar que projetos como o FIM-DE-SEMANA tenham realmente farto estímulo estatal, de modo duradouro, inclusive?

- Será que os órgãos públicos, e a escola é um deles, não dispõem de meios para domesticar por muito tempo essa participação popular, controlá-la e conviver com ela nos limites aceitáveis para a conservação de seu atual modus operandi?

Colocamos também no relatório mencionado o interesse em realizar a proposta inicial de examinar as características da participação popular, a partir do trabalho da Secretaria Municipal de Educação, nos bairros e escolas da Zona Oeste da Cidade também, porque a escassez de tempo obrigou-nos a circunscrever nossas pretensões apenas à Zona Sul.

Ocorre que as eleições de novembro de 1985 alteraram bruscamente a composição da Prefeitura e, por consequência, a política de sua Secretaria de Educação. Já em janeiro de 1986, a quase totalidade dos técnicos que atuavam no PROJETO FIM-DE-SEMANA foi demitida e três Setores da Divisão de Programas (Setor de Instituições Auxiliares, Setor de Educação Não-formal e Setor de Educação Ambiental) foram de-

sativados. O PROJETO FIM-DE-SEMANA foi encerrado.

II. PROPOSTA DE CONTINUIDADE

Esses fatos são já suficientes para nos obrigar a uma revisão do direcionamento de nosso trabalho. O que estamos nos propondo agora é proceder a um estudo comparativo das propostas de relacionamento entre a rede de escolas e a população usuária, de modo a estabelecer parâmetros para a interpretação daquilo que pode ser considerado como avanço numa política educacional, hoje, precisamente nos aspectos de participação popular em decisões nesse âmbito.

Dispomos atualmente de considerável quantidade de material produzido pela Secretaria Municipal de Educação, especialmente aqueles mais diretamente relacionados com Associações de Pais e Mestres, Conselhos de Escola e Centros Cívicos Escolares (diplomas legais, projetos, textos de orientação para escolas, folhetos promocionais, apostilas, relatórios e balancetes enviados pelas escolas aos órgãos centrais), que desejamos analisar, buscando elementos que marquem uma diferenciação da última gestão da Secretaria em relação às anteriores, evidenciando os pontos que de fato se identifiquem com os interesses das classes populares. Isso se deve ao fato da gestão de Guiomar Mello à frente daquele órgão ter inscrito em sua política educacional a preocupação com a garantia ao acesso e permanência das classes populares na escola, de maneira muito nítida.

Fique claro que uma maior aproximação da definição do que sejam os interesses populares será procurada, inclusive com o auxílio das investigações concomitantes de nossos colegas e da pesquisadora, Profa. Marília Pontes Sposito, no conjunto do projeto da pesquisa.

Devemos assinalar que a aprovação do fornecimento da bolsa de iniciação científica para este ano, que possibilitou a continuação de nossas atividades, somente se concretizou em meados de maio deste ano. A falta de uma definição anterior a esse respeito fez com que este relatório contivesse apenas o trabalho que pudemos realizar ao reunir o material disponível, mediante uma seleção prévia dos documentos que poderiam ser de alguma relevância para os assuntos que estamos investigando. Assim sendo, o presente relatório trata efetivamente de um período muito curto, de aproximadamente um mês de atividade.

III. FORMA DE REALIZAÇÃO

Exceto a realização de entrevistas, as demais tarefas propostas serão executadas nas dependências do NESE-Núcleo de Estudos de Sociologia da Educação, na Faculdade de Educação da USP.

1. Reunião, leitura e seleção do material produzido pela Secretaria Municipal de Educação, com o levantamento de eventuais lacunas de documentação;
2. Entrevistas com pessoas que ocuparam postos de direção na Secretaria, particularmente na Divisão de Progamas e Atividades especiais;
3. Estudo de obras que abordam as relações entre Estado e movimentos sociais;
4. Análise do material referido, das entrevistas e dos dados já reunidos em nosso primeiro relatório.

IV. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A reunião do material até agora disponível e a posterior seleção que efetuamos, ocorreu tendo em vista a relevância para a pesquisa e a verificação das lacunas de documentação. Basicamente nos preocupamos em encontrar indícios que poderiam nos conduzir a:

- Reconstrução do quadro histórico em que surgem propostas do Estado relativas à participação da população na escola;
- Caracterização dos objetivos propostos pelo Estado para essa participação;
- identificação dos meios colocados pelo Estado à disposição da população, visando a sua participação na escola pública;
- Composição da trajetória das formas de participação popular nas unidades de ensino, principalmente das Caixas Escolares, Associações de Pais e Mestres e Conselhos de Escola;
- Registro de projetos oficiais que propunham atividades de integração escola-comunidade;
- Levantamento dos resultados alcançados pelo Estado através das diversas de normatização e estímulo à participação;
- Levantamento dos problemas que a participação regulamentada pode ter colocado;
- Caracterização do discurso dos representantes do Estado relativamente ao papel da escola pública, ao papel destinado à comunidade na tarefa educacional e no relacionamento com o poder público.

V. MATERIAL SELECIONADO

1. Estatuto Reformulado das Caixas Auxiliares de Assistência, Divisão de Educação e Recreio/Seção Técnico-Educacional
SME - 1968
2. Portaria nº 34/69 de Paulo Zingg, Diretor Substituto do Departamento de Educação e Recreio, modificando o Regulamento das Caixas Auxiliares de Assistência.
SME - 1969
3. Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres,
SME - 1971
4. Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres, fixado pela Portaria nº 4.800 de 13.09.71, modificada pela Portaria nº 2.349 de 21.09.72.
SME - 1972
5. Relatório Anual de 1972 - Caixas Auxiliares de Assistência, Seção Técnico-Educacional.
SME - 1972
6. Resolução SE nº 15, de 23.09.72, sobre o I Simpósio de APM Secretária da Educação do Estado de São Paulo, Esther de Figueiredo Ferraz.
7. O papel da APM no processo educativo, palestra de Alzira Camargo Lopes, I Simpósio de APM, 1972.
8. Portaria nº 12/74, de 23.01.74, da Diretora do Departamento Municipal de Ensino sobre iniciativas visando angariar fundos nas unidades escolares.
SME - 1974
9. Circular nº 2/74, da Chefe da Seção Técnico-Assistencial, elevando o teto das contribuições às Caixas Auxiliares de

Assistência.

SME - 1974

10. Sugestões apresentadas para o melhor funcionamento da APM,
Divisão de Orientação Técnica
SME - 1975
11. Instruções sobre a comprovação da aplicação de recursos,
Associações de Pais e Mestres da Rede Municipal
Divisão de Orientação Técnica
SME - 1975
12. Pesquisa sobre o funcionamento de APM, amostragem de 10%
das unidades da Rede Municipal.
Divisão de Orientação Técnica - Secção de Setores Especiais.
SME - 1975
13. Modelo de ficha de cadastramento dos sócios da APM,
DOT / SSE / Setor de Instituições Auxiliares
SME - 1975
14. SP-HOJE, revista editada pela Secretaria de Imprensa do
Gabinete do Prefeito. Janeiro/1975.
15. Projeto Dinamização das APM - DOT/SSE/SIA
SME - 1976
16. Orientações de providências das escolas quanto a assembleias
gerais ordinárias de APM - SSE/SIA
SME - 1977
17. Relatório de avaliação do Projeto Dinamização da APM,
DOT / SSE / SIA
SME - 1976

18. Sugestões de atividades para as seções de Palestras e Conferências do Projeto Dinamização da APM SSE / SIA
SME - 1976
19. Planos para reuniões do Projeto Dinamização da APM
SSE / SIA
SME - 1976
20. Circular nº 11/76 (D.O. 30.04.76), do Diretor do Departamento Municipal de Ensino, proibindo rifas e demais atividades para coleta de recursos que envolvam alunos.
SME - 1976
21. Circular nº 21/76, da Diretora do Depto. de Educação Infantil, contendo diretrizes para atividades.
SME - 1976
22. Memorando da Diretora da EMEI Viriato Correa, sobre contratação de mãe a ser remunerada com dinheiro da CAA.
SME - 1976
23. Comunicado nº 40/77, de 10.06.77, do Diretor do Departamento Municipal de Ensino sobre iniciativas visando angariar fundos nas unidades de ensino.
SME - 1977
24. Circular nº 07/77, da Diretora do Depto. de Educação Infantil sobre a Semana da Alimentação Escolar.
SME - 1977
25. Súmula de decretos/portarias/comunicados/circulares
Setor de Instituições Auxiliares
SME - s.d.
26. Projeto Interação Pais-Escola, DEPLAN - Setor de Orientação Educacional.
SME - 1978
27. Material do Setor de Instituições Auxiliares, distribuído aos participantes do curso "Aspectos Pedagógicos e Ad

do aos participantes do curso "Aspectos Pedagógicos e Administrativos da Direção Escolar" - DOT.

SME - 1978

28. Ata da reunião para escolha dos membros da CAA da EMEI E-VARISTO DA Veiga

SME - 1978

29. Subsídios e sugestões para a organização e funcionamento das Associações de Pais e Mestres DME/DOT/SSE/SIA

SME - s.d.

30. Educação e Comunidade

SME - 1978

31. Síntese da tabulação de relatórios de visita a Centros CÍVICOS Escolares. Setor de Instituições Auxiliares

SME - 1979

32. Associação de Pais e Mestres das Escolas Municipais, DEPLAN / Setor de Atividades Especiais / SIA

SME - 1980

33. Quadro Geral da situação financeira das APM das unidades escolares (maio/78-abril/79) - SIA

SME - 1980

34. Quadro Geral da situação financeira das CAA (78 e 79)-SIA

SME - 1980

35. Planejamentos de Centros Cívicos Escolares da Rede Municipal.

SME - 1981

36. Balancetes das CAA de EMEI - agosto/setembro-1981

SME - 1981

37. Balancetes das CAA de EMEI - julho/agosto-1981

SME - 1981

38. Balancetes das CAA de Emei - maio/junho-1981
SME - 1981
39. Balancetes das CAA de EMEI - abril/maio-1981
SME - 1981
40. Balancetes das CAA de EMEI - janeiro/fevereiro-1981
SME - 1981
41. Balancetes das CAA de EMEI - fevereiro/março-1981
SME - 1981
42. Boletim Informativo ENSINO MUNICIPAL - ano 1, nº 2
SME - 1981
43. Boletim Informativo ENSINO MUNICIPAL - ano 1, nº 3
SME - 1981
44. Quadro Geral das APM das unidades escolares (1981-1982)
SME - 1982
45. Planejamentos de Centros Cívicos Escolares
SME - 1982
46. Relatórios de Centros Cívicos Escolares
SME - 1982
47. Fichas cadastro de orientadores de CCE
SME - 1982
48. Boletim Informativo ENSINO MUNICIPAL - ano 2, nº 8
SME - 1982
49. Fichas cadastro de orientadores de CCE
SME - 1983
50. Planejamentos de Centros Cívicos Escolares
SME - 1983

51. Boletim Informativo, ano 6, nº 48
SMA - 1983
52. Boletim Informativo APEEEM, nº 5
Associação dos Professores e Especialistas do Ensino Municipal - 1983
53. Projeto Mutirão, folheto de divulgação
SME - 1983
54. Papel da APM na integração escola comunidade
Divisão de Programas e Atividades Especiais - SIA
SME - 1984
55. APM - para quê?
Divisão de Programas e Atividades Especiais - SIA
SME - 1984
56. Informes sobre APM, em relação ao Estatuto Padrão
Divisão de Programas e Atividades Especiais - SIA
SME - 1984
57. Atas de Conselhos de Escola - DREM 1 e DREM 3
SME - 1984
58. Atas de Conselhos de Escola - DREM 4 e DREM 5
SME - 1984
59. Planos de preservação de escolas - DREM 1 e DREM 2
SME - 1984
60. Planos de preservação de escolas - DREM 3/DREM 4/DREM 5
SME - 1984
61. Relatório das atas de Conselhos de Escolas de Educação Infantil - DREM 1/DREM 3/DREM 4/DREM 5
SME - 1984

62. Súmula de legislação (1971-1984), Setor de Instituições Auxiliares.
SME - 1984
63. Texto para discussão em reunião de APM, tendo em vista a organização do I Encontro de APM's da Rede Municipal
Setor de Instituições Auxiliares
SME - 1985
64. Sobre a nova proposta de Regimento Comum das Escolas Municipais de São Paulo
Setor de Instituições Auxiliares
SME - 1985
65. Carta da Secretária ao Aluno do Ensino Municipal, sobre o Dia Nacional de debate e mobilização pela Educação
SME - 1985
66. Plano Trienal 1985-1987
SME - 1985
67. Planos de Trabalho para 1986, Divisão de Programas e Atividades Especiais
SME - 1985
68. EMPG Oscar Pedroso Horta - Roteiro para avaliação da unidade
SME - 1985
69. ESCOLA MUNICIPAL, revista editada pela SME:
ano 1, nº 1 - set/1968
ano 4, nº 4 - dez/1974
ano 8, nº 5 - dez/1975
ano 9, nº 6 - dez/1976
ano 10, nº 7 - dez/1977
ano 11, nº 8 - dez/1978
ano 13, nº 9 - dez/1980
ano 14, nº 10 - dez/1981

ESCOLA PÚBLICA: PROJETOS E
PRÁTICAS COLETIVAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

RELATÓRIO DE PESQUISA

Bolsista de Iniciação Científica:
Elie George Guimarães Ghanem Júnior

Pesquisadora:
Profa. Marília Pontes Sposito

Orientador:
Prof. Celso de Rui Beisiegel

Dezembro de 1986

ÍNDICE

I. SÍNTESE DO TRABALHO REALIZADO.....	01
II. CONDIÇÕES EM QUE OCORREU A INVESTIGAÇÃO.....	07
III. PERIODIZAÇÃO.....	09
IV. ANÁLISE DOS DADOS COMPILADOS.....	13
V. ENTREVISTAS.....	69
VI. OBRAS ESTUDADAS.....	91
VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
VIII. NOTAS.....	101

I. SÍNTESE DO TRABALHO REALIZADO

A pesquisa ESCOLA PÚBLICA: PROJETOS E PRÁTICAS COLETIVAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS, cuja intenção é investigar e analisar os conteúdos dos projetos educativos das classes populares urbanas, de sua prática política nos movimentos sociais e das alternativas que essas classes possam apresentar para a superação dos problemas atuais que caracterizam a escola pública, esquematicamente pode ser vista da seguinte forma:

1. Radiografia das principais lutas populares ocorridas em torno da escola pública, a partir da década de 70 na periferia urbana de São Paulo, privilegiando a análise das mobilizações pela permanência e pela melhoria das condições de ensino.

Esta radiografia está sendo traçada com base no levantamento de matérias publicadas na grande imprensa e imprensa dos bairros, arquivos das Secretarias Municipal e Estadual de Educação, além de centros de documentação dos movimentos populares, procurando-se coligir as demandas mais frequentes, situá-las, classificá-las e analisá-las.

2. Investigação em três áreas da periferia da Cidade:

- Do conteúdo das representações populares diante da escola, dando ênfase à questão da permanência e da qualidade do ensino;
- Da versão popular do conceito de participação, tendo em vista a democratização da escola pública;
- Das práticas coletivas que exprimem as formas como os grupos

populares estão concebendo a luta pela permanência e a realização de uma escola mais adequada a seus interesses.

3. Confrontação entre esses projetos e práticas produzidos no interior da classe trabalhadora com orientações que o Estado, intelectuais, partidos e Igreja têm levado para esses setores, tendo em vista sua participação no processo de democratização do ensino público.

Como bolsista de iniciação científica da FAPESP, participamos da pesquisa em 1985, basicamente procurando contribuir para a reconstrução da história dos movimentos por educação a partir da década de 70, mediante o levantamento e investigação das comunidades que mantinham programas de integração com escolas da rede municipal de ensino.

A Secretaria de Educação do Município, através de sua Divisão de Programas e Atividades Especiais, iniciou em 1983 a implantação do PROJETO FIM-DE-SEMANA, que se constituiu numa experiência de abertura da escola para a comunidade e que consideramos relevante para a radiografia dos movimentos sociais por educação observados em São Paulo, já que um conjunto significativo de informações pode ser levantado com essa experiência de integração, colaborando para a reconstituição da trajetória daqueles movimentos.

Um breve histórico e a proposta do PROJETO FIM-DE-SEMANA constam de nosso primeiro relatório, no qual descrevemos também nosso programa de estudos, o levantamento de dados por escola, as entrevistas realizadas com os técnicos, a seleção dos bairros e escolas visitadas, bem como as visitas, as condições em que ocorreu

a investigação e o quadro teórico que informou a pesquisa. Pormenorizamos também as características do PROJETO em cada escola visitada.

Pensando nos limites e possibilidades de uma intervenção das camadas populares na escola pública, que seja significativa para impulsionar alterações que façam ^{ser} responder, cada vez mais, o trabalho educativo aos interesses daquelas classes, observamos ainda a debilidade da ação dos técnicos, uma vez que, nem eles, nem a população, parecem ser já portadores de uma análise que localize com maior precisão, os meios pelos quais a escola faz reproduzir a discriminação e a dominação, em sua prática propriamente pedagógica, visto que a atuação dos usuários do ensino público restringe-se basicamente a alguns aspectos administrativos, efetivamente de maior visibilidade.

Apontamos naquele relatório que a natureza estatal do PROJETO FIM-DE-SEMANA fez emergir contradições, posto que o Estado coloca-se a perspectiva de que, com seu estímulo, ocorra a interferência da população na escola, enxergando-a como fator de melhoria do ensino. Ao passo que a presença popular na escola abre espaço para uma grande quantidade de reivindicações dirigidas ao Estado, que este último atende de maneira comedida. Perguntamos então:

- Seria possível pensar que projetos como o FIM-DE-SEMANA tenham realmente farto estímulo estatal, de modo duradour~~o~~ inclusive?
- Será que os órgãos públicos, e a escola é um deles, não dispõem de meios para domesticar por muito tempo essa participação popular, controlá-la e conviver com ela nos limites aceitáveis

para a conservação de seu atual modus operandi?

Colocamos também no relatório mencionado o interesse em realizar a proposta inicial de examinar as características da participação popular, a partir do trabalho da Secretaria Municipal de Educação, nos bairros e escolas da Zona Oeste da Cidade também, porque a escassez de tempo obrigou-nos a circunscrever nossas pretensões apenas à Zona Sul.

Ocorre que as eleições de novembro de 1985 alteraram bruscamente a composição da Prefeitura e, por consequência, a política de sua Secretaria de Educação. Já em janeiro de 1986, a quase totalidade dos técnicos que atuavam no PROJETO FIM-DE-SEMANA foi demitida e três setores da Divisão de Programas (Setor de Instituições Auxiliares, Setor de Educação Não-Formal e Setor de Educação Ambiental) foram desativados, encerrando-se o PROJETO.

Em nosso segundo relatório observamos que o acima exposto obrigou-nos a uma revisão do direcionamento de nosso trabalho e nos propusemos, então, realizar um estudo comparativo das propostas de relacionamento entre a rede de escolas e a população usuária, de modo a estabelecer parâmetros para a interpretação daquilo que poderia ser considerado como avanço numa política educacional, hoje, precisamente nos aspectos de participação popular.

Dispondo de considerável quantidade de material produzido pela Secretaria Municipal de Educação, especialmente aqueles mais diretamente relacionados com Associações de Pais e Mestres, Caixas Escolares e Conselhos de Escola (diplomas legais, projetos, textos de orientação para escolas, folhetos promocionais

e balancetes enviados pelas escolas aos órgãos centrais), desejávamos analisá-lo, buscando elementos que marcassem uma diferenciação da última gestão da Secretaria em relação às anteriores, evidenciando pontos que se identificassem com os interesses das classes populares. Essa proposta de continuidade deveu-se ao fato de a gestão de Guimar Mello na Secretaria ter inscrito em sua política educacional, de maneira muito nítida, a preocupação com a garantia do acesso e permanência das classes populares na escola.

A prorrogação da concessão da bolsa, que possibilitou a continuação de nossas atividades, somente se confirmou em meados de maio deste ano. A falta de uma definição anterior fez com que nosso segundo relatório contivesse apenas o trabalho que pudemos realizar ao reunir o material disponível, mediante uma seleção prévia dos documentos que poderiam ser relevantes para os assuntos que estamos investigando. Fizemos então, constar de nosso segundo relatório uma relação do material selecionado, organizado em ordem cronológica, preocupando-nos em procurar indício que nos conduzissem a:

- Reconstrução do quadro histórico em que surgem propostas do Estado relativas à participação da população na escola;
- Caracterização dos objetivos propostos pelo Estado para essa participação;
- Identificação dos meios colocados pelo Estado à disposição da população, visando a sua participação na escola pública;
- Composição da trajetória das formas de participação popular nas

- unidades de ensino, principalmente das Caixas Escolares, Associações de Pais e Mestres e Conselhos de Escola;
- Registro de projetos oficiais que propunham atividades de integração escola-comunidade;
 - Levantamento dos resultados alcançados pelo Estado através das diversas formas de normatização e estímulo à participação;
 - Levantamento dos problemas que a participação regulamentada pode ter colocado;
 - Caracterização do discurso dos representantes do Estado relativamente ao papel da escola pública, ao papel destinado à comunidade na tarefa educacional e no relacionamento com o poder público.

Feita a reunião e a leitura seletiva do material, com o levantamento de lacunas de documentação, adotamos, como forma de realização do trabalho descrito no presente relatório, o preenchimento das lacunas referidas e os pontos a seguir:

1. Entrevistas com pessoas que ocuparam postos de direção na Secretaria Municipal de Educação, particularmente na Divisão de Programas e Atividades Especiais;
2. Estudo de obras que abordam as relações entre Estado e movimentos sociais;
3. Análise do material referido, das entrevistas e dos

dados já reunidos em nosso primeiro relatório.

II. CONDIÇÕES EM QUE OCORREU A INVESTIGAÇÃO

As maiores dificuldades encontradas nesta fase de nosso estudo foram a falta de pesquisas que abordassem a evolução política da Capital e a ausência de documentação sobre as atividades das instituições auxiliares da escola, no município de São Paulo, antes de 1970.

Procuramos enfrentá-las, por um lado, amparando-nos em ^{estudos} cujo objeto central não era a política paulistana e, por outro, recorrendo à comparação entre a legislação que rege as escolas estaduais e a que se aplica às municipais.

A SME* sofreu muitas reformas administrativas, realocando seus quadros, e isso tornou-se um grande obstáculo para encontrar funcionários antigos, que pudessem informar especificamente sobre o nosso assunto. O que sabemos é que a Secretaria sempre tratou burocraticamente a questão das instituições auxiliares ^{exercendo} apenas um controle formal sobre elas. Os funcionários mais antigos já haviam se aposentado ou se afastaram quando o PMDB assumiu a Prefeitura.

Uma pessoa talvez pudesse informar bastante a respeito, ocupando atualmente cargo importante, é Sebastião Hermes Verniano, que está à frente da SUPEME - Superintendência Municipal de

* Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

Educação. A este órgão está subordinada a Divisão de Programas e Atividades Especiais. Fizemos vários contatos telefônicos e marcamos diversas vezes horários para entrevista, mas sempre fomos surpreendidos por alguma reunião ou comemoração que exigia sua presença, adiando indefinidamente nosso encontro.

Também muito atarefada, a Superintendente na gestão PMDB, Eny Marisa Maia, agora assessora do vereador Arnaldo Madeira, encontrava-se bastante absorvida pela campanha eleitoral de 1986. Para falar sobre as propostas da Secretaria durante a experiência do PROJETO FIM-DE-SEMANA, entrevistamos Vera Bussinger, então Diretora da Divisão de Programas, e Marcia Cirne Lima, sua assessora de maior contato com o PROJETO.

Assinalamos finalmente que o problema da falta de documentação das atividades dos órgãos públicos e de sua relação com o público se agravou, devido à destruição pura e simples de arquivos. Em contato que tivemos com Lizete Arelaro, Chefe da Assessoria Técnica da SME entre 1983 e 1985, soubemos que essa prática deletéria já ocorria em outros tempos, acentuada pela intermitência e quantidade de gestões de secretários, parecendo ter sido intencional quando houve a passagem do cargo a Guiomar Mello.

Voltamos à Divisão de Programas, na atual gestão do Secretário Paulo Zingg, indicado pelo Prefeito Jânio Quadros. Os arquivos já não podiam ser consultados, os papéis do Setor de Instituições Auxiliares haviam sido empacotados e retirados de lá, uma vez que o órgão fora extinto. O material deste Setor que utilizamos faz parte dos arquivos do NESE - Núcleo de Estudos de Sociologia da Educação, da Faculdade de Educação da USP.

III. PERIODIZAÇÃO

O trabalho que expusemos em nosso primeiro relatório consistiu essencialmente em informações sobre o PROJETO FIM-DE-SEMANA, sendo esta uma das propostas mais avançadas que, em nossa opinião, foram praticadas pelo poder público, efetivando-se com a explícita finalidade de contribuir com a participação da população na escola, pondo à disposição seu espaço físico para atividades do interesse de grupos e indivíduos das comunidades locais onde se situam as escolas.

A Divisão de Programas, responsável pelo PROJETO FIM-DE-SEMANA, tinha como meta geral a integração escola-comunidade e, buscando articular o PROJETO com as instituições auxiliares (APM-Associação de Pais e Mestres e CCE-Centro Cívico Escolar), visava recuperar sua legitimidade como órgãos representativos de pais, professores e alunos, deixando como suposto que, se tais órgãos funcionassem com todo o seu potencial, não seria necessário um projeto para a integração entre a escola e a comunidade (vide 1º Relatório/1985). Portanto, o surgimento desse PROJETO liga-se à constatação da inoperância ou de um desvirtuamento do papel original daquelas instituições.

A fim de melhor compreendermos a gênese e o alcance desse empreendimento que partiu do Estado, lançamo-nos a uma investigação que, ao menos em seus traços mais característicos, pudesse retomar a trajetória das propostas oficiais de relacionamento entre a rede de escolas e a população usuária, procurando identificar os objetivos e meios colocados pelo Estado para a participação.

Recorremos, portanto, ao estudo dos aspectos ligados às instituições auxiliares da escola na legislação estadual e municipal, buscando semelhanças e diferenças, por dois motivos. Primeiramente, porque a organização e o funcionamento da rede municipal de ensino sempre sofreu grande influência do modelo seguido pelos órgãos estaduais. Em segundo lugar, porque o PROJETO FIM-DE-SEMANA foi proposto e implementado no âmbito da administração municipal.

Para encontrar melhor o sentido dos documentos legais e as necessidades que visavam atender, tratamos de situá-los, ainda que em linhas gerais, no contexto sócio-político em que surgiram e, dessa maneira, procedemos a uma periodização que nos auxiliasse a análise.

O primeiro período inicia-se em 1956, ano em que a Prefeitura de São Paulo inaugura sua atuação no campo do ensino primário, encerrando-se o período em 1964, data em que, com o golpe militar, rompe-se não apenas a ordem constitucional, mas também a prática política populista, típica, considerada como uma relação de barganha e compromisso⁽¹⁾. Consideramos também um outro aspecto desse período populista, que é o da ampliação do poder do Estado sobre os organismos da sociedade civil, já que nos preocupamos especialmente em verificar como se originou o controle pormenorizado da participação na escola, hoje encontrado sobretudo na Associação de Pais e Mestres, como canal quase exclusivo de relacionamento.

Situamos o segundo período no decênio de 1964 a 1974. Isto porque no decurso desse tempo o Estado sofre grandes transformações, seu aparato hipertrofia-se, multiplicando-se os

escalões intermediários de poder, as repartições públicas de função controladora e aumentando a distância entre os círculos decisórios e as unidades escolares, mais ainda, entre aqueles e os segmentos populares. Ademais, essa época assiste a uma agudização do problema da escassez de verbas para a educação, como de resto para todas as áreas chamadas sociais, uma vez que o Estado assume o papel de concentrador de recursos para servir de base ao desenvolvimento capitalista⁽²⁾, o que poderia se refletir na função supletiva das instituições auxiliares da escola, colaborando na manutenção de prédios e equipamentos. Dividimos assim os anos de governo autoritário porque, embora ele prossiga para além de 1974, é nesta data que sofre significativa inflexão, com a vitória da oposição nas eleições legislativas. Pensamos em detectar alguma repercussão dessa mudança das relações de forças ocorrida no plano político-institucional, que marcou nacionalmente o desgaste social e político do regime, reafirmado nas eleições subseqüentes até 1982 quando, pela primeira vez depois do golpe militar, a oposição conquista o executivo estadual.

O período que vai de 1974 a 1982 é marcado não só pelas derrotas políticas do regime, mas também pela reorganização da sociedade civil de maneira geral e dos movimentos reivindicatórios urbanos, em particular. Assim, o último período que resolvemos demarcar, inicia-se em 1982 (mais propriamente em março de 1983, com a posse do governador do PMDB), estudado até 1985, ano em que a experiência do PROJETO FIM-DE-SEMANA termina. Apesar de curto, se comparado com os outros, esse período envolve uma situação especialmente rica, principalmente pela conjunção de um governo estadual consagrado pelas urnas, com uma proposta de democratização sustentada por um discurso participacionista, e a presença de um movimento social mais desenvolvido, diversificado e que muito havia

contribuído com suas reivindicações para solapar os alicerces do regime autotitáριο.

Cumprе ainda ressaltar, quanto a essa periodização, que, tendo sido feita com o objetivo de auxiliar o estudo, não possui, evidentemente, qualquer pretensão de rigor historiográfico e as datas que fixamos servem apenas como referência dos momentos que podem ser considerados como a passagem para novas situações, com características predominantes, mesmo que estas existam embrionariamente em períodos anteriores.

IV. ANÁLISE DOS DADOS COMPILADOS

1. O Período Populista (1956-1964)

Durante a década de 50 o aumento da população dos centros urbanos ocorre em grandes proporções. Entre os fatores que mais concorreram para isso está a migração interna, que deslocou grandes contingentes das zonas rurais para as cidades. O município de São Paulo, cujo parque industrial permitia absorção desses grupos populacionais pelo mercado de trabalho, transformou-se em grande concentrador de mão-de-obra, ocasionando crescente demanda por escola elementar.

"A ampliação das matrículas, embora constante, não foi suficiente para absorver todo o contingente de população em idade escolar, particularmente até o início da década de 50. A aceleração do crescimento urbano, decorrente da industrialização intensiva da região de São Paulo, a partir de 1940, criou sérias dificuldades em relação à oferta de vagas nas escolas elementares do Estado"⁽³⁾.

No Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de São Paulo, estabelecido pelo Decreto nº 11, de 24 de fevereiro de 1956, pelo Secretário Vicente de Paula Lima, a duração dos trabalhos escolares, nos grupos que funcionavam em um ou dois períodos, é de quatro horas. Os grupos escolares que funcionavam nos três períodos tinham que realizar seus trabalhos em três horas. Essa variação no número de períodos indica a falta de classes para o ensino primário e, como consequência, maior desgaste do equipamento escolar com mais períodos. Entretanto, as instituições auxiliares não são ainda vistas como meio de fazer

frente a esse desgaste. Nesse mesmo Regimento, competia ao Diretor do Grupo presidir a todas as atividades escolares, à orientação do ensino e às relações entre a comunidade escolar e a sociedade. Também competia a ele "investigar e procurar conhecer e resolver o problema do desajustamento de alunos e o da repetência", assim como a criação e o desenvolvimento de instituições auxiliares, estimulando "por todos os meios ao seu alcance, as relações entre a escola e a família, criando e desenvolvendo instituições que facilitem e estreitem essas relações". Note-se que relações com a população usuária da escola são entendidas e valorizadas como relações com a família e problemas de repetência não se remetem ao questionamento do ensino, mas ao desajustamento do aluno, enquanto indivíduo. Não se faz alusão nesse Regimento a qualquer contato com entidade, organização, grupo ou movimento da comunidade do local onde está instalada a escola.

Quanto às instituições auxiliares, os Grupos Escolares deveriam manter obrigatoriamente duas: Caixa e Orfeão Escolar. A Caixa deveria ter todo seu movimento dirigido pelo Diretor, "sempre de acordo com a Diretoria dessa instituição". "O Grupo desenvolverá ainda esforços no sentido de manter também outras instituições escolares e auxiliares".

A importância com que se tratavam essas instituições revela-se nos deveres dos professores, inclusive substitutos: "Comparecer às reuniões convocadas pelo Diretor, ou por Autoridades do ensino, às solenidades e às sessões das instituições escolares e auxiliares, mesmo quando realizadas fora de seu período de trabalho"; "colaborar com o Diretor em todas as campanhas educativas de serviços assistenciais promovidos por iniciativas deste ou das autoridades superiores, prestigiando por toda maneira ao seu

alcance as instituições escolares e auxiliares da escola". Parece-nos mesmo que, principalmente por esse último trecho do Regimento, as funções desses órgãos figuram genericamente como educacionais e de assistência aos alunos mais pobres.

A ação conjunta da Prefeitura e do Governo Estadual foi uma das soluções encontradas para atender às necessidades escolares que, como já dissemos, cresciam aceleradamente. Para tanto foram firmados convênios, assinado o primeiro em 14 de setembro de 1943, mas vigorando de fato apenas em 1948⁽⁴⁾. Através desses convênios, o Município desenvolveria um programa de construções escolares, que seriam ocupadas por grupos escolares criados e geridos pelo Estado, nomeando funcionários, para atender à população em idade escolar que aumentava. Em 1949 assina-se um segundo convênio, visando atender o problema emergente da falta de vagas nas escolas primárias. Paralelamente, o Governo do Estado constrói galpões de madeira em bairros da periferia, em caráter de emergência.

O aprofundamento da crise do ensino primário da Capital é concomitante à intensificação dos movimentos populares e às disputas entre as lideranças populistas. É fruto desse processo a criação do Ensino Municipal. Os políticos em postos do executivo, tanto municipal quanto estadual, colhiam dividendos com os convênios, uma vez que o atendimento da demanda pelo ensino terminava se remetendo à sua responsabilidade, mediante o fornecimento de construções pela Prefeitura e a criação das escolas pelo Governo do Estado. Também o legislativo estadual se beneficiava politicamente do acordo, uma vez que o deputado estadual servia como mediador entre a população e o poder público para a criação dos estabelecimentos⁽⁵⁾. Já os veradores, alheios a esse circuito, questionavam os convênios e a lisura na aplicação

de seus recursos financeiros⁽⁶⁾.

Em novembro de 1954, após aprovação na Assembléia Legislativa, o Convênio não é ratificado pela Câmara Municipal. A compatibilidade entre os executivos estadual e municipal, ocupados por políticos ademaristas, já havia sido rompida com a eleição de Jânio Quadros para a Prefeitura. Este pretende uma ação mais efetiva na oferta de escolas primárias mas, ascendendo rapidamente em sua carreira, não termina o mandato como Prefeito, elegendose Governador em outubro de 1954. Suas pressões sobre o Prefeito ademarista Lino de Matos fazem com que este renuncie em abril de 1956, assumindo o Vice-Prefeito Wladimir de Toledo Piza, do PTB.

Segundo Marília Sposito, Piza deu continuidade aos planos de criação do ensino elementar municipal, "antevendo os ganhos políticos que obteria com a iniciativa". Segundo essa autora: "Os debates em torno da viabilidade ou da conveniência desse projeto atingiam os setores mais diversos, não só os órgãos da educação ligados à Prefeitura ou ao Poder Estadual, como a imprensa, educadores e os movimentos de bairros. A formação de sistemas de ensino mantidos pelos municípios era idéia defendida há algumas décadas por vários intelectuais. Entretanto, educadores da Capital e setores da imprensa opositores de Piza criticavam a medida denunciando seu caráter político eleitoral. Nessa ocasião eram condenados os interesses presentes na distribuição dos futuros cargos de professores e diretores, um grande trunfo para aqueles que estariam disputando as próximas eleições municipais marcadas para 1957. Os movimentos populares também apresentavam tendências divergentes em face da Municipalização do ensino. As organizações de bairro, sujeitas às vicissitudes da política populista, tiveram sua mobilização determinada pelas correntes políticas em atrito.

Segundo depoimentos de antigas lideranças, os Comitês Distritais, criados pela coligação Lino-Piza, apoiavam as medidas da Prefeitura, enquanto as SABs, mais sujeitas à influência do janismo, apoiavam o Governo Estadual criticando as propostas do Prefeito"⁽⁷⁾.

Em 02 de agosto de 1956, Toledo Piza baixa o Decreto nº 3.185, criando o Ensino Municipal. Em que pese seu artigo 7º, prescrevendo que a "Secretaria de Educação e Cultura fará que as unidades escolares municipais sejam modelares em suas instalações higiênico-pedagógicas e no ensino ministrado", as ditas instalações permanecerão precárias por muito tempo.

Segundo Tullo Vigevani⁽⁸⁾, a denúncia do Convênio escolar "teve como consequência imediata, conforme documentação da época e depoimentos de funcionários da Secretaria da Educação e Cultura e da Comissão de Construções Escolares no período, uma ação da Prefeitura no sentido da implementação, até com meios artesanais e quase caseiros, do ensino primário de parte da municipalidade"⁽⁹⁾.

O Decreto nº 3.185, estabelece ainda, em seu artigo 12, que as despesas com sua execução "correrão, a partir do próximo exercício, pela conta do 'Fundo do Convênio Escolar' e sub-conta 'Manutenção e Auxílio ao Ensino Primário'". Mas, não tendo sido renovado o Convênio, as verbas para manutenção do Ensino Municipal ficaram reduzidas aos recursos da Prefeitura.

É novamente Marília Sposito quem afirma: "As tentativas de solucionar os problemas de atendimento à população infantil, caminhando no sentido de sua universalização, tornaram mais graves as condições materiais da rede de ensino, principalmente no que diz respeito às suas instalações. Assim, a deficiência de prédios

escolares que comportassem as classes de ensino primário — há muitos anos acompanhando a evolução do sistema de ensino oficial — tornara-se um dos obstáculos mais sérios, impedindo a melhoria das condições do ensino oferecido à coletividade"⁽¹⁰⁾.

Uma das características mais marcantes do período populista é a ampliação do poder do Estado sobre os organismos da sociedade civil, numa interpenetração de instituições dessas duas esferas, mediante os laços de compromisso entre os "caciques" que controlavam o aparato estatal e as lideranças dos setores populares, em que os deveres do Estado terminam sendo cumpridos a partir de aspirações e reivindicações populares, mas figuram como concessão, obséquio.

Acreditamos que uma das facetas dessa ampliação da ingerência do Estado é a regulamentação e padronização da participação na escola. Observamos isso muito mais através dos diplomas legais emitidos pelos órgãos estaduais, mas pensamos que, no âmbito do Ensino Municipal, o mesmo espírito foi assumido. "De início, o Ensino Municipal prendeu-se ao modelo do Estado em estrutura administrativa e funcionamento", afirma a Profa. Maria Aparecida Rodrigues Cintra, orientadora pedagógica da rede municipal, que fez parte do grupo que criou o serviço de Orientação Pedagógica, em fevereiro de 1957⁽¹¹⁾. Além disso, afirma Rosely Fischmann que "inicialmente, os quadros administrativos da Secretaria de Educação e Cultura compunham-se de elementos aposentados na Rede Estadual, a partir, mesmo, do próprio Secretário"⁽¹²⁾.

Atendendo a representação a Chefia do Serviço de Instituições Auxiliares da Escola, através da Portaria nº 76, de 20 de outubro de 1956, o Diretor Geral do Departamento de Educação

da Secretaria Estadual, aprova Estatuto Padrão para todos os estabelecimentos de ensino secundário e normal, "tendo em vista a conveniência de atualizar e padronizar a regulamentação dos Órgãos de Cooperação Escolar", facultando adequações de acordo com a realidade ambiental das diversas regiões do Estado, "uma vez que tais modificações não mutilem o contexto em seu espírito original". As instituições do gênero deveriam adaptar, com urgência, seus estatutos a esse. E todas as escolas deveriam remeter um cópia do Estatuto do Órgão de Cooperação Escolar à Chefia de Serviço de Instituições Auxiliares da Escola, quer fosse ele igual ao padrão, adaptado ou modificado. Dar-se-ia a autorização de funcionamento somente após aprovação do Estatuto, mediante um certificado fornecido pela Chefia.

Dentre as finalidades do Órgão de Cooperação Escolar está a de assistência social e material aos alunos, a constituição de um fundo de reserva, no sentido de amparar Instituições de outras escolas congêneres da mesma região, mediante empréstimo autorizado e regulado pela sua Direção, além de oferecer sugestões à Direção do Estabelecimento sobre todos os assuntos pertinentes à vida escolar e servir de mediador entre a escola e a comunidade citadina.

Os meios e recursos para atender às finalidades fixadas são as contribuições de alunos, mestres e amigos da escola, donativos e subvenções oficiais, rendas de festivais, saraus, pelepas esportivas, sessões de cinema educativo, vendas de apostilas e de outras publicações e "todos os proventos conseguidos por meios dignos e legais", assim como a exploração da Cantina. Mas as atividades na escola, com fins de arrecadação de fundos, dependiam de expressa autorização da Direção, "ad referendum" do

Serviço de Instituições Auxiliares da Escola, do Departamento de Educação.

O cargo de Presidente do Órgão de Cooperação Escolar é nato e ocupado pelo Diretor, todos os outros (vice-presidente, secretário, tesoureiro e oito conselheiros) são preenchidos por eleição, com maioria simples de votos. Um membro da Congregação(!) do Estabelecimento, por ela escolhido, tinha direito a voz e voto na Diretoria do Órgão de Cooperação.

Todos esses elementos dizem respeito a uma escola secundária destinada às elites e presa ao caminho da universidade, como demonstra, por exemplo, a existência e a importância de uma Congregação, como ocorre no ensino superior. O caráter básico do Órgão de Cooperação é assistencial, dando mesmo a impressão da prática da caridade, como se fosse uma derivação do ideário do favor, que impregna a política populista.

Sob a justificativa de descentralizar a administração do ensino, o Diretor Geral do Departamento de Educação fixa o Regulamento das Caixas Escolares do Estado de São Paulo, através da Portaria nº 58, de 27 de setembro de 1957. Nesse Regulamento as Caixas são consideradas Instituições Escolares e Auxiliares da Escola, com finalidade específica de "socorrer educandos reconhecidamente pobres", com o que for materialmente necessário para a sua regular frequência às aulas (alimentação, material escolar, vestuário, medicamentos e óculos). Seus recursos provêm de donativos e contribuições. Seus órgãos administrativos são a Diretoria, Conselho Fiscal e Protetor e Comissão de Alunos. O presidente é o Diretor da escola ou seu substituto e a Diretoria da Caixa é eleita entre professores, pais e pessoas gradas do local.

Tais características induzem a pensar que fazer parte de um órgão como esse é como assumir um posto de honra, conferido àqueles cuja magnanimidade deveria ser publicamente reconhecida. Evidentemente, a concepção que fundamenta a Caixa Escolar, com a generosa função de socorrer os educandos pobres, admite como necessária a existência de educando pobres, admite e leva a desigualdade à institucionalização.

O Conselho Fiscal, por exemplo, é composto de dois ou mais professores eleitos, autoridades, como o Prefeito, o Presidente da Câmara, Juiz de Direito, Promotor Público, Delegado de Polícia, funcionários federais, estaduais e municipais e pessoas "gradas". Aliás, a palavra grada, comporta o significado de vontade, bom grado, e tem também o sentido de notável, importante. Ambos os significados seriam aplicáveis. Esses atributos envolvem também a Comissão de Alunos. Composta de cinco ou mais membros, escolhidos pelo Diretor entre os mais adiantados do estabelecimento, sua escolha deveria ter "um sentido de prêmio".

A interferência do poder do Estado persiste, com a institucionalização e a conseqüente padronização das formas e papéis da presença da comunidade que cerca a escola. Nas Disposições Gerais do Regulamento afirma-se que os proventos das Caixas Escolares se destinam a auxílios e aparelhamento e "nenhuma outra organização com finalidade de auxílio material a alunos pode existir com outra denominação ou sem subordinar-se a estas normas estatutárias". E tratavam-se de normas que abrangiam escolas primárias, secundárias e normais.

2. O Período Autoritário. Primeira Década (1964-1974)

Nos momentos iniciais do regime autoritário a burocracia pública ainda não parece ser meio que supere a repressão aberta, como expediente utilizado para paralisar os movimentos sociais. Com o passar do tempo, o aparato estatal multiplica seus órgãos, desenvolvendo-se e adquirindo enormes proporções. Essas transformações acompanharam o redirecionamento do Estado para o atendimento da expansão econômica favorável aos monopólios, concentrando recursos para isso e trazendo prejuízos para o suprimento de equipamentos de consumo coletivo, vitalmente necessários às classes trabalhadoras.

A escola, enquanto parte desses equipamentos, também se torna vítima da desobrigação do Estado e a manutenção do ensino público se agrava com as orientações privatistas e a falta de verbas. Sob a vigência da Constituição de 1946, a União deveria reservar para os gastos com o ensino pelo menos 10% da receita de impostos. Os estados e municípios deviam vincular à educação 20% de seus orçamentos.

De acordo com Cunha⁽¹³⁾, da Constituição de 1967, "que o regime autoritário fez o Congresso aprovar, foi retirada a vinculação automática de verbas para o ensino, no plano da União: podia-se gastar 10%, como 15%, como 5%. Assim, a participação do MEC no orçamento da União, que oscilou entre 8,5% e 10,6%, no período 1960-1965, desabou para a metade desses níveis nos anos 70, chegando a 4,3% em 1975".

Durante a administração do Prefeito Prestes Maia (08.04.61 - 07.04.65), déficit de vagas escolares na Capital,

entretanto, começou a diminuir e se estabilizar, como efeito das ações que fizeram frente aos momentos mais graves da crise do ensino primário da década de 50. Não obstante, "Prestes Maia efetivamente não considerou necessária qualquer implementação da ação municipal no ensino primário, reduzindo-se à construção de prédios escolares"⁽¹⁴⁾, uma vez que se preocupava essencialmente com a rede viária.

A última administração municipal de São Paulo eleita diretamente ocorreu no período de 1965 a 1969, com José Vicente Faria Lima na Prefeitura. Preocupado com manter uma imagem "eficientista", Faria Lima procurou eliminar os galpões de madeira, com a construção de 2500 salas de aula. Para o atendimento à infância o sistema em uso era a construção de creches e a manutenção de convênios com entidades assistenciais para seu funcionamento, iniciou-se a construção de 17 creches.⁽¹⁵⁾

Todo esse quadro de penúria do atendimento às áreas sociais trará repercussões para o papel destinado às instituições auxiliares da escola. Examinando as Normas Regimentais dos Estabelecimentos Estaduais de Ensino Secundário e Normal, fixadas pelo Decreto nº 47.404, de 19 de dezembro de 1966, vemos o aparecimento da Associação de Pais e Mestres, ainda em caráter facultativo, como órgão complementar, de natureza consultiva, da administração do estabelecimento. Incumbia-se o professor de participar de suas atividades e o Diretor do estabelecimento, que presidiria todas as atividades escolares e as relações da escola com a comunidade, também o fazia em todas as reuniões do "Conselho de Professores, da APM, de funcionários, de alunos e de entidades para-escolares".

Quanto à estrutura da Associação, há uma Assembléia Geral, constituída de todos os pais de alunos e professores; o Conselho Consultivo, constituído de número igual de Pais e Professores (até no máximo 30 membros) eleitos em Assembléia Geral e a Diretoria, eleita pelo Conselho Consultivo. O Diretor do estabelecimento figura como presidente nato dessas três instâncias de gestão.

À APM, nesse Regimento, cabe planejar, executar e verificar os resultados das atividades anteriormente levadas a efeito pelo Órgão de Cooperação Escolar, promover a integração escola-comunidade, auxiliar a Direção da escola na organização de campanhas cívicas, assistenciais, culturais e outras. Há uma preocupação com a conjugação da ação de pais e professores para a eficiência dos serviços educacionais, percebida pela atribuição da APM de "colaborar com a escola na investigação das causas e na busca de soluções para os problemas de rendimento escolar e desajuste disciplinar dos educandos".

As escolas que não dispusessem de APM manteriam um Órgão de Cooperação Escolar, regido pelas normas expedidas pelo Departamento de Educação. Além desses aspectos de controle, pode-se verificar a possibilidade aberta para a arrecadação de fundos, pela existência dos cargos de tesoureiro e contador na Diretoria da Associação. Esta última função assumirá grande relevo nos anos seguintes.

Data de 03 de junho de 1959, a criação do Departamento do Ensino Primário na Secretaria de Educação e Cultura do Município de São Paulo⁽¹⁶⁾. Com a reforma administrativa de 13 de junho de 1967⁽¹⁷⁾, cria-se o Departamento Municipal de Ensino e o

Departamento de Assistência Escolar. Um dos órgãos constitutivos do Departamento Municipal de Ensino é a Seção de Instituições Auxiliares da Escola. Embora dela nada se diga na Lei, presume-se que seu aparecimento acompanha o modelo da administração estadual, uma vez que entre as competências do Departamento está a de integração da escola "no meio social a que serve".

Com base na Portaria nº 477, de 03 de agosto de 1965, a Divisão de Educação e Recreio da Secretaria do Município propõe mudanças no Estatuto da Caixa Auxiliar de Assistência, em setembro de 1968, "visando melhor orientação, segurança e conhecimento aos Dirigentes de Parques Infantis e Centros Educacionais". Considera a CAA uma instituição auxiliar do Parque, na medida em que, prestando atendimento aos educandos, contribuisse para o êxito do trabalho da Unidade e procurasse "cultivar nas crianças o espírito de solidariedade humana". A administração da CAA fica a cargo de uma diretoria "eleita entre a Dirigente e educadores da Unidade". Pessoas da comunidade não poderiam, assim, ocupar cargo de direção, não podendo gerir os recursos que provinham de sua própria colaboração⁽¹⁸⁾. De resto, esse Estatuto é muito semelhante ao Regulamento das Caixas Escolares do Estado de São Paulo (Portaria nº 58, de 27 de setembro de 1957), que analisamos acima.

A extinção dos Órgãos de Cooperação Escolar da rede estadual e a resolução de que a APM, nos termos do Decreto nº 47404 de 19.12.66, seria organizada em todos os estabelecimentos, vem a ocorrer com a Portaria nº 105, de 14 de novembro de 1968. Esta estabelece normas para a elaboração dos estatutos da APM nas unidades de ensino secundário e normal oficiais, "tendo em apreço que por meio da APM pode-se estabelecer, definitivamente, entre a família e a escola o indispensável vínculo de relações, visando

a integração das duas instituições no esforço educacional".

Nas Disposições Gerais constantes dos estatutos, o artigo 14 fixava que em 1969, somente os estabelecimentos que tivessem instituído APM, poderiam aceitar contribuições espontâneas do fundo financeiro. Este seria constituído "com a colaboração de todos", destinando-se a assistir alunos carentes, bem como aos planos técnico-administrativos do estabelecimento. As contribuições facultativas não excederiam a 8% do salário mínimo.

Dois pontos importantes a destacar nessa Portaria nº 105 são, primeiro, a incidência na confusão entre comunidade e família, que pode servir para dificultar a visão dos fracassos e problemas de escolarização como problemas coletivos. O segundo ponto é a persistência da padronização e a proibição às escolas de aceitar contribuições, sem a instituição da APM. Faz supor que as unidades necessitavam desses recursos, sobretudo se lembrarmos que o fundo financeiro destinava-se também a assistir aos planos técnico-administrativos.

A padronização e o controle são reafirmados com o Comunicado nº 17, de 22 de março de 1969, do Chefe de Serviço do Ensino Secundário e Normal, que baixa as normas estatutárias para a APM, com base no artigo 154 do Decreto 47.404 e na Portaria nº 105, de 14 de novembro de 1968.

A oficialização da exclusividade da APM como órgão de cooperação escolar se consagra com o Decreto nº 52.608 de Abreu Sodré, em 14 de janeiro de 1971. A entidade deveria reunir as atividades "de integração escola-família-comunidade". A medida faz, na rede estadual, uma diferenciação maior, de maneira que a

família não é mais confundida com a comunidade, no texto legal.

Com esse Decreto, os estabelecimentos de ensino básico e médio oficiais deveriam estimular a reforma e fusão das então APMs, Caixas Escolares, Órgãos de Cooperação Escolar e outras instituições similares que congregassem pais, professores e amigos da escola, para a criação de novas APMs, que seriam reconhecidas oficialmente, uma vez organizados sob o Estatuto Padrão anexo ao Decreto.

Dentre os doze tipos de atividades que as APMs desenvolveriam para atingir o objetivo primordial de "integração do trinômio família-escola-comunidade na obra comum da educação da infância e da juventude", figurava a de representar as aspirações da comunidade e dos pais de alunos junto à direção da escola e, por outro lado, realizar campanhas de fundos destinados a melhorar as condições de funcionamento do estabelecimento e também assistir a escola no tocante à conservação do prédio, do equipamento, do material didático e da limpeza de suas instalações.

Outra atividade da APM seria a de programar o uso da escola, pela comunidade, nos períodos ociosos de fim-de-semana, período noturno e de férias, "ampliando-se o conceito de Escola, como casa de ensino, para centro de atividades comunitárias". Além disso, um representante dos pais, na qualidade de observador, deveria participar, com direito a voz, sem voto, das reuniões de planejamento e avaliação da unidade escolar.

Os recursos da APM adviriam de contribuições anuais facultativas, de alunos, pais, professores, rendas da Cantina, cooperativas e órgãos mantidos pela APM, assim como subvenções diversas, festividades e campanhas, doações, juros e dividendos de

operações financeiras e outras fontes. As contribuições dos sócios (alunos, pais e professores) seriam fixadas pela Assembléia Geral, nos limites de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região.

Das três prioridades para aplicação dos recursos, a primeira é a de consertos e reformas no prédio e no equipamento, a segunda, "aquisição de material, inclusive didático" e a última, assistência ao escolar.

Dispõe também o estatuto que, sempre que a atividade da APM contrariar as suas finalidades ou ferir a legislação vigente, poderá haver intervenção da Delegacia de Ensino, mediante solicitação da Diretoria da escola ou de membros da Associação. No prazo de 30 dias da decisão do Diretor Regional de Educação, após apurar os fatos, o interventor, "que será sempre um inspetor de ensino, promoverá eleições para os órgãos diretores da entidade". Neste estatuto, o Diretor da escola não preside necessariamente a APM, mas é membro nato do Conselho Deliberativo. Há também uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal.

É fácil observar que a abertura proposta para tamanha intervenção da comunidade, em tão diversificados e importantes aspectos, tem, como contrapartida, o ônus da conservação de prédios, equipamentos, materiais e limpeza. O surgimento dessa proposta nos parece plenamente compatível com um Estado que se comporta como "agência de concentração de capital na nova fase de desenvolvimento, garantindo, facilitando e subsidiando a manutenção e elevação da taxa de lucro"⁽¹⁹⁾. "A pressão no orçamento já era de tal modo intensa que esse crescimento das matrículas no ensino superior impedia que se melhorasse o atendimento no ensino primário e ginásial que permaneceu praticamente estagnado. Para se ter uma

idéia dessa estagnação, a taxa de escolarização da população de 7 a 14 anos no país, virtualmente a que estaria em escolas primárias e ginasiais, elevou-se de 66,1% em 1964 para 68,3% em 1970, expansão desprezível do atendimento, embora o número de matrículas crescesse bastante em números absolutos"⁽²⁰⁾.

Ainda que, do ponto de vista legal, tenha sido oferecido um espaço mais amplo de atuação para que a população pudesse exercer influência sobre os serviços escolares públicos, o clima de repressão política não ensejava avanços nesse sentido. A partir de 1968, o enrijecimento das instituições, o controle do Estado pelos militares e a supremacia do poder executivo sobre os demais, se intensificam. O instrumento de maior alcance desse processo foi o Ato Institucional nº 5, assinado pelo Presidente Gal. Arthur da Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968. Visava preservar a "ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País, comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária"⁽²¹⁾. Concedia poderes excepcionais ao Executivo Federal para enfrentar qualquer oposição ou discórdia.

Seguindo na trilha do Decreto de Abreu Sodré, a Portaria nº 4.800, de 13 de setembro de 1971, extingue as Caixas Auxiliares de Assistência, incorporando seu patrimônio às escolas municipais e instituindo a APM, com a outorga de seu Estatuto Padrão. Assume literalmente todas as atividades da APM definidas pelo Estatuto Estadual, com exceção da programação do uso da escola pela comunidade nos períodos ociosos, restringindo-os aos fins-de-semana e às férias, não incluindo o período noturno. E no texto da Portaria, essa programação deveria ser feita "nos estritos limites da legislação vigente".

Não há, entretanto, a diferenciação entre família e comunidade, presente no Estatuto estadual. Mas a APM é também consagrada como "único órgão representativo dos pais, responsáveis ou tutores de alunos regularmente matriculados e do corpo docente do estabelecimento".

Há maior controle do Diretor da escola no Estatuto municipal. A presidência da Diretoria Executiva da APM é conferida a ele como cargo nato e, pela grande quantidade de atribuições, terminava centralizando as decisões. O artigo 38 completa o conjunto de restrições: "é vedado à APM interferir nos assuntos técnico, administrativos e pedagógicos da escola". É feita também a ressalva da hipótese de intervenção do Departamento de Ensino ou do Gabinete do Secretário, "conforme o caso, que em situações extremas poderá culminar com a dissolução da APM".

Quanto à aplicação de recursos da APM das escolas municipais, as prioridades do Estatuto Padrão estadual apenas se invertem: a) assistência ao escolar; b) aquisição de material, inclusive didático; c) consertos e reformas no prédio e equipamentos.

Nota-se que a proibição de interferência da população nos assuntos escolares é acompanhada de uma menor exigência quanto à sua responsabilização pela conservação das condições físicas da escola, ao menos no texto legal.

No caminho da ampliação da burocracia pública, a Lei nº 7.693, de 06 de janeiro de 1972, do Prefeito José Carlos de Figueiredo Ferraz, reorganiza o Departamento Municipal de Ensino. Este se torne mais complexo, com o aumento da quantidade de órgãos. A Seção de Instituições Auxiliares deixa de existir, transformada

em Seção de Pesquisas, Documentação e Divulgação, subordinada à Divisão de Planejamento. Cria-se na Divisão Pedagógica a Seção de Setores Especiais, compreendendo: a) Setor Musical; b) Setor de Artes Plásticas; c) Setor de Educação Física; d) Setor de Instituições Auxiliares.

Modifica-se, em 21 de setembro de 1972, o Estatuto Padrão da APM na escola municipal, tornando mais explícito o predomínio da Diretoria Executiva e de seu presidente nato. No artigo 3º, Parágrafo Único, da Portaria nº 2.349, lê-se: "A APM será administrada, na forma estatutária, pelos seus órgãos e representada, ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente pelo presidente de sua Diretoria Executiva". Não obstante houvesse a possibilidade de o presidente da APM ser um membro da comunidade, quem representa e responde pela entidade é o Diretor da Escola.

Nova ampliação do controle estatal se acrescenta, com a colocação da possibilidade de reforma do estatuto na dependência da aprovação do Secretário da Educação. E no artigo 42: "A APM ficará vinculada ao Setor de Instituições Auxiliares, da Seção de Setores Especiais, da Divisão de Orientação Técnica, do Departamento Municipal de Ensino, a quem caberá traçar normas de orientação e controle das atividades da entidade".

Os meios e fins, assim propostos à participação popular na escola pública parecem não ter empolgado aqueles amplos setores a quem se destinavam os precários serviços educacionais. A Secretaria Estadual resolve patrocinar o I Simpósio de Associações de Pais e Mestres. Na Resolução nº 15, de 23 de setembro de 1972, a Secretária, Esther de Figueiredo Ferraz, considera a educação dever dos Poderes Públicos, das empresas, das famílias e

das comunidades em geral — observe-se que ela não trata, ao mesmo tempo, a educação como direito das famílias e comunidades — tornando-se "necessário o entrosamento de esforços e recursos para promovê-la e incentivá-la"⁽²²⁾. Considera também o desconhecimento das oportunidades de colaboração pelas comunidades, principalmente quanto à possibilidade de mobilização eficaz de recursos materiais e humanos em favor da Educação", mediante sistemático e adequado diálogo entre entidades representativas dos grupos comunitários, familiares, das APMs e dos educadores.

Na Resolução nº 22, de 12 de maio de 1972, Esther Ferraz determina a realização do Simpósio de 23 a 25 de outubro de 1972. Aponta o fato de muitas APMs deixaram de funcionar e outras "vêm encontrando dificuldades no desempenho de suas funções". Os participantes seriam 60 representantes da APM, distribuídos igualmente pelas Divisões Administrativas do Estado e pelos diferentes graus de ensino; 60 representantes do magistério oficial, distribuídos da mesma forma; um representante de cada Departamento das Coordenadorias do Ensino Básico e Normal; um representante de cada Departamento da Coordenadoria do Ensino Técnico; 20 observadores credenciados por órgãos e entidades relacionadas com a educação e o ensino, a critério da Secretaria; um representante da Divisão de Assistência Pedagógica; um representante de APMs de estabelecimento de ensino particular de cada Divisão Administrativa do Estado, um representante do Ensino Municipal da Capital; um representante de APMs de estabelecimento de ensino Municipal da Capital.

A execução do Simpósio coube a uma comissão de cinco membros designados pela Secretaria. Provavelmente houve dificuldades de organização, já que uma nova Resolução⁽²³⁾ transfere a data de

realização do evento de 23 a 25 de outubro de 1972 para os dias 25, 26 e 27 do mesmo mês.

Desse evento, dispomos do texto da palestra de Alzira Camargo Lopes (professora orientadora educacional, fundadora e presidente nacional das Escolas de Pais do Brasil), "O Papel das APMs no Processo Educativo". Parte do objetivo da APM, fixado no Estatuto Padrão ("favorecer a integração do trinômio família-escola-comunidade na obra comum da educação da infância e da juventude") e dos meios para atingir esse fim — "inúmeras atividades, todas elas contando com a colaboração efetiva e ativa dos pais e professores". Aponta o fato de que "normalmente não têm conseguido atingi-los, a não ser em raríssimas e honrosas exceções".

A ênfase que faz do papel de educadores inatos dos pais é a base do discurso de sua participação na escola, não havendo referência nenhuma à sua atuação organizada na gestão e direcionamento desta, enquanto equipamento de consumo coletivo. Assim sendo, considera vários fatores que impedem a aproximação de membros da comunidade, entre os quais as exigências da vida moderna, o excesso de trabalho profissional ou a introversão natural pela falta de treino, propondo, então, a transmissão aos pais de conhecimentos de psico-pedagogia e o seu treinamento adequado para uma vivência em grupo, visando a sua conscientização sobre a responsabilidade de educadores.

Com esse trabalho, pretende que, junto à escola, os pais deixem de ser "negativos, imediatistas e reivindicadores" e junto à comunidade, passem "a ser membros atuantes e dinâmicos, não esperando tudo dos poderes públicos, mas procurando resolver por si sós problemas que anteriormente eram sempre deixados àqueles órgãos".

Nesses moldes, visualiza a organização de congressos, seminários, cursos, encontros, festas, "tudo isso com a finalidade de permitir a todos a oportunidade de crescimento". Nota-se como é feita a assepsia das atividades dos grupos comunitários, extirpando seu caráter reivindicatório e desobrigando o poder público do cumprimento de seus deveres. O aludido crescimento de todos, refere-se à perspectiva individual e se remete à religiosidade e aos valores espirituais, já que "os efeitos desse crescimento humano se fazem sentir na Igreja, pois que cada elemento procurará melhorar o seu teor espiritual, procurando desenvolver seus conhecimentos espirituais, num esforço interior de atingir uma melhor vivência religiosa".

Apesar do direcionamento do Simpósio para a legitimação da responsabilidade da população na manutenção do ensino, na síntese do trabalho dos grupos, consta como sugestão para os planos de aplicação de recursos, o atendimento prioritário à assistência ao escolar, secundariamente ao ensino e finalmente, em caráter supletivo, à aquisição de bens e conservação de materiais e prédios. Essa sugestão contraria a hierarquia de prioridades fixada no Estatuto Padrão das APMs estaduais, da mesma forma que o faz o Estatuto das APMs municipais.

Quanto à manutenção e conservação de prédios escolares, as sugestões giram em torno de campanhas de conscientização do aluno, palestras à comunidade, mas ainda recaem na constituição de mutirões de limpeza e conservação. Indicando a manutenção como problema presente e, indiretamente, a insuficiência das ações do Estado nesse aspecto.

A educação municipal continuava acompanhando os passos

do Governo Estadual. Mesmo oficialmente extintas nas escolas municipais de 1º grau pela Portaria nº 4.800 de 13 de setembro de 1971, as Caixas Auxiliares de Assistência persistiam nos Parques Infantis e Centros Juvenis. No Relatório Anual de 1972 das CAAs, feito pela Seção Técnico-educacional, constam dados numéricos de 1342 balancetes recebidos, 652 de cada semestre.

As despesas públicas com educação representavam em 1974 apenas 2,8% do PNB. Os municípios continuavam obrigados a gastar 20%. Apesar de em 1971 a Lei nº 5692 ter ampliado a obrigação, fazendo incidir também aquela proporção sobre o Fundo de Participação dos Municípios, a centralização promovida pelo regime autoritário fazia com que uma parcela ínfima da receita de impostos ficasse nos Municípios e Estados (24).

3. Abertura (1974-1982)

As possibilidades do surpreendente crescimento econômico, ocorrido entre 1968 e 1974 foram se esgotando, uma vez que, em essência, foi um período de recuperação da recessão de 196 /67. A necessidade de controle do balanço de pagamentos e da inflação obrigaram a uma desaceleração do crescimento, a elevação dos preços do petróleo fez com que dobrassem as importações e a recessão mundial iniciada em 1974 reduziu a estratégia de crescimento "para fora" (25).

Elevam-se as tensões no sistema de poder, como reflexo das tensões sociais decorrentes da degradação das condições de vida das grandes massas expulsas do campo e vivendo na periferia das metrópoles (26). O partido oposicionista fortalece-se, após sucessivas derrotas. Na capital de São Paulo a ARENA, base de sustentação político-partidária do regime, venceu as eleições de 1966, 1968 e 1972.

"Mas o próprio desenvolvimento e a modernização do capitalismo impulsionados pela política econômica da ditadura iriam voltar-se contra ela. O afluxo de brasileiros de todos os quadrantes para São Paulo, a urbanização, o crescimento da classe operária e de outras camadas de trabalhadores urbanos, o progresso do assalariamento no campo, tudo isso sob um regime que negava à imensa maioria do povo os menores direitos democráticos e impunha uma rígida política de arrocho salarial, estão na base de um processo de politização de São Paulo que eclodiu em 1974, em meio à emergência dos primeiros sinais de esgotamento do 'milagre' econômico e de quebra da quase unanimidade que caracterizava o apoio do empresariado paulista ao regime" (27).

A vitória oposicionista significou um repúdio explícito das classes populares à exploração e à precariedade da vida, sobretudo nas cidades. A noção de "espoliação urbana", adotada por Kowarick, parece-nos muito pertinente: "é a somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade dos serviços de consumo coletivo que — conjuntamente com o acesso à terra e à moradia — se apresentam como socialmente necessários aos níveis de subsistência da classe trabalhadora e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito da relação de trabalho"(28)

Através da Circular nº 2/74 da Chefe da Seção Técnico-Assistencial da Secretaria Municipal, Ruth Cerqueira Alvin, eleva-se o teto de contribuições mensais dos pais, de Cr\$ 12,00 para Cr\$ 20,00, reafirmando-se o caráter espontâneo da contribuição e lembrando que os fundos das Caixas Auxiliares de Assistência "serão sempre aplicáveis às reais necessidades dos educandos, não sendo permitido receber qualquer contribuição extra".

A justificativa dada para a elevação do teto referido é a de que o balancete geral das CAAs do ano de 1973 apresentou uma arrecadação menor do que a despesa, tendo esta incidido, por ordem de consumo, em: 1) complementação do almoço; 2) eventuais; 3) material didático; 4) aquisição de medicamentos; 5) aquisição de uniforme para doação aos educandos; 6) condução - transporte da unidade.

Considerando a necessidade "de evitar reclamações quanto à cobrança de taxas nas unidades escolares" e que a aprovação do Estatuto Padrão da APM pela Portaria nº 4.800/71 "deixou claro e explícito que a contribuição pecuniária de seus sócios é

facultativa", Therezinha Jardim Galvão, Diretora do Departamento Municipal de Ensino, resolve⁽²⁹⁾ proibir terminantemente a imposição de cobrança de taxas, sob quaisquer pretextos, "inclusive a contribuição facultativa da APM, por ocasião da matrícula como condição para sua efetivação" e lembrar que, somente após a Assembléia Geral Ordinária, programada pelo Estatuto Padrão para o mês de abril, com a fixação da taxa de contribuição, nunca excedente a 20% do salário mínimo vigente, poderão as anuidades ser solicitadas, "sem contudo haver coação de pagamento".

Algum fator estaria subjacente a essa proibição e a essa lembrança de um Estatuto já conhecido pelos diretores das escolas. Algo fazia com que as unidades escolares buscassem recolher fundos junto à população, inclusive sob coação, e julgamos que não se trata simplesmente de excesso ou má fé dos administradores escolares, embora essa possibilidade não estivesse descartada.

Surge em 1975, elaborado no Departamento Municipal de Ensino pelo Setor de Atividades Especiais, o PROJETO DINAMIZAÇÃO DAS APMs. Realizou-se previamente uma pesquisa com amostragem de 10% das escolas da rede, com diferentes níveis sócio-econômicos. Na justificativa do PROJETO, afirma-se que a APM "não veio simplesmente substituir a Caixa Escolar, de natureza pecuniária e arrecadadora", sendo este apenas um de seus aspectos, "pois seu trabalho exige integração harmônica entre corpo docente, direção da escola e pais, visando à formação integral do educando". Salienta-se também que a escola que não tenha como uma de suas principais preocupações a integração escola-comunidade "provavelmente estará atuando como órgão de desajustamento de seu corpo docente".

A pesquisa prévia foi proposta com a finalidade de constatar "concretamente o funcionamento real das APMs" e levou a cinco conclusões:

- 1) Desligamento da APM em relação aos objetivos educacionais da escola
- 2) Falta de conhecimento e conscientização do direitos e deveres dos pais junto à APM
- 3) Falta de integração escola-comunidade
- 4) Desconhecimento quanto às competências e finalidades da APM
- 5) Falta de racionalização do trabalho e execução das atividades que visem à melhoria dos recursos financeiros da APM e sua integração aos trabalhos da escola

Com essas conclusões, o PROJETO DINAMIZAÇÃO DA APM colocou como objetivos, até o final de 1976, para 10% da rede de escolas:

- integrar comunitariamente pais e elementos da equipe escolar, através da APM
- conscientizar pais e elementos da equipe escolar de seus direitos e deveres junto à APM
- dar novo enfoque ao aspecto arrecadador da APM, como

um meio e não como um fim

- manter um trabalho de documentação preciso e racionalmente distribuído

Um dos "indicadores" utilizados no PROJETO foi a "tendência de o presidente da APM (diretor da escola) centralizar um grande número de tarefas, motivado pelo despreparo dos sócios da APM para assumir funções". O PROJETO se desenvolveu em três fases: 1) treinamento dos diretores das unidades envolvidas; 2) assessoramento no planejamento das atividades da APM junto às escolas municipais; 3) acompanhamento direto nas unidades escolares para verificar o desenvolvimento das atividades. A avaliação incluía a observação da atuação de pais e professores, a computação do número de pais e professores participantes, a anotação das iniciativas tomadas pela APM e dos resultados dos trabalhos.

Em texto sem data do Setor de Instituições Auxiliares, apenas com a anotação "para simpósio: 28 a 30/04/80"⁽³⁰⁾, o PROJETO DINAMIZAÇÃO DA APM é tratado como uma das muitas tentativas que "têm sido empreendidas pelos órgãos competentes, com o propósito de orientar a escola — centro dinamizador da comunidade onde se localiza — sobre procedimentos considerados adequados e coerentes para um trabalho integrador". Quanto ao PROJETO, afirma que o "sucesso do trabalho ocorreu sob a coordenação do diretor escolar, que como presidente nato, constituiu-se no núcleo impulsionador de todas as atividades da APM".

Supomos que os objetivos propostos pelo PROJETO foram, na opinião do próprio órgão que o empreendeu, plenamente alcançados.

No mínimo, em 10% da rede de escolas municipais.

Os reflexos da vitória da oposição nas eleições de 1974, dando maioria ao MDB na Assembléia Legislativa do Estado, podem ser evidenciados na Lei nº 792, de 03 de dezembro de 1975, promulgada por Leonel Júlio, na qualidade de presidente da Assembléia⁽³¹⁾. A Lei decreta que os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus estimularão a criação e manutenção de APMs, com a finalidade de auxiliar supletivamente a direção da escola "para que sejam atingidos seus objetivos educacionais". Apesar de manter um Estatuto Padrão, propõe a elaboração de outro por um Grupo de Trabalho nomeado pela Secretaria de Educação, obrigando, entretanto, que nele constem normas, das quais julgamos ser as mais importantes, para os fins deste estudo:

- Diretores e professores da escola não tomarão parte na Diretoria Executiva das APMs; poderão, entretanto, participar de suas reuniões, orientando e debatendo, fazendo registrar em ata seus pontos de vista, mas não terão direito a voto;
- Fica isento de contribuir, de qualquer forma, para os cofres da APM o sócio cuja renda for equivalente ou inferior a dois salários mínimos, conforme prova que fará com a notificação do Imposto de Renda do exercício anterior ou, na falta desta, por qualquer meio idôneo, a critério da Diretoria Executiva.

Com o Projeto de Lei nº 72, publicado no D.O.E. em 09 de abril de 1976, de autoria do Deputado Estadual Néfi Tales (MDB), podemos notar que as linhas básicas, já tradicionalmente adotadas,

para a participação popular na escola, persistem. Na justificativa desse Projeto faz-se menção ao crescimento descomunal da rede de ensino, ficando difícil à Administração dar o necessário atendimento a todos os prédios escolares do Estado. Transcrevemos os parágrafos seguintes:

"Conseqüentemente, vários estabelecimentos de ensino tiveram suas atividades quase suspensas, devido ao precário estado de conservação de seus prédios, ou por falta de material escolar.

Na busca de soluções para problemas dessa natureza, muitos pais de alunos, com desprendimento e dedicação deliberaram criar entidades particulares cujo objetivo principal é o auxílio à administração da escola.

Altamente elevado é esse objetivo. Visa favorecer a integração do trinômio família-escola-comunidade, na obra global da educação da infância e da juventude de nossa terra. Entretanto, o número dessas associações cresce tanto, e de forma tão desordenada, que muitas delas chegavam a adotar diretrizes, não raras vezes, conflitantes.

Assim sendo, a instituição das Associações de Pais e Mestres nas escolas de 1º e 2º graus, de forma regulamentada, regidas por um único estatuto padrão, simples e objetivo, viria atender às aspirações de toda a comunidade, que poderia participar e colaborar, de forma dinâmica, com o desenvolvimento e aprimoramento educacional de nosso Estado".

As unidades escolares públicas continuavam com déficit de recursos para manter-se em funcionamento, como estes não eram fornecidos em quantidade suficiente pelos órgãos públicos, surgiam

alternativas sempre onerosas para a população. Mas essas alternativas eram condenadas também pelos técnicos e instâncias da burocracia do ensino. Um exemplo é a Circular nº 11/76 (D.O.M. de 30 de abril de 1976), do Diretor do Departamento Municipal de Ensino, Sylvio Newton de Sá Silva, proibindo terminantemente rifas e demais atividades para coleta de recursos que envolvessem alunos das escolas municipais.

A carência de recursos humanos, financeiros e materiais era significativa. Em Memorando de 22 de março de 1976, da Diretora da EMEI "Viriato Correa" à Diretora do Departamento de Educação Infantil, solicitando orientação e informando que a EMEI contava com apenas uma serviçal, "pois uma pediu licença médica e a outra pediu exoneração", solicita autorização para a contratação de uma mãe e sua remuneração com o dinheiro da Caixa de Assistência.

A "integração escola-comunidade" também atendia a fins de propaganda oficial, como se constata pela Circular nº 07/77, de 14 de março de 1977, da Diretora do Departamento de Educação Infantil, destinada às diretoras das unidades, solicitando providências no sentido de comemorar a Semana da Alimentação Escolar, conforme orientação do MEC. Para que a comemoração se efetivasse, deveria ser feito um programa, "com o objetivo de divulgar a assistência alimentar que é dada ao escolar e sua importância para o desenvolvimento infantil", devendo envolver atividades comunitárias tais como reuniões, palestras e exposições de trabalhos relativos ao assunto, para pais de educandos e líderes da comunidade.

A preocupação com a arrecadação fora dos canais da APM ou de suas normas regulamentadas foi reiterada diversas vezes.

No Comunicado nº 40/77, de 10 de junho de 1977, o Diretor do Departamento Municipal de Ensino comunica aos diretores das escolas municipais de 1º grau, que fica (mais uma vez) terminantemente proibida toda e qualquer iniciativa (Festa do Sorvete, Festa do Refrigerante e similares) bem como toda e qualquer arrecadação que se destinem a angariar fundos para a realização da festa de formatura dos alunos da 8ª série, facultando, todavia, a livre iniciativa à Comissão de Pais ou Responsáveis em dedicar-se a tais atividades, "desde que em nome próprio e fora do recinto escolar".

Mas o desinteresse em participar nas escolas, no âmbito dos canais outorgados pelo Estado, persistia. Em Curso sobre Aspectos Pedagógicos e Administrativos da Direção Escolar, ministrado em março/abril de 1978, pelo Departamento Municipal de Ensino, o Setor de Instituições Auxiliares distribuiu aos participantes um texto sobre as instituições auxiliares, onde afirma que uma das dificuldades mais patentes "que nossas escolas vêm enfrentando quanto à APM e CCE (Centro Cívico Escolar), refere-se à arregimentação de elementos humanos para participar desses órgãos", atribuindo como causa o desconhecimento dos objetivos dessas instituições por parte de pais, alunos e professores. O Setor enviou "em princípio de 1977, a todas as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, subsídios com sugestões visando incentivar pais e professores a integrarem a APM".

Pelo Decreto nº 12.983, de 15 de dezembro de 1978, do Governador Paulo Egydio Martins, estabelece-se o Estatuto Padrão das APMs, novamente. O teor é basicamente o mesmo do anterior (Decreto nº 52.608, de 14 de janeiro de 1971). As modificações que

nos interessam são:

Artigo 7º, § 1º - O caráter facultativo das contribuições não isenta os sócios do dever moral de, dentro de suas possibilidades, cooperar para a constituição do fundo financeiro das Associações.

Artigo 8º, Parágrafo Único - A assistência ao escolar será sempre o setor prioritário de aplicação de recursos, excluindo-se aqueles vinculados a convênios.

Com esses elementos, por um lado, dilui-se a obrigação do Estado na garantia de condições para o aproveitamento das oportunidades educacionais, ganhando relevo a contribuição dos próprios usuários dos serviços educacionais, como "dever moral" e, por outro lado, a anterior prioridade máxima para a aplicação dos recursos, que era a de consertos e reformas no prédio e equipamentos, dá lugar, legalmente, à assistência ao escolar, como já vinha ocorrendo na rede municipal desde 1971.

Como o diretor da escola não pode fazer parte da Diretoria Executiva e, neste Estatuto, esse órgão se subordina ao Conselho Deliberativo, que elege seus membros e emite pareceres sobre questões omissas no Estatuto, o Diretor da escola ficou, então, como presidente nato do Conselho, assegurando-se a ele um grande controle da entidade.

Durante o Governo Paulo Maluf, no período de maio a setembro de 1980, foi realizado o 1º Congresso Estadual de APMs, com a realização de 14 encontros regionais, envolvendo 3.475 escolas estaduais, com a participação ficando em torno de 500 a 1.200 pessoas por encontro.

Dos 84 trabalhos para o Congresso, 20 foram publicados na íntegra e 64 em síntese, no relatório. A maioria deles faz referência direta ou indireta ao desvirtuamento das funções da APM, devido à precariedade das instalações e equipamentos dos estabelecimentos, que desvia a entidade da assistência ao escolar, dirigindo seus recursos à manutenção dos prédios, muitas vezes lidando com a falta de motivação da comunidade, insuficiência dos recursos fornecidos pela Secretaria Estadual (como os provenientes do Convênio CONESP/APM) e excesso de burocracia, além da inadequação dos estatutos.

Parece-nos muito elucidativo o Quadro Geral das APMs das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino (maio/1981 a abril/1982), elaborado pelo Setor de Instituições Auxiliares da Divisãc de Programas e Atividades Especiais em 28 de dezembro de 1982. Dele extraímos os seguintes dados: Alunos Atendidos: 52%; Receita Ordinária: 53%; Receita Extraordinária: 47%; Despesa/Assistêcia ao Escolar: 44%; Despesa/Material Didático: 23%; Despesa/Outras: 33%. Nesta última rubrica estão incluídos a conservação do prédio e material de limpeza. Os dados, de maneira geral, indicam a importância da APM na substituição das funções do Estado para a garantiade permanência de mais da metade dos alunos da rede na escola.

Na apreciação do Setor, ressalta-se que, embora o escolar tenha recebido a prioridade dos gastos, a porcentagem destinada a "outros gastos" permanece alta. É apontado um maior entrosamento escola-comunidade, como ponto positivo da gestão, devendo-se a isso maior número de eventos. Quanto às dificuldades, "aquelas que tiveram maior incidência, a exemplo de anos anteriores: baixo nível sócio-econômico da comunidade; obstáculos à arrecadação de

fundos; elaboração da documentação; falta de conscientização e participação dos pais".

4. A Oposição Na Situação (1983-1985)

O lema geral da "descentralização e participação" informou as propostas de governo do PMDB, com Franco Montoro chefiando o Executivo Estadual. Sua posse encontrou uma volumosa dívida e os "cofres vazios", de maneira que estava facilitado o caminho das "soluções alternativas", "denominação genérica para iniciativas diversas na solução de problemas comunitários, tendo como principal característica ampla participação da comunidade".⁽³²⁾

"Tudo o que puder ser decidido e realizado pelo bairro, pelo Município, pela região, não deverá ser absorvido pelos órgãos superiores da administração. A população é quem conhece melhor seus problemas específicos. Por isso, deve ser ouvida sempre. Assim, abriremos caminho para a substituição dos métodos paternalistas e tecnocráticos pelas soluções elaboradas com a participação organizada da população, de modo que cada cidadão e cada comunidade sejam agentes de seu próprio desenvolvimento (...)"

PROPOSTA MONTORO - 1982⁽³²⁾

Não apenas um ideal democrático trazia à superfície o discurso da participação, mas também a herança deixada pelo governo anterior, de Paulo Salim Maluf. "Essa herança se expressou na violenta redução de verbas nas áreas da Saúde, Educação, Segurança, Promoção Social, aliadas ao descalabro da política de investimentos e ao endividamento desordenado nas empresas públicas, ou ao desperdício puro e simples, como foi o caso da Paulipetro"⁽³³⁾

No primeiro ano da administração Montoro, a crise econômica motivava repercussões sobre os recursos do Estado, sentidas inclusive pela queda do ICM "que responde por 96% das

receitas tributárias de São Paulo e que ficou reduzido a cerca de 20% em termos reais". Sendo também oposição ao Governo Federal, o poder estadual paulista não contava com seu apoio.

Dificuldades dessa natureza, tão ou mais graves, apresentava a Capital que, devido à legislação tributária, ficava com apenas 6,3% do total de impostos gerados por seus habitantes. O Prefeito indicado por Montoro, Mário Covas, propunha para sua gestão o objetivo de "encurtar a distância social"⁽³⁵⁾. Quanto à assistência ao menor, por exemplo, o programa de creches da Secretaria da Família e Bem-Estar Social, implantou 146 creches, de março de 1983 a maio de 1985. Na administração anterior atendia-se apenas 4% dos menores da população paulistana, com 304 creches⁽³⁶⁾. No tocante à habitação, Prefeitura considerou que "o mutirão e a autoconstrução revelaram-se alternativas para a redução do déficit habitacional"⁽³⁷⁾ e estimulou a participação da comunidade nos empreendimentos habitacionais e de urbanização, "o que reduz custos e aumenta a qualidade dos produtos oferecidos"⁽³⁸⁾. Credo que a participação comunitária tenha diminuído a distância da Prefeitura com o cidadão, trazendo a população à discussão efetiva das dificuldades de seu bairro e à busca de soluções, o Secretário da Habitação, Arnaldo Madeira, afirmava, em 1985: "É um espaço aberto que consolida-se e garante à comunidade uma participação autônoma, independente de quem estiver administrando a Cidade"⁽³⁹⁾.

Em 1985, a rede municipal atendia 58% das crianças matriculadas na pré-escola, enquanto a rede estadual absorvia 7% e a particular 35%, estimando-se 351 mil crianças de 4 a 6 anos sem atendimento nessa área⁽⁴⁰⁾. Embror 91% da população de 7 a 14 anos da Cidade estivesse estudando, ainda havia cerca de 118 mil

crianças sem ensino básico. Do ensino público de 1º grau da Capital, dois terços eram de responsabilidade do Estado e o restante da Prefeitura. No 2º grau, o Estado absorvia 60% dos alunos, a rede municipal 2% e as escolas particulares 38%⁽⁴¹⁾.

A principal prioridade definida pela SME foi a superação dos crônicos déficits quantitativos, através da construção e otimização do espaço físico das escolas, paralelamente à construção de "uma nova qualidade para o ensino, o que significa conseguir que as crianças aprendam e que, através da diminuição da repetência e evasão, aumente a permanência dos alunos nas escolas"⁽⁴²⁾. Na ampliação da rede considerou-se as regiões periféricas mais populosas e as que concentravam os "38% dos paulistanos que ganham até dois salários mínimos"⁽⁴³⁾.

Em 1983, a SME assumia abertamente a falta de verbas e as "soluções alternativas": "Enquanto isso, no Brasil, está em pauta a sucessão do presidente. E para que o Fundo Monetário Internacional aprove nossos empréstimos, o governo concorda em adotar medidas de austeridade que podem vir a reduzir o nível de vida dos trabalhadores em 20%. Aos flagelados pelas enchentes e pelas secas, juntam-se os flagelados do desemprego. Na periferia de S. Paulo, um em cada cinco chefes de família está desempregado. Dez mil pessoas dormem embaixo das pontes e sobrevivem do lixo cada vez mais pobre da cidade. Restos de feira passam a fazer parte do cardápio de uma maior contingente de não-consumidores. A população consome menos, a arrecadação do ICM diminui, as verbas públicas encolhem. E, depois de seis meses na Secretaria Municipal de Educação, a nova administração precisa fazer malabarismos para conseguir reformar escolas, aumentar o número de salas para os pré-escolares ou dar remuneração condigna aos

funcionários. Nestas condições, mais do que nunca impõe-se o desafio de perceber os limites postos pela crise. Ao mesmo tempo em que se trava uma luta a longo prazo para eliminar suas causas, a curto prazo cuida-se de descobrir as saídas possíveis. Levar em conta a realidade de vida dos nossos alunos e seus pais ao traçar programas e estabelecer critérios de avaliação, ao fazer listas de material e exigir taxas de A.P.M. é uma das saídas.

É tempo de encontrar respostas realistas e criativas aos impasses que enfrentamos. É o caso da utilização das carcaças de ônibus adaptadas como salas de aula para alunos da pré-escola. Soluções como estas, ainda que de curto prazo, não impedem nem prejudicam a luta para que a Educação seja realmente uma prioridade em nosso País. Afinal, para uma época de crise, soluções de crise" (44).

De 18 a 29 de junho de 1983, a SME promoveu um encontro para levantar propostas das escolas, que reuniu todos os professores e especialistas da rede, "para iniciar uma revisão radical da prática educativa que vínhamos desenvolvendo" (45).

"O envolvimento dos pais representantes do Conselho de Escola e dos demais pais da escola na discussão da proposta não chegou a acontecer. A participação dos pais representantes do Conselho, na grande maioria das escolas, limitou-se à assinatura do plano, para constar" (46).

Em debate pelo jornal PAULICÉIA EDUCAÇÃO (47), em outubro de 1983, com especialistas, professores, pais e alunos, a SME apresenta sua concepção a respeito da integração entre escola e comunidade (ver ANEXOS). Neste debate temos as palavras de Lizete Arelaro, então, Chefe da Assessoria Técnica: "Um dos nossos grandes problemas em 1983 é tentar pôr em prática esta velha conversa de integração escola-comunidade. Sabemos que a integração não existe

substancialmente. E isto se manifesta no fato de termos um sistema escolar voltado para a realidade da classe média"⁽⁴⁸⁾. Afirmando que existem uma série de entraves burocráticos que dificultam aos pais frequentarem a escola em horários não convencionais, Lizete diz que, quando os pais conseguem entrar na escola dão lições surpreendentes e acrescenta: "embora no discurso a gente diga que o projeto de uma Escola Popular não irá nascer das faculdades ou dos Gabinetes das Secretarias de Educação, na prática não permitimos que a comunidade participe do que acontece dentro das nossas escolas. Este é, para mim, o grande desafio para o qual não temos resposta ainda".

A Secretária Municipal de Educação fez a proposta de organizar mutirões de limpeza e conservação das escolas e "deixou bem claro que as diretoras tinham plena liberdade de não aceitar a proposta"⁽⁴⁹⁾. "Fez também questão de esclarecer que as Administrações Regionais iriam realizar os reparos nos prédios escolares, mesmo sem nenhuma ajuda de pais ou alunos: 'Não se trata de usar a mão-de-obra da população. O serviço será prestado com ou sem a mobilização dos pais'". O mutirão ocorreu em 32 escolas da Regional Pirituba-Perus. Em 13 delas a comunidade esteve presente, "em número que oscilou entre 20 e 60 pessoas". Nas outras Regionais o mutirão foi suspenso, sob a justificativa da chuva.⁽⁵⁰⁾

Em outra matéria sobre o PROJETO FIM-DE-SEMANA⁽⁵¹⁾, implantado nessa altura em 40 escolas, faz-se um resumo de como ele iniciou na EMPG "Dr. Manoel de Abreu". O artigo é escrito pela Assistente Pedagógica da Escola e traduz uma entusiasmada mobilização, sobretudo de professores e alunos. Assinalando que a Escola, pela carência de recursos, serviços públicos e áreas de lazer do bairro, já vinha cumprindo o papel de centro sócio-

cultural e de lazer, afirma que já havia "negociações da direção da escola com os líderes dos interessados em ocupar a escola". E finaliza: " Temos a preocupação de não dar um caráter paternalista à atividade. Não trazemos elementos estranhos à comunidade que seriam vistos como mais uns 'invasores iluminados', mas sim cultivamos os valores nela existentes, para que haja continuidade e crescimento organizativo da comunidade".

Relativizando essa imagem trazida pela publicação da SME, encontramos uma interpretação distinta de um dos "líderes dos interessados em ocupar a escola": "faz uma avaliação negativa do PROJETO FIM-DE-SEMANA, por julgar que há imposição de propostas por parte da diretora da escola e de não ser organizado de baixo para cima. ' A direção coloca e tenta comprometer as pessoas a assumirem, elas vão duas ou três vezes à reunião e não há evolução, torna-se uma coisa fechada, restrita às crianças que estudam e não abrange o bairro todo'"(52).

Em coluna intitulada " Do papel à realidade: Setor de Instituições Auxiliares", verifica-se que a SME explicitamente não reconhece legitimidade nas instituições auxiliares. Lê-se, por exemplo, que "se a APM e o CCE⁽⁵³⁾, fossem realmente representativos dos pais e dos alunos, seriam os instrumentos ideais para favorecer maior participação da comunidade na escola. Infelizmente a APM e o CCE continuam, na maior parte de nossas escolas, sendo entidades-fantasmas ... Representar as aspirações da comunidade e dos pais de alunos junto à direção da escola; promover por todos os meios a integração escola-comunidade; auxiliar a escola a atingir seus objetivos educacionais: todos esses objetivos da APM continuam existindo apenas no mundo das idéias. O que se vê na realidade são os pais na APM chamados apenas para organizar

festinhas e pagar taxas".

Esforços localizados constituíam exceção a essa regra, e sempre recebiam destaque no jornal da SME, servindo de exemplo. É o caso da APM da EMPG "José Amadei", publicou-se o relato de Maria da Conceição, que tomou posse como diretora da entidade em maio de 1984: "Até 1983 a APM da 'José Amadei' era uma coisa morta, que só servia para fazer festas. Muitos achavam que APM era só para tirar o dinheiro do povo, só existia para pedir, pedir, pedir. Ano passado, junto com a campanha pelas diretas, veio um desejo de mudar o Brasil e isto acabou se refletindo na escola. Resolvemos dar à APM um novo sentido e formamos uma chapa com alguns pais realmente atuantes. Nossa plataforma de trabalho: erguer o muro que estava no chão há um ano e meio, consertar a ponte que unia o Jardim Satélite ao Jardim Centenário — passagem obrigatória de grande parte de nossos alunos — e conseguir policiamento para a escola. Discutimos esta proposta numa reunião com mais de 300 pessoas e a aceitação dos pais foi muito grande.

Às vésperas das eleições havia faixas nas ruas (feitas de lençóis velhos), cartazes nos bares e padarias. O peixeiro foi convocado e uma de nós ia em sua carrocinha, usando o alto falante: ele vendia o peixe dele e nós, o nosso... Com o moço que vende Cândida na perua, fizemos o mesmo acerto. Caprichamos na propaganda com a ajuda do pessoal do bairro e do nosso fundo de campanha, para o qual cada membro da chapa contribuiu com 7 mil cruzeiros. Resultado: no dia da eleição a participação dos pais foi enorme. Basta dizer que das 8 às 18 horas votaram 700 pessoas! Ganhamos apertado, mas ganhamos.

Nossa primeira providência foi organizar uma passeata até o Gabinete do Prefeito para pedir o muro. Rifamos discos de Michael Jackson, jóias, um leitão e conseguimos três ônibus para

levar 300 pais ao Gabinete. O Prefeito Mário Covas nos disse que dentro de um mês o muro seria reerguido. Realmente, dentro de um mês não só muro, mas também a sala do pré estavam consertados. A diretoria da APM mostrou que cumpria suas promessas. Conseguimos também o conserto da ponte e a ronda policial nos horários de entrada e saída.

Ano passado, gastamos grande parte do dinheiro que arrecadamos com o bazar comprando vidros, material de limpeza, fechaduras. Agora, em 1985, queremos ver se usamos mais a verba de 1º escalão, que é uma quantia destinada às escolas exatamente para este fim. Dessa maneira, poderemos atender mais aos alunos carentes, que são cerca de 40% em nossa escola" (54).

No mesmo número do jornal há um anúncio (55) do I Encontro de APMs, programado para o segundo semestre de 1985, considerando que a APM e o Conselho de Escola "podem ser meios importantes de participação dos pais no trabalho educativo que a escola desenvolve com seus filhos". O anúncio cita uma discussão organizada pela DREM 5, em que os "participantes concluíram, entre outras coisas, que os pais desconhecem as funções básicas da APM, a destinação das verbas arrecadadas e não participam das decisões da escola. Estão decididos a mudar esta situação o mais rápido que der".

A luta pela construção de escolas nas regiões periféricas recebeu o reconhecimento dessa administração, ao menos quanto ao 1º grau, como demonstra o artigo "Acontece a Escola", publicado na última edição do PAULICÉIA EDUCAÇÃO, no qual esse processo é descrito sumariamente, referindo-se aos bairros Jardim Tietê, Vila Arorã, Jardim Samas, Jardim João XXIII, Vila Inglesa e Jardim Camargo Novo. Cita o depoimento de um dos moradores de

Vila Inglesa, sobre o surgimento e urbanização do bairro, com o concurso das lutas dos moradores. Resume-se o processo: "O caminho é esse. As pessoas se juntam e começam a reivindicar. O poder público, com maior ou menor pressa e empenho — isso depende do compromisso que a administração tem com o povo — vai fazendo os melhoramentos. No ano de 1983, a maioria dos bairros que citamos já possuía pelo menos iluminação e esgoto, embora grande parte de suas ruas ainda fossem de terra". A capitalização política do tema é nítida, às vésperas da eleição para a Prefeitura: "Todavia, quando as comunidades puderam constatar que a Administração não ficava nas promessas e tomava mesmo as providências necessárias, um clima de confiança e respeito mútuo foi-se instaurando!" (...) "Entre 1983 e 1985, a existência de uma administração sintonizada com as aspirações populares garantiu que o barracão da João XXIII se transformasse num prédio com 14 salas, laboratório, sala de leitura, quadra de futebol e palco para teatro; que os alunos da Sud Menucci pudessem estudar numa escola que tem até quadra iluminada, cercada de alambrado e com vestiário; que o Jardim Tietê ganhasse a escola que sempre quis ter, com bananeiras e pés de laranja-lima, em homenagem ao patrono, José Mauro de Vasconcelos; que as crianças do Jardim Samas saíssem da rua e entrasse na EMEI "Zumbi dos Palmares", cujo nome evoca o espírito de luta de seus pais".⁽⁵⁶⁾ Embora se faça aqui o elogio da luta e da reivindicação, o discurso não prescinde de um certo sabor populista, em que as crianças "ganham" a escola que sempre quiseram ter.

Mas com relação ao fator central que vinha induzindo ao uso da APM como mecanismo que angaria fundos, empregados na manutenção das condições físicas das unidades, as medidas adotadas foram várias. Além dos mutirões realizados em 1984, as verbas de 1º escalão — destinadas a pequenos serviços de manutenção nas

escolas — foram descentralizadas, alocadas nas DREMs, elevadas em 100% e simplificado o processo para sua obtenção, aplicou-se um plano de aquisição de material de consumo, permanente e didático (cuja situação, segundo a Superintendente, estava em estado crítico), as verbas de 2º escalão (para reformas parciais), antes alocadas nas Administrações Regionais, foram transferidas para a SUPEME, que criou uma Divisão de Manutenção, prevendo-se para o exercício seguinte, além dos serviços emergenciais em realização, a extensão à manutenção corretiva e, posteriormente preventiva⁽⁵⁷⁾.

Acrescia a esse problema, um outro, de ordem semelhante: a depredação. Só em 1983, 80 das 500 escolas municipais sofreram depredações. Em abril de 1984, 127 escolas sofreram reparos, cujos custos atingiram 1 bilhão de cruzeiros. Lançou-se, então, a Campanha "Ninguém Vira Doutor Quebrando a Escola", com o apoio do jogador Sócrates, que é médico.⁽⁵⁸⁾

O PROJETO FIM-DE-SEMANA foi aproveitado como "um dos primeiros passos para que a Comunidade assuma que a escola é sua"⁽⁵⁹⁾. Considerando Comunidade os pais de alunos, as pessoas que moram nas redondezas e "até mesmo aquelas que depredam a escola"⁽⁶⁰⁾. Segundo Eny Marisa Maia "Uma das evidências que o PROJETO FIM-DE-SEMANA NA ESCOLA deu certo, é que de 39 escolas que participaram dele o ano passado, 37 continuaram. E a estas escolas se juntaram 26 outras". Sua declaração é colocada no artigo "Escolas Invadidas" e seguida de uma série de declarações de membros de comunidades que participaram de atividades do PROJETO FIM-DE-SEMANA, que estabelecem relação entre estas e a diminuição dos atos de vandalismo. O jornal aponta uma direção: "Desta vez o objetivo é ampliar ainda mais a participação de entidades e organizações exteriores à escola e garantir a presença de pessoas

de todas as faixas etárias na escola: desde crianças até idosos. Para isso as escolas vão fazer uma grande divulgação, usando até mesmo a fanfarra, que vai abrir uma passeata com fantoches de massa, confeccionados pelos próprios alunos, percorrerá todo o bairro chamando as pessoas para o evento".⁽⁶¹⁾

Na rede estadual, em gestões anteriores, já existia a possibilidade de se firmarem convênios CONESP/APM para repasse de verbas, cuja aplicação seria feita em manutenção, limpeza e vigilância. Na Introdução do Manual da CONESP-1984, já no governo PMDB, consagra-se, entretanto, mais uma vez, a transferência de responsabilidades do Estado à população: "Às APMs é atribuída, além da parcela de responsabilidade quanto à assistência aos alunos e integração da família-escola-comunidade, a colaboração entre outros para auxiliar na manutenção e conservação do prédio escolar, do equipamento e da limpeza de suas instalações"⁽⁶²⁾.

Na Prefeitura, antes da reformulação do Regimento Comum das Escolas, em meados de 1985, as instituições auxiliares foram tratadas como uma entre outras formas de participação popular, com ênfase em seus efeitos sobre a qualidade educativa das unidades, sobretudo na concepção da escola municipal como bem público, que precisaria ser eficaz na transmissão do saber.

O texto do Setor de Instituições Auxiliares, "Papel da APM na integração escola-comunidade", de 1984, traz explicitamente a questão do alto índice de reprovação ou a "simples desistência da frequência escolar". Como origens do problema figuram "o caráter acadêmico das atividades realizadas" e a "carência econômica das populações, outro fator da evasão escolar".

"Desse modo, permanecer na escola e aprender um instrumental mínimo de conhecimento para a vida urbana é o grande desafio que as Escolas e a Comunidade deveriam enfrentar num futuro próximo. Para a realização dessa tarefa vemos a necessidade de chamar a Comunidade para dentro da Escola, possibilitando-lhe uma oportunidade para discutir uma nova qualidade de ensino capaz de beneficiar a maioria da clientela escolar". A diferença do discurso anterior está no questionamento da educação escolar que é oferecida, quando antes esta não era discutível e se enfatizava o papel dos pais como co-educadores.

"Constata-se que a atuação da APM tem provocado muito pouco a participação dos pais na Escola, restringindo-se aos empreendimentos de arrecadação de fundos". "A SME, preocupada com esta situação, propôs o PROJETO FIM-DE-EMANA NA ESCOLA, como alternativa para iniciar o processo de envolvimento entre escola e comunidade".

Segundo o texto, o PROJETO veio atender a uma antiga reivindicação das comunidades e a proposta inicia-se com caráter lúdico, mas objetiva "despertar a Comunidade para apropriar-se de um espaço que lhe pertence", transformando a Escola em "um centro aglutinador de pessoas".

"Com a chamada à comunidade busca-se, por um lado, descobrir seus interesses pela efetivação de atividades que reflitam seu modo de existir e, por outro, objetiva-se descobrir os recursos humanos e materiais existentes na comunidade que permitirão à população local, o encaminhamento de suas atividades de lazer".

Na realidade, essa proposta de lazer comunitário consistia mais em uma estratégia para "rediscutir o papel das APMs na realização de atividades a nível interno e externo", sugerindo que ela poderia funcionar como elo de ligação com a comunidade que atraísse "a colaboração de outras entidades existentes nos bairros como SABs, Igreja, etc."

Acrescenta uma concepção bastante diferente da anterior quanto à relação entre a cultura e a educação escolar. Nos documentos ao longo da década de 70, a falta de integração escola-comunidade, tinha como uma de suas causas, entre outras "carências", o "baixo nível cultural da população atendida"⁽⁶³⁾. Agora, a APM "poderá convocar reuniões com a comunidade no sentido de recuperar a participação, atualmente esvaziada, de seus membros, no sentido de resgatar a cultura popular das comunidades submetidas a um longo processo de descaracterização".

No texto "APM - Para quê?", de 1984, o Setor de Instituições Auxiliares pergunta quando se parou para pensar que o melhor atendimento do aluno passa, necessariamente, por melhores condições de vida para os pais e professores e afirma que "só podemos conceber esta instituição — APM — se ela existir não para sobrecarregar, mas para aliviar a carga de pais e professores".

Comentando o PROJETO DINAMIZAÇÃO DA APM, de 1976, coloca que o resultado obtido foi considerado "satisfatório", mas oito anos depois, "onde está a integração escola-comunidade que se tinha como 'realizada'?".

Para o Setor de Instituições Auxiliares, os sucessos obtidos na época foram passageiros e atribui a falha daquele

PROJETO ao seu caráter paternalista, pois o Setor se julgava superior à escola e à comunidade, "ao qual competia 'comunicar' o que deveria ser feito à escola, para que esta trouxesse para o seu 'nível' a comunidade". Essa visão teria impedido a compreensão dos anseios da comunidade e a proposta para a superação envolveria não apenas chamar a comunidade para prestar serviços à escola, "tais como mutirões, colaborações em festas", mas oferecendo à comunidade um espaço no qual ela desenvolva suas atividades espontaneamente e "o reconheça como seu".

Em março de 1985 o Setor de Instituições Auxiliares elaborou um texto para a discussão em Reunião de APM, tendo em vista a Organização do I Encontro de Associações de Pais e Mestres da Rede Municipal. O Encontro foi proposto mas não se realizou, uma vez que o Setor priorizou um trabalho de acompanhamento das unidades escolares como forma de preparação de um processo de discussões e, principalmente, procurando evitar que o Encontro não envolvesse apenas diretores de escolas e os estreitos círculos de pais com eles relacionados.

Esse texto, no entanto, não foi distribuído porque a Direção da Divisão de Programas e Atividades Especiais não considerou conveniente o seu teor.

Inicia ainda ressaltando o papel dos pais como educadores, circunscrevendo a finalidade específica da educação escolar à rápida transferência de "conhecimentos e meios para adquiri-los (ler e escrever, por exemplo)", não podendo a escola alcançar seus objetivos sem levar "em conta a educação que os alunos recebem fora dela, particularmente em casa". Daí a importância do relacionamento entre os educadores (pais e

professores), que se enquadrariam numa das principais finalidades da APM: "auxiliar a escola a atingir seus objetivos educacionais" (conforme Capítulo I, artigo 1º, do Estatuto Padrão).

Ressalta que "colaborar com a escola no tocante à manutenção do prédio e equipamentos disponíveis" é uma das oito atribuições da APM, sendo o financiamento da educação um dever do Estado e um direito do cidadão. Esse preceito democrático estaria ainda "longe de não ser apenas uma frase".

"O Estado, através dos muitos governos que se sucederam, têm insistentemente se desobrigado daquele dever, negando as verbas suficientes para que os professores possam exercer com dignidade e eficiência a sua profissão e para a manutenção das condições físicas da escola. Por esse motivo as APMs mobilizam a maior parte dos esforços em atividades que geram arrecadação de fundos, sem o que, a escola não tem condições de funcionar plenamente.

"No período de 1983/1984, as APMs da Rede Municipal arrecadaram um total de Cr\$ 912.260.222. Essa soma foi empregada em muitas despesas relativas à manutenção das escolas. Certamente porque esta verba, e talvez mais, faltou na parte do orçamento público destinada à educação.

"Essa situação precisa ser enfrentada e os educadores que, num sentido mais amplo, são a população... devem se organizar e lutar para que se cumpra o princípio de que a educação é dever do Estado e direito do cidadão.

"Da mesma maneira, sem organização e presença da

população na escola, não há como estabelecer aquele contato profundo entre pais e professores, que pode contribuir para resolver as dificuldades do processo de aprendizagem e reverter o trágico quadro do rendimento escolar, que há mais de quarenta anos se caracteriza pela reprovação e abandono da escola pela maioria dos alunos, principalmente os mais pobres".

A iniciativa que procurou coroar os esforços no sentido de mudanças, que o discurso da SME denominava "democratização da escola", foi a reformulação do Regimento Comum das Escolas. O Grupo de Trabalho que elaborou a proposta foi composto por técnicos da Secretaria, representantes das entidades profissionais e representantes dos profissionais de escolas. No texto de apresentação da proposta estabelece-se a relação entre dois aspectos da democratização pretendida: "sabemos que a democratização externa da escola subentende necessariamente a democratização das relações internas entre educadores, educandos e famílias usuárias". E os princípios que serviram de fundamento foram três:

1. Distribuir mais o poder dentro da unidade criando espaços legítimos nos quais professores, alunos e família, participem efetivamente junto com os diretores, especialistas e secretários, das decisões relativas à atuação da escola;
2. Criar mecanismos para que educadores e população acompanhem o trabalho escolar, encaminhem propostas, proponham soluções, e exerçam seu direito de verificar o cumprimento das diretrizes traçadas para a ação da escola;
3. Recuperar o compromisso da escola com seus alunos entendidos estes como cidadãos que têm o direito — garantido constitucionalmente — acesso e apropriação do conhecimento sistemático do qual a escola é portadora. (64)

Salientou-se que nenhum Regimento Escolar novo poderá por si mudar a prática das pessoas, por isso "é fundamental a participação na discussão do Regimento, pois esse processo — mais que o produto — é que leva à reflexão e organização de todos para cumprir e fazer cumprir o Regimento". Esse ponto é particularmente importante de ser destacado, para que se possa confrontá-lo como que realmente ocorreu.

Ainda na apresentação, afirma-se que a elaboração da proposta do Grupo de Trabalho considerou:

1. as informações e expectativas dos professores, obtidas nos Encontros de Educadores que acontecem em diversos momentos, particularmente no Encontro de Janeiro/85;
2. As sugestões encaminhadas pelas escolas;
3. os subsídios encaminhados pelos representantes das entidades — APEEM, APEDESP e ADEPI — que participaram do Grupo de Trabalho.

Previam-se seis fases para o encaminhamento da proposta:

FASES/ÉPOCA		LOCAL	PARTICIPANTES
<u>1a</u>	23 a 26/7/85	DREMs	Supervisores e Equipes Técnicas das Escolas
<u>2a</u>	29 a 31/7/85	Escolas	Professores - Corpo Técnico e Administrativo - Operacionais Pais e Alunos
<u>3a</u>	1a quinzena	DREMs	Representantes de Escolas (3 a 4 elementos, incluindo 1 pai) Equipes das DREMs
<u>4a</u>	até 20/8/85	Retorno das propostas das 5 DREMs (por AR) ao Grupo de Trabalho	
<u>5a</u>	até final de setembro/85	Elaboração do Projeto e encaminhamento ao Conselho Estadual de Educação	
<u>6a</u>	Vigência do Novo Regimento em 1986		

A questão essencial da forma de gestão da escola foi a grande inovação. O Conselho de Escola, que no Regimento anterior era apenas consultivo, teria agora natureza deliberativa e normativa, cabendo a ele traçar diretrizes e critérios gerais relativos ao planejamento da ação da escola, à sua organização e funcionamento e à sua relação com a população. O rol de suas atribuições é extenso, de maneira que esse órgão concentraria o poder na unidade de ensino, estabelecendo diretrizes e prioridades locais e metas da ação da escola; definindo critérios para aproveitamento de recursos humanos, financeiros e instalações; aprovando o Plano Escolar, acompanhando cotidianamente sua execução; avaliando anualmente os resultados da ação da escola; estabelecendo o cronograma anual de trabalho e eventos; definindo critérios para o atendimento e acomodação da demanda escolar pela unidade, inclusive no que diz respeito a período de funcionamento, distribuição de séries e classes por período e demais questões que dizem respeito a atendimento da demanda; fixando critérios para ocupação do prédio escolar e suas instalações, bem como as condições para a sua preservação; zelando para que as suas comunicações sejam divulgadas garantindo com isso um fluxo de comunicação permanente; realizando eleição para indicação da lista tríplice para provimento de cargos de especialistas, v. g. ou em substituição; definindo diretrizes concernentes ao processo de adaptação, recuperação e compensação de ausências dos alunos e formas de avaliação; analisando, aprovando e acompanhando projetos individuais e coletivos a serem implantados na escola; arbitrando sobre impasse de natureza administrativa e pedagógica; arbitrando a respeito de irregularidades cometidas pelos integrantes da comunidade escolar (incluindo pais); propondo alternativas de solução aos problemas de natureza pedagógica e administrativa, tanto aqueles detectados pelo próprio Conselho, como os que forem a ele encaminhados pelos

diferentes elementos da escola; decidindo sobre promoção de alunos, cuja situação tenha ficado pendente; aprovando as propostas de aplicação dos recursos financeiros da escola, encaminhadas pela direção; decidir sobre procedimentos relativos a: criação, extinção e regulamentação de instituições auxiliares da escola; implantação de programas especiais na área; desenvolvimento de programas de atendimento social e material ao aluno. Enquanto órgão normativo, cabe ao Conselho traçar as normas disciplinares — direitos e deveres de todos os elementos da comunidade escolar e outras normas específicas, dentro dos parâmetros da legislação em vigor.

Todo esse poder, antes enfeixado na mão do diretor escolar, ou mesmo detido por órgãos centrais, seria repartido entre os membros eleitos do Conselho, composto por representantes da área docente, da área burocrática, da área familiar, da área técnico-pedagógica, da área diretiva e da área discente. A grande novidade estaria na paridade numérica de pais e professores e na presença de alunos nessa instância de decisão. O número total de componentes, considerando uma escola média, ficaria: para escolas de 1º grau, de 30 a 50 elementos; para escolas de educação infantil, de 10 a 15 elementos.

A APM, nessa proposta, foi esvaziada de suas funções, adiando-se uma decisão quanto à sua extinção ou continuidade. Segundo os princípios que nortearam essa modificação, os pais e professores têm direito à livre organização e a escola "garantirá o espaço político para a organização de pais e professores", devendo esta estar articulada ao Conselho de Escola: "A APM será mantida no Regimento, porém, com alterações quanto às finalidades, objetivos, funcionamento e organização. Os objetivos da APM estarão

voltados, prioritariamente, ao atendimento ao aluno carente e à ampliação dos equipamentos escolares. A participação dos pais no processo educativo e administrativo da escola dar-se-á através do Conselho de Escola. O Plano Orçamentário da APM deverá estar articulado aos objetivos do Plano Escolar a ser aprovado pelo Conselho de Escola" (65).

A pressa em obter o "produto" da discussão dessa proposta e a rapidez e superficialidade do "processo" (observados diretamente por nós) deixou a impressão de que a alegada reflexão e organização de todos não constituíram, na prática, os pontos de que mais se cuidou. De maneira que a proposta foi enviada quase na íntegra para aprovação do Conselho Estadual de Educação, desprezando-se os reparos, modificações e discordâncias, levantados no conjunto das discussões, onde os representantes de comunidades, inclusive, desempenharam um papel figurativo, com raras e marginais manifestações, muitos deles perfeitamente sintonizados com os diretores de unidades que, em muitos casos, os escolhiam pessoalmente.

Em documento do Setor de Instituições Auxiliares "Sobre a Nova Proposta de Regimento Comum das Escolas Municipais de São Paulo", datado de 06 de setembro de 1985, após um conjunto de críticas ao discurso da competência técnica, um dos pilares da política da SME, comentam-se alguns pontos da Proposta e entre eles vemos assinalada a "Manutenção da APM no Regimento Comum":

"A proposta apenas traduz no Regimento o papel que a APM assumiu, principalmente por força de um Estado que aprofundou ao extremo a sua omissão em termos de recursos financeiros e materiais para as políticas sociais. A APM passou cada vez mais a ser o meio de substituir o Estado no suprimento das necessidades de manutenção e

ampliação da rede física de escolas, onerando duplamente o cidadão, que já paga impostos. Em nosso entender a manutenção da APM no Regimento Comum significa um retrocesso na luta por tornar realidade a consigna: Educação como dever do Estado e direito do cidadão.

"Se o Estado cumprir seu papel, qualquer arrecadação que ocorra na escola terá um caráter informal e eventual, e isso tem vantagens. Primeiramente porque uma arrecadação informal facilita a contribuição voluntária, que sempre foi garantida apenas na lei. De outra parte, embora isso contrarie os mais aferrados burocratas, a ausência de uma instituição que oficialmente arrecada fundos, com suas instâncias de decisão, permite esclarecer ao contribuinte a finalidade da contribuição, no ato do pagamento. Gostaríamos de acrescentar ainda que as atribuições da APM constantes da proposta (atendimento de alunos carentes e ampliação do equipamento escolar) só vêm reforçar o seu papel de substituta das obrigações do Estado. Seria melhor a supressão da APM do Regimento enfatizando apenas os princípios enunciados: 'Os pais e professores têm direito à livre organização. A escola garantirá o espaço político para a organização de pais e professores"⁽⁶⁶⁾.

V. ENTREVISTAS

1. Vera Lúcia de Lucena Bussinger, Diretora da Divisão de Programas e Atividades Especiais, entre 1984 e 1985.

Perguntada sobre como se colocou a questão da participação popular no ensino público e especialmente nas unidades escolares, durante a gestão em que esteve trabalhando na SME, Vera Bussinger nos diz que foi a partir da Proposta Montoro, em 1981, quando se começou a discutir o problema do Governo do Estado de São Paulo. Havia alguns grupos de estudo, entre eles um de Lazer e o de Educação e a interfece desses grupos se dava exatamente na reivindicação de abertura de escolas durante o fim-de-semana para espaço de lazer. Esta seria a reivindicação primeira da população, já que entrou como um dos pontos prioritários na plataforma do PMDB. Um desdobramento disso, quando o PMDB assumiu o Governo, ocorreria com uma ação integrada da Secretaria de Esportes, Paulistur e outras, onde se assumiria a questão do fim-de-semana na escola.

Chopin Tavares de Lima, coordenador daqueles grupos de estudo, havia proposto um Seminário com as SABs. Segundo a entrevistada, essa seria a única forma de se escutar a sociedade civil de maneira organizada e principalmente as camadas populares. "Se entendia que a SAB fosse uma representação legítima da sociedade civil". No Seminário houve um dia inteiro de estudos, aproximadamente em julho de 1982, que indicou pontos "considerados prioritários pela população".

Quando Altino Lima, Presidente da Câmara Municipal, exercia o mandato de Prefeito, alguma atividade de fim-de-semana na

escola foi iniciada. Articulou-se um "Conselho de Lazer" da Paulistur, ficando esta empresa à frente do processo. Convidou o jogador Sócrates e várias entidades para fazer uma grande festa na escola. O jogador imaginava fazer um grande campeonato de futebol, principalmente para os alunos, "muito pouca participação da população mesmo, na escola". Para Vera Lucena, o resultado disso foi péssimo porque a escola não assumia a atividade com os alunos "e a coisa andou muito devagar, ou não andou". Chegou a participar em duas reuniões do Conselho da Paulistur, porque trabalhava na SEMPLA, que também compunha o órgão. Mas este foi "desintegrado".

A SME assumiu o PROJETO FIM-DE-SEMANA "prá valer em 84", sob sua total responsabilidade. Já se havia percebido que "se não tivesse gente cuidando mesmo da abertura da escola", o PROJETO não ocorreria, "porque a população não sabia como fazer e, por outro lado, também a Secretaria não tinha confiança suficiente para entregar uma unidade na mão da população, com brigas entre as SABs, com todo o conflito que existia em torno da escola. E aí então se descobriu que a Secretaria tinha um órgão, que era a Divisão de Programas e Atividades Especiais, que era um órgão legítimo que poderia abrir a escola, ou tentar pelo menos chegar mais perto das atividades de lazer". A Secretária tentou fechar a Divisão, "que não fazia nada, a não ser festa", mas se descobriu que ela poderia empreender essa tarefa, também pelas características dos Setores que a compunham, principalmente o Setor de Instituições Auxiliares: "Se descobriu que tinha uma ponte muito grande com a população através das APMs e dos Conselhos de Escola".

Antes dessa descoberta não se previa nenhum tipo de envolvimento com a população, "as diretrizes da Secretaria não

passavam pela questão da integração da escola com a comunidade e muito menos com a participação de pais na gestão da escola". Vera explica que a "preocupação da Secretaria é a questão da competência técnica, do envolvimento, do compromisso dos professores com a educação e, principalmente com a melhoria da qualidade do ensino. Isso, atacando o ponto de vista formal da escola — a instrução — e nisso não se previa nenhum tipo de envolvimento com a população".

Quando Vera Bussinger chegou à Divisão de Programas, encontrou cerca de 240 funcionários, alguns contratados, outros, professores efetivos, comissionados e 50 eram coordenadores de atividades artísticas, um dos cargos melhor remunerados da carreira. Havia também cerca de 80 instrutores de fanfarra. Reduziu o quadro a 190 funcionários e começou a repor pessoal. "Tinha gente comissionada na Divisão que não trabalhava... pessoas 'encostadas' na Divisão ocupando cargo de escola e que estavam de licença médica e assim uma série de outros".

"Fui para a Divisão em dezembro de 1983, justamente quando se estava tentando com os encarregados de setor e algumas pessoas descobrir qual era o papel da Divisão". O PROJETO FIM-DE-SEMANA estava inserido na tentativa de diversificar as atividades. "Ele passou de uma festa para uma festinha menor, mas ainda tinha aquele caráter festivo", pela grande influência do Setor de Atividades Artísticas, que ocupava a maior quantidade de funcionários e, historicamente, havia predominado nas atividades do órgão.

A prioridade naquele momento era o "trabalho com a comunidade" e o PROJETO FIM-DE-SEMANA era um projeto ao lado de outros. Entretanto, "o PROJETO estava sob a responsabilidade da

Divisão, mas as pessoas não se responsabilizavam por tocar o PROJETO enquanto grupo". Considerando o quadro do funcionalismo um grave problema, adotaram-se dois tipos de ação. Primeiro sensibilizar as pessoas. "Tinha pessoas com bom potencial, haviam passado por reciclagens". O Centro Cultural São Paulo montou um curso especial para os coordenadores da Divisão, para tentar discutir outras coisas que não fosse arte na escola. Iniciou-se um processo de discussão interna, em que o Setor de Instituições Auxiliares se destacou.

Ao falar da rotina do pessoal junto às escolas, Vera passa em revista os setores: "o Setor de Educação Física fazia os campeonatos escolares, exclusivamente. O Setor Administrativo tocava campanhas do tipo 'Cisne Branco', 'Dia do Soldado', 7 de Setembro, excursões. O Setor de Instituições Auxiliares conferia balancetes das APMs, três pessoas trabalhavam nesse Setor, faziam o controle das APMs do ponto de vista dos papéis e tinha um auxiliar em cada Delegacia de Ensino. O Setor de Educação Não-Formal trabalhava com cursos de corte-costura e cursos em convênio com o SENAI. O Setor de Atividades Artísticas trabalha com fanfarras, tentando um projeto de teatro".

"O Setor de Instituições Auxiliares começou a ter uma colaboração muito grande junto a toda a Divisão. E passou a ser o Setor que dava orientações não só ao PROJETO FIM-DE-SEMANA, mas à integração escola-comunidade. Isso é mais ou menos em março de 1984, quando as pessoas começaram a assumir mais uma postura crítica em relação ao trabalho".

Quando Vera Bussinger assumiu a diretoria da Divisão, quatro técnicas foram contratadas como assessoras e formou-se um

grupo de direção. "Para fazer um acompanhamento nas escolas, para se ter uma dupla ponte para ver não só o que se mandava, mas também o que estava havendo. Foi importante porque houve a necessidade de discutir e entender melhor o que estava sendo realizado".

O PROJETO FIM-DE-SEMANA foi rediscutido em julho de 1984, recebeu novas inscrições, além das 50 existentes e começou-se a trabalhar ativamente por dentro da escola, "o que depois a gente vai chamar de 'relações da escola'. A preocupação deixa de ser exclusivamente lazer, ocupação de tempo livre ou para ocupar a escola no fim-de-semana para evitar depredações (caiu o índice de depredação nestas escolas cerca de 80%)".

"Em 1985 é que se chegou finalmente ao que se tinha que ter chegado no começo da gestão, que é a discussão com a escola. Isso era impossível de fazer em 83 ou 84, na medida em que as pessoas não tinham preparação. Foi necessário que as pessoas se instrumentalizassem para poder tocar esse trabalho, entender sua importância, saber o que estavam fazendo na escola, soubessem entender as relações e a própria rejeição da escola ao receber alguém da administração pública, interferindo no seu dia-a-dia".

Para Vera, o amadurecimento dos profissionais e da população, juntamente com a orientação da SME de cobrar o compromisso dos professores, a reestruturação da carreira e a alteração administrativa que permitiu a contratação de outros profissionais, formados em outras áreas que não educação artística, deram uma certa "abertura" para a Secretaria, o que facilitou a aproximação com a população.

"O Setor de Instituições Auxiliares teve um papel

importante porque ele começa a discutir o Regimento Escolar já em 1984, de forma incipiente, mas já começava a tomar corpo... Vale a pena ressaltar o trabalho que tirou da inércia o mau costume de utilizar a APM como 'Caixa 2'. Aquilo tinha uma serventia para a escola, na questão da representatividade, além de ser 'Caixa 2'. Essa era uma função muito mais inerente ao Conselho, tanto é, que a Divisão propõe a extinção da APM e propõe que o Conselho de Escola assuma as funções da APM, sendo um único órgão de representatividade".

Afirmando que essa questão é avançada para a discussão do Regimento, Vera não crê na sua possibilidade "porque a Secretaria não banca a despesa da escola, ela precisa do subsídio que as APMs dão".

"A revisão do Regimento das Escolas era uma necessidade porque o que acontece com os regimentos é que eles são sazonais, eles vão atender por três ou quatro anos a gravidade de determinado período. O Regimento estava muito defasado da realidade que as escolas estavam vivendo. Um número bastante grande de alunos, a questão da escola funcionar em muitos turnos, principalmente o Regimento das EMEIs e da escola de deficientes, estava muito defasado. Uma necessidade concreta existia para a revisão do Regimento. E nessa parte das relações da escola com os órgãos técnicos e da escola, órgãos técnicos e população então, praticamente inexistia".

"A população tinha uma vontade emergente de participar da escola. Na minha prática de professora deu pra perceber que tem sempre um grupo de pais que se aproxima da escola. Isso significa não participar diretamente do projeto educacional, mas

participar do 'elefante branco' que está lá".

"Do ponto de vista da leitura da Secretaria de Educação, do grupo de direção da Secretaria, havia uma preocupação de convidar os pais a virem discutir naquela semana de discussão dos subsídios. Era muito ruim porque a batalha que se trava entre a população e o saber letrado dos professores é quase desumano, principalmente se você considerar a periferia de São Paulo, onde estão localizadas as escolas, essa população não tem prática de discussão e, por outro lado, participar das atividades de lazer, vir jogar bola na escola ou fazer bailinho, a população vinha mesmo. Nós, durante um semestre e meio, conseguimos movimentar cerca de 40 mil pessoas por fim-de-semana, participando nas escolas dos vários projetos da Divisão, do conjunto de todas as atividades oferecidas. Isso mostra que toda vez que se conseguir estabelecer um diálogo com os pais, eles vêm para dentro da escola. A partir disso, em pelo menos sete escolas, existia uma discussão ao nível do pedagógico, e o objetivo, então, passou a ser, em 85, trazer os pais para dentro da escola para discutir a educação dos filhos. Isso era até um projeto pessoal meu, de ver a população discutindo educação".

Perguntada sobre se sua maneira de ver se identificava com a dos dirigentes da Secretaria, a entrevistada não responde diretamente: "a preocupação da Secretaria sempre foi a questão do compromisso dos professores, da melhoria da qualidade de ensino. A Divisão assumiu uma importância que o próprio quadro administrativo da Secretaria não previa. O trabalho evoluiu de uma tal forma, que ele se impôs, quer dizer, a preocupação neste nível veio se impor através de uma pressão da Divisão, de algumas escolas e de algumas delegacias de ensino, particularmente DREM 5 e DREM 2, que

passaram a dar um certo apoio à Divisão nessa discussão".

Tratando dos resultados do trabalho, Vera aponta a organização popular já existente como fator de sucesso. "Na Freguesia do Ó o trabalho foi mais homogêneo, onde não só o FIM-DE-SEMANA, mas os outros projetos da Divisão também floresceram, porque existe um embrião de organização dessa população nessa região. Santo Amaro, Capela do Socorro, ocorreu também porque a população é toda organizada. Acho que é uma conjunção de forças, é você facilitar que essa organização entra dentro da escola".

Convencida de que as APMs devem ser extintas, coloca a condição de "que o Estado banque toda a gestão da escola". "A APM, hoje o que ela representa? Um órgão arrecadador. Ninguém vê a APM como elo de participação. Essa função, se ela existe, ela está muito mais identificada com o Conselho de Escola. Então são dois órgãos que acabam se confundindo. Na discussão do Regimento essa foi a posição que a Divisão levou e ela foi uma posição quase que de vanguarda em relação à discussão que estava sendo levada".

"Na discussão da gestão da escola optou-se por um Regimento "de transição". Entre um Regimento conservador e um Regimento que atendesse às necessidades da escola. Isso em parte, porque o poder público não bancava todas as funções que a APM vinha suprindo e nem, de outro lado, de lidar com a questão do 'velho' da educação dentro das escolas. O que estou chamando de 'velho' é o ranço dos professores, dos diretores de escola que não abrem mão de certos privilégios dentro da escola. Por exemplo, você ter APM na escola facilita muito (caso de concertos), na medida em que a verba de escalão é complicada de ser manuseada, além de chegar com atraso, tem que ter planejamento muito bem feito na

escola. Então se optou por essa forma intermediária, mas com maior poder, maior extensão de trabalho dentro do Conselho de Escola pra se tentar chegar a se entender melhor essas relações que se travam, briga de forças que se trava dentro da escola".

Explicando porque a revisão do Regimento ocorreu praticamente nos últimos seis meses da gestão, afirma: "primeiro porque não se pensava que fossem os últimos seis meses. Segundo, estávamos tentando trabalhar com isso desde 1984 e não se conseguiu. Houve uma lentidão porque o volume de trabalho era muito alto, coisas assim como adquirir material, administrar pessoal, concurso público, reestruturação de carreira etc. Se optou pela reestruturação de carreira, que é mais entendido, mas em relação ao trabalho com as APMs, acho que a gente andou alguma coisa. (...) Se tivéssemos continuado na direção por onde ia o trabalho, fazer o encontro de APMs, por exemplo, teríamos conseguido andar mais, porque com os novos diretores e o Conselho de Escola reformado pelo Regimento, ele daria possibilidade de ter uma gestão mais democrática na escola. A escola é muito autoritária, o peso do pai, o peso do aluno, ele é minimizado pelo próprio massacre que é a função docente, isto é, o professor é quem manda na escola".

"Teve concretamente dois fatores que contribuíram decisivamente para que as coisas não dessem certo. Primeiro, a fragilidade do trabalho, não só do nosso (incipiente, com erros), além disso faltou tempo, mas por outro lado, o trabalho era muito frágil: qualquer ameaça de autoritarismo da diretora recuava o trabalho. Qualquer reunião marcada em que o coordenador não fosse, desandava o trabalho. De outro lado, uma resistência profunda dos professores, equipe técnica da escola, a mudanças. Os professores durante a gestão democrática sentiam-se muito cobrados, ao ponto de

a maior parte do ensino municipal votar contra o PMDB, votou contra a gestão democrática. Mas isso pesou porque a cobrança em cima dos professores foi muito alta. Por outro lado, as condições de trabalho na escola, não são favoráveis para que o professor se abra à comunidade e se não houver gente na escola que seja canal de ligação deste trabalho, ele não sai sozinho".

2. Márcia Cirne Lima, assessora da Diretoria da Divisão de Programas e Atividades Especiais, entre 1984 e 1985.

Sobre o lugar da participação popular na política da Secretaria de Educação:

"Acho que para nós, trabalhar no sentido de possibilitar a participação da população na escola, com o objetivo de que o relacionamento da escola com a população usuária fosse cada vez mais crítico, consciente, mais ativo e que a população funcionasse como um fiscal do serviço público e colaborando também no sentido de pensar o assunto da escola, essa é uma meta pretenciosa, quer dizer, teríamos que trabalhar nessa direção... Esse trabalho estava numa Divisão da Secretaria, que tinha sua escala de prioridades. Como proposta de uma gestão na SME, não é a participação da população na escola que é A QUESTÃO. O acesso e a permanência, por exemplo, era alguma coisa mais efetiva na proposta da SME, é algo que tem mais a ver com a responsabilidade primeira do Estado frente à questão educacional e que ainda está longe essa meta. Se os objetivos fundamentais e primeiros da educação são: escola pública, gratuita, para todos, na medida em que isso tivesse sido efetivamente atendido, outras questões, como por exemplo, a participação popular na escola, poderia, na escala de prioridades da Secretaria, ter um outro lugar. Nesse momento, a Divisão se colocou como um lugar possível de se tentar desenvolver alguma coisa nesse sentido. Isso não significava necessariamente uma reformulação ou um repensar de toda a Divisão, era um preparo, uma revolução na cabeça das pessoas que lá trabalhavam, das que permaneceram para se adaptar a um novo trabalho, que tinha objetivos bem diferentes dos anteriores.

"Nos objetivos da Divisão, que se colocavam como um apoio aos objetivos mais gerais da SME, era prioritário abrir canais para a participação da população na escola, garantir que a população pudesse chegar à escola para dizer alguma coisa e que a escola, do mesmo modo, pudesse dizer alguma coisa para a população; que houvesse a troca, com atrito ou não.

"A relação da Divisão com a escola já é distante, o ideal é que os canais existentes fossem viáveis. Na maior parte das vezes, as alianças que mais se faziam eram entre os funcionários da Divisão e a população, para tentarem entrar na escola. Por um lado, a dificuldade da população para entrar na escola, por sentir-se 'menor', a escola representava o saber, uma incógnita. A escola não queria a entrada da Divisão, por ser um corpo estranho a ela, representava o poder, as negativas, as dificuldades, os não atendimentos, as impossibilidades e, basicamente, a fiscalização. Nesse sentido, a escola se armava em relação às pessoas que vinham do órgão central e em relação à população, porque elas poderiam vir a representar uma fiscalização. Eu me pergunto se, para quem está na escola, a participação de outras pessoas significaria fiscalização do trabalho da escola. Talvez isso fosse uma dificuldade de discurso, de código. Tenho a impressão de que esta prevenção da escola com relação à entrada de pessoas 'estranhas a ela', é, em certa medida, um equívoco. Tinha pai que ficava incomodando, não compreende as explicações dadas e, se você for lá e resolver sem ter que explicar para ninguém, é mais rápido, mais eficiente. Tinha isso de dar mais trabalho, mais acúmulo; a escola já está sobrecarregada, isso é um fato. Começar a organizar alguma outra coisa, o mínimo para que ela entre na escola, pra que as coisas funcionem. Alguém tem que ficar com a chave, tem que devolver a chave, e esse mínimo é um trabalho do cão pra quem está

está dentro da escola.

"Ficavam funcionando separadamente o órgão central, a escola e a população... Nosso trabalho não conseguiu manter um discurso comum, tem chão para chegar nesse discurso. A escola argumentava de uma certa forma, a população tinha outra e a Divisão tinha uma terceira; você fala uma coisa, que foi passada de outro jeito para o outro, que entendeu outra coisa, então, você fala abóbora e quando chega lá, virou pepino.

"O diálogo que queríamos manter com a escola era a própria escola, a questão e as propostas educacionais da SME. O que queríamos que acontecesse era que a escola e a população discutissem juntas as propostas pedagógicas, que estavam sendo levadas. Na verdade, as propostas, o como fazer na escola e as prioridades da SME também não eram incorporadas na escola, elas também tinham um alto grau de refratário nesse aspecto. Achávamos que essa era uma forma de trabalhar essas questões, além daquelas que a Secretaria trabalhava, via Delegacia Regional de Ensino, via publicações da Secretaria, discussões que eram promovidas. Era uma forma de reforçar isso, talvez sem o peso de datas marcadas para discutir, era uma forma menos dura, talvez a Divisão conseguisse atingir os mesmos objetivos também se utilizando de formas menos formais, na conversa com a população, ela mesma poderia trazer; poderíamos trabalhar mais no concreto, em cima de algum fato que estivesse ocorrendo na escola. Trazer isso mais para o cotidiano da escola e não ficar nos grandes temas, nas metas que temos que alcançar, mas que: 'tenho que resolver o papel higiênico', 'tenho que resolver a merenda', 'o professor que faltou', quer dizer, como esses grandes temas se colocam nestas questões do papel higiênico e do professor que faltou? Trazer essa discussão o mais próximo da

escola e da população era um objetivo e acho que não tivemos êxito nisso.

"Participamos de algumas reuniões nas Delegacias de Ensino, quando se discutiam as propostas da Secretaria, especificamente naquelas em que o trabalho da Divisão poderia contribuir de alguma forma. A circulação da informação entre os diversos órgãos da Secretaria é uma coisa que deve ser implementada; o próprio volume de trabalho e as prioridades que cada um vai se colocando dentro da área específica que está coordenando, acaba dificultando um pouco. Para mim, às vezes era mais importante conversar com um funcionário do PROJETO FIM-DE-SEMANA que ir atender outro assunto da Secretaria e, às vezes tínhamos que conciliar essas coisas. Tanto DEPLAN, SUPEME, Assessoria Técnica, estavam abertos para atender os chamados da população, de ir ao encontro da população. Tinha uma afinação na proposta da SME e no desenvolvimento do trabalho. No caso da Divisão, pensamos como mecanismos de aproximação... foram coisas que pensamos na hora em que fomos sentindo os problemas. Primeiro temos a história da Divisão, de como aconteceram essas reformulações internamente, o repensar de um trabalho, nossas expectativas, quando confrontadas com a realidade, tiveram que sofrer uma larga adequação porque, inicialmente, tínhamos um raciocínio meio simplista; a população quer usar a escola, a escola está fechada, então, abrimos a escola e a população usa. Não era isso que acontecia.

"Quando eu fui trabalhar na Secretaria, este projeto já estava acontecendo. Pareceu-me que o raciocínio estava meio simples. Se se abrisse o portão da escola, com o mínimo de incentivo, de estímulo de lideranças que tinham sido postas em contato com a Divisão por intermédio da escola; era uma tarefa que a escola

depositava nas mãos de alguém da comunidade, que se incumbia de ser o 'animador cultural do pedaço'.

"Se pensava a primeira iniciativa de tentar essa aproximação em torno de uma atividade de recreação no fim-de-semana. Era uma espécie de festa que servia de forma para se iniciar algum diálogo, esperando que a população preparasse outras coisas para outros fins-de-semana, quer dizer, isso era um trajeto difícil, um pontapé inicial não bastaria para aproximar escola e comunidade.

De qualquer maneira, era interessante atender o maior número de escolas possível; mas esse número era muito aquém do total das escolas da rede municipal. Ficaram definidos os critérios para a escolha das escolas participantes do PROJETO FIM-DE-SEMANA, e nesse caso, pensávamos que, se a escola se inscreveu, é porque tem interesse. Mas não era bem assim, algumas se inscreviam temendo que a Superintendente perseguisse a escola ou coisas do gênero. Isso é uma herança de outras administrações; é do relacionamento dos órgãos centrais com as escolas, mais de 70% dos diretores eram nomeados pelo Superintendente, o que, por si só, leva a um relacionamento complicado. O diretor sente-se na mão do Superintendente e, efetivamente, pode estar. Essa política interna, através dos anos, foi-se incorporando, faz parte da mentalidade das pessoas na escola: 'então, vamos agradecer à SUPEME', tanto que chegávamos na escola, e sentíamos algumas pessoas querendo dar uma força pra gente. Por exemplo: os coordenadores do FIM-DE-SEMANA relatavam isso — 'podem deixar, nós vamos ajudá-los, pode deixar, nós vamos fazer aqui uma coisa no fim-de-semana'. Então, é um pouco assim: 'olha, fica sossegado que você não vai perder seu emprego lá, nós damos um jeito de fazer alguma coisa aqui'. Queriam estabelecer outro tipo de cumplicidade entre as pessoas da escola

e o coordenador.

"O canal de comunicação com a população demorou mais para acontecer. Na medida em que foi se desenvolvendo o PROJETO FIM-DE-SEMANA e que nós fomos tendo o retorno do trabalho, acabamos pensando em estratégias, táticas para entrar mais na discussão e pra ver se a gente conquistava as pessoas da escola, da comunidade, para a nossa proposta. Então, por onde se começa? Se pela direção da escola ou se pela comunidade? Era uma questão que vinha do que primeiro foi falado, que se trabalhava com as escolas inscritas. Me lembro que o primeiro contato da Divisão com a escola foi uma carta, dirigida ao Conselho de Escola, para que se manifestasse se queria ou não participar do PROJETO, pensando, é claro, que essa resposta não seria apenas da escola, o que, posteriormente, constatamos não ter tido o menor efeito — o fato de ter mandado esta carta — porque eles não se reuniam e até eu encontrei uma mãe, de EM próxima, onde a questão do PROJETO tinha sido pauta de reunião que já foi convocada...

"Se começássemos procurando SABs, ficar no boteco, ir na Igreja, nas organizações do bairro, para entrar junto com as pessoas na escola, isso acabava provocando uma desconfiança enorme por parte da escola, como se estivéssemos armando alguma para eles. Ficávamos entre a cruz e a caldeirinha, porque, ou nós não conseguíamos via escola e íamos à comunidade, ou conseguíamos conhecer dois ou três pais, que eram mais amigos da diretora, subservientes, inclusive, em relação à escola, ou ficávamos no dique, sob aquele controle. E até ultrapassar isso, era uma dificuldade. Muitas vezes parecia que uma escola resolvia fazer de conta que estava assimilando aquelas pessoas, aquela conversa e bastava você sair que nada acontecia. E os pais e as pessoas que

tinham começado a participar não iam ter acesso à direção da escola.

"Quanto ao como a população recebeu o PROJETO, nós sempre vamos escutar a fala ou da escola ou da população para o Estado, para a autoridade. E isso já tem significado. As intenções das pessoas nessas falas nem sempre são as de relatar o que está acontecendo. Muitas vezes era uma fala reivindicatória ou denunciando determinadas ações ou atitudes da escola, esperando que nós tomássemos alguma providência. Mas, de qualquer forma, o que deu para perceber foi o seguinte: onde a população estava mais organizada, primeiro, uma desconfiança (teve lugares onde havia Comunidades Eclesiais de Base e o pessoal procurou participar das reuniões e foram praticamente expulsos da reunião, tinha uma barreira muito grande. Isso aconteceu no Campo Limpo e as coordenadoras tentaram levar as lideranças do bairro para a escola, mas foram recebidas com grandes desconfianças).

"Onde não havia essa organização, primeiro era a dificuldade de juntar as pessoas em torno de algum assunto. O que sentíamos era que alguns ficavam muito entusiasmados, achando que era um clube que ia acontecer na escola, outros, muito desconfiados: 'o que eu vou ter que fazer?'. Em certa ocasião, uma senhora duvidava, dizendo que a escola estava fechada a tanto tempo, que ela não estava acreditando: 'o que vocês querem da gente?'

"Nós encaminhávamos nas reuniões questões quanto ao uso do espaço físico da escola nos finais de semana, sugerindo algo na linha recreativa, procurando ouvir o que as pessoas tinham pra dizer, sugerindo e pensando coisas que a própria população pudesse organizar. A partir daí é que surgiriam oportunidades para discutir outros assuntos. Basicamente esse era o início do trabalho nas

escolas. Mas se escutam coisas incríveis nestas experiências. Desde uma mulher que te diz que nem interessa o que vai fazer — 'só sair da minha casa e sentar aqui prá conversar está ótimo já, eu quero tirar o meu umbigo do tanque, da pia e do marido' — e tudo isso é tema para conversar, as coisas estavam ali, era uma questão de aproveitar as oportunidades e as questões que as pessoas traziam, que as estavam preocupando e nós poderíamos começar por aí e procurar trabalhar do ponto de vista da escola. Resumindo, sentíamos uma insegurança meio generalizada. De quem estava organizado, porque achava que era uma instrumentalização do seu trabalho e do seu movimento mesmo e porque achava pouco esse negócio de abrir a escola pra jogar bola. E as pessoas que desconfiavam porque estava bom demais pra ser verdade, e depois, uma grande dificuldade de organização das pessoas para fazer alguma coisa.

"Houve alguns momentos em que esses grupos acabaram se formando, lideranças se formaram nesse processo, que começava com um assunto de uma questão menor, mas que, de repente, você via mãe convocando reunião da APM para emprestar a vitrola para o FIM-DE-SEMANA e usava a vitrola porque a mãe conseguia juntar uma argumentação de que a vitrola era da APM e assim, não era propriedade da escola e sim de todos que usavam a escola. Assim como lideranças do bairro também se engajarem, perceberem que aquele espaço dentro da escola era um espaço possível para o seu próprio trabalho crescer, pro seu movimento, seu grupo, aumentar. Coisas assim aconteceram, mas elas não são a regra e tem que ficar claro, é uma porcentagem pequena em relação às escolas atendidas. Nossa avaliação é que a única coisa que dá para generalizar das escolas atendidas pelo PROJETO, depois de um ano de um trabalho mais conseqüente, mais efetivo, é que elas estavam com o portão

aberto no final de semana.

"Dentro da proposta mais geral da SME, o trabalho que foi feito sobre o Regimento — e ali estão as posições da Secretaria a esse respeito — foi o resultado das discussões que ocorreram na rede pra se chegar a uma proposta: o Conselho ser deliberativo e não consultivo. Quanto à APM, uma autonomia dentro da escola, que pressupõe uma participação efetiva, que as pessoas que fazem parte se sintam fortes, isso nós sabemos que está longe de acontecer. Podemos discutir número de pais, número de professores, número de alunos dentro do Conselho, os cargos, até que cargo pode ser preenchido por pai, até que cargo pode ser preenchido por professor, você pode tentar democratizar o máximo possível essa estrutura dessas instituições auxiliares da escola, mas para que elas funcionem realmente, você precisa ter um nível de participação melhor do que se tem, qualitativamente melhor do que se tem.

"A avaliação que fazemos leva em conta que precisamos das pessoas para a proposta acontecer, não é só uma estrutura no papel que vai fazer com que a escola funcione democraticamente. Muito pelo contrário, necessariamente as pessoas são fundamentais para que isso ocorra. Se o grau de organização das pessoas fosse maior, mesmo que não se tivesse a reformulação do Regimento na escola, ela poderia funcionar mais democraticamente, uma força maior, uma articulação maior das forças dentro da escola. Nós sabemos que não é uma coisa que determina a outra, mas o que era papel da Secretaria, fazia parte das atribuições da Secretaria, era necessário uma reformulação.

"O que concretamente foi feito para que isso se

realizasse? Acho que para acontecer uma gestão mais democrática na escola é necessário que a própria escola passe por um processo de discussão, de pensar a si mesma, os diretores, especialistas, junto com pais, alunos. Para qualquer coisa destas acontecer, necessariamente tem que haver uma vivência de discussão. Senão fica na vontade. O trabalho da Divisão, por exemplo, poderia colaborar nesse processo. O que tentávamos fazer era desen adear um processo de discussão dentro da escola. Neste sentido acho que tivemos êxito, atritado nos vários níveis de relacionamento, mas as discussões aconteciam.

"Se pensamos na APM e no que ela poderia ser em termos de órgão que representasse pais e professores efetivamente dentro da escola, nesse particular ela tem no mínimo uma interface ou uma sobreposição com o Conselho. Ele também é uma instituição que poderia abrigar uma força deste tipo na escola. Tratarei deste assunto priorizando estes dois fatores. Primeiro como sendo órgão de representatividade e, segundo, a verba da APM, arrecadando dinheiro na escola e, efetivamente, suprimdo deficiências do Estado, para atender as necessidades da escola. E pra acabar com a função arrecadadora da APM na escola, ter no Regimento: 'APM não arrecada mais dinheiro dentro da escola, a escola não vai mais arrecadar através da APM e o Estado vai suprir as necessidades', isso é ser um pouco ingênuo. Se efetivamente o Estado não dá conta, você estará necessariamente gerando a crise. Esta questão é grave, dá margem a manipulações grandes, porque quem arrecada mais tem mais privilégios na escola.

"Sabemos os montantes de arrecadação em várias escolas, são no mínimo espantosos e sabemos que o uso desta verba nem sempre foi para as prioridades da escola e que a forma de fazer essa

arrecadação livre e espontânea é algo de duvidoso. Eu já ouvi mãe dizer que dava dinheiro para a APM senão o filho não ia comer merenda. E também já ouvi mãe dizer que a escola não estava mais arrecadando dinheiro de APM e que ela fazia questão que arrecadasse: 'o que custa dar mil cruzeiros por mês para a escola?'. Não era só junto à escola que teria problemas quanto à arrecadação. Junto à população também, porque ela já sabe que o Estado não dá conta.

"No PROJETO FIM-DE-SEMANA, em algumas escolas se montavam barraquinhas e o dinheiro ia para a APM. Não queríamos que isso acontecesse. Uma pessoa que tinha muita representatividade no bairro disse que se não tivesse arrecadação no PROJETO FIM-DE-SEMANA ela não participava mais. Porque tem um pragmatismo das pessoas que estão envolvidas. É um pouco demais pensarmos que na cabeça das pessoas que estão participando nessas coisas está uma escola melhor, uma escola mais democrática, um relacionamento melhor entre pais e professores, não é isso. Eles querem resolver o dia-a-dia: 'o papel higiênico, se faltar, nós compramos'. A população se sente mais forte se ela souber que foi ela que levantou o dinheiro para comprar o papel higiênico. Acho que também tem isso, não podemos fazer raciocínios lineares, a coisa é muito complexa.

"Minha opinião pessoal quanto à pressa da aprovação do Regimento vem justamente do conhecimento de que, por mais que se tenha tentado trazer pessoas de vários segmentos da rede e entidades de classe, é que as pessoas não são efetivamente representativas desse conjunto. É que por mais que se tivesse uma preocupação de ser representativo, ou de se tentar contemplar determinados grupos ou pontos de vista naquela discussão, aquela não era uma proposta consensual. Ela não teria uma aprovação maciça

da rede. Ao mesmo tempo, como se faz? Em nome da representatividade você elabora o Regimento mais reacionário do que o que tinha? Acho que não. Acho que aprovar um regimento que era estruturalmente mais democrático é melhor. Agora, daí fazemos opções. Acho que uma discussão mais rápida do Regimento com conteúdo mais democrático, eu fico com essa opção também. Se não é a forma melhor disso acontecer, é um projeto que abre espaço para o meu projeto, abre espaço para outro trabalho.

VI. OBRAS ESTUDADAS

Durante este semestre fizemos duas leituras importantes, que discutimos em seminários do NESE-Núcleo de Estudos de Sociologia da Educação, da Faculdade de Educação da USP.

Malta Campos, Maria Machado - Escola e participação popular: a luta por educação elementar em dois bairros de São Paulo. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

O projeto de pesquisa inicialmente elaborado por Malta Campos, no segundo semestre de 1977, fazia parte de um programa de investigações do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

Pretendendo estudar exploratoriamente o problema da exclusão da escola, da perspectiva das famílias, o plano previa um "survey" em uma área de São Paulo e, numa segunda etapa, estudos qualitativos com um pequeno número de famílias. Mas, com a divulgação dos dados do I Censo Escolar da Prefeitura de São Paulo, no início de 1978, o projeto foi reformulado. A autora constatava que a maioria das crianças excluídas da escola de 1º grau chegam a manter com ela alguma convivência e o processo de exclusão não poderia mais ser considerado como algo que se passa fora da escola, mas como resultado de uma interação com a instituição escolar, tanto das crianças como de suas famílias.

Uma noção mais precisa da identidade da população que

mais sofre os efeitos da seletividade escolar foi encontrada. Sendo tal população formada pelas camadas populares mais empobrecidas da periferia da Cidade, a autora inclinou-se à consideração da exclusão da escola como parte do conjunto de carências, discriminações e exploração a que as camadas populares estão sujeitas no contexto urbano.

Preocupada em apreender os aspectos dinâmicos do processo de exclusão, modificou a metodologia inicialmente proposta. Realizou estudo de caso em dois bairros da Zona Sul de São Paulo (Pirajussara e Guarapiranga) empregando, então, metodologia participante, o que a permitiu desvendar a história da luta pelo acesso à escola, realizada através de sucessivas mobilizações da população, aspecto esse relativamente pouco conhecido do problema da exclusão da escola.

Reconstituindo essa história de luta, encontrou uma tentativa organizada de participar na gestão da escola, através da Associação de Pais e Mestres. Na análise desses episódios, ocorridos inclusive durante a pesquisa, emergiu nitidamente o caráter de conflito aberto da interação mantida entre a escola e a população, tornando a história da luta pela escola o eixo principal do trabalho.

Na exploração das origens das tentativas de conquista da escola por parte das camadas populares, tentando estabelecer ligações com a questão mais ampla da participação popular nas diversas esferas da sociedade, Malta verificou que na literatura sobre a realidade educacional brasileira são raros os trabalhos que registram a presença das camadas populares e que, na maioria das vezes, a escola pública não é considerada uma agência de

"educação popular", atrelada que estaria aos interesses do Estado capitalista, de modo irremediável.

A própria história dos movimentos populares contrariaria essa posição, acumulando mobilizações, reivindicações e lutas que, no entanto, são pouco registradas nas obras sobre a evolução do sistema escolar.

Retomando os principais momentos da história da expansão do ensino básico, considerou o papel nele desempenhado pela pressão popular. Situou também os estudos de caso no contexto mais geral dos movimentos sociais urbanos, destacando elementos destes que apontam suas possibilidades em relação às lutas por escola.

Os obstáculos que a escola coloca para o acesso à instrução numa sociedade de classes são relacionados com a questão da participação popular. É feita a descrição das condições predominantes na expansão da rede escolar da Cidade, marcada pela sua distribuição desigual, caracterizando-se a região de Campo Limpo, onde foi feito o estudo empírico, de modo a evidenciar que as deficiências do atendimento escolar não se desligam do conjunto de carências de infraestrutura urbana e serviços coletivos.

A análise de Campos verifica inclusive o papel desempenhado pela população organizada na obtenção, manutenção e funcionamento das escolas públicas locais, reconstituindo detalhadamente a versão popular dessa história, obtida a partir de entrevistas com lideranças dos bairros.

Talvez os aspectos mais interessantes do trabalho de Campos sejam os da participação ativa de grupos de moradoras no

levantamento dos dados, quando dos estudos de caso, onde se pode observar a transformação da representação que fazem dos problemas relativos à exclusão escolar, ao assumir uma dimensão coletiva, com o concurso do conhecimento que elaboravam.

Campos, Rogério Cunha de - A luta dos trabalhadores pela escola. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Nesse trabalho de Rogério Campos temos abundantes exemplos de mobilizações populares pela conquista de escolas na região industrial de Belo Horizonte e Contagem. Identificando o período final do "milagre econômico" o surgimento de condições favoráveis a movimentos mais significativos dos trabalhadores, estuda as relações concretas que se estabeleciam entre as demandas específicas por educação e as demais reivindicações locais, assim como as relações entre os movimentos originados por essas reivindicações e os movimentos mais amplos da classe trabalhadora.

De uma abordagem das tendências gerais do processo econômico, com suas características a partir dos anos 50 e as contradições por ele geradas nas áreas metropolitanas das grandes cidades brasileiras, Rogério passa ao estudo mais específico desse processo na região industrial de Belo Horizonte e Contagem, chamando a atenção para a urbanização e a organização das Associações Comunitárias.

Tratando das lutas específicas no âmbito da educação popular, sistematiza as principais demandas, baseando-se em

registros de um periódico voltado para as lutas populares, JORNAL DOS BAIRROS, onde constam denúncias e reivindicações dos moradores da região.

O JORNAL começou a circular na região industrial em setembro de 1976 e foi utilizado como fonte de consulta sobre as condições de vida coletiva dos trabalhadores e suas lutas.

Um estudo de caso da luta por extensão de série no bairro operário do Cardoso, em Belo Horizonte, foi realizado com base em anotações pessoais, posto que o autor, morador de bairro vizinho e professor de 1º grau em escola pública da área, participou de todo o processo de reivindicação.

Nas relações que estabelece entre a luta por escola e as demais lutas locais, chega a verificar que aquela é alçada à condição de um dos problemas principais, tornando-se móvel do processo de organização dos moradores, não só do Cardoso, como de uma série de outros bairros. Verificou também que o Estado é reconhecido, na maioria dos casos, como interlocutor das demandas, resultando a progressiva politização e identificação do Estado com interesses antagônicos aos dos trabalhadores a partir dos conflitos entre os movimentos e as diversas agências estatais.

O estudo daquelas lutas revelou que não existe divisão estanque entre lutar "primeiro por escola" e futuramente por "melhor escola", porque o acesso à escola coloca imediatamente a questão da permanência, da necessidade imperiosa das melhorias, não bastando a escola no bairro para que o acesso e a permanência sejam garantidos. Com os dados levantados, afirma o autor que "os movimentos por escola aproximam-se dos demais movimentos dos

trabalhadores e enfrentam os mesmos impasses, que não terão solução teórica, mas prática: autonomia ou tutela? Reivindicações ao Estado ou solução das carências com recursos próprios?".

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos em 1985 com a investigação de aspectos exteriores à escola, procurando captar traços da representação popular diante dela, mais especificamente quanto à qualidade do ensino público. O conteúdo dessa representação foi alcançado por via indireta, uma vez que nos acercávamos do tema com a mediação das atividades em que pessoas das comunidades locais, muitas vezes lideranças de certo prestígio entre seus pares, estavam envolvidas.

Os depoimentos colhidos junto a populares e os elementos retirados dos relatos dos técnicos que atuavam no PROJETO FIM-DE-SEMANA nos mostram que a versão popular do conceito de participação, na perspectiva de democratização da escola, que foi sendo reconstituída, pode ser considerada com as seguintes características:

- Embora, via de regra, não se penetre em questões propriamente pedagógicas, de sala de aula, onde a interação educando/educador se dá, de maneira positiva ou não, para a assimilação e crítica dos conhecimentos escolares pelas camadas populares, podemos afirmar que é generalizada a insatisfação com a atitude da escola frente à população a quem deve prestar seus serviços.

- Essa insatisfação se nota exatamente pela hostilidade que a população vê os profissionais da escola manifestarem, sobretudo os diretores escolares, em relação à presença de pessoas da comunidade no interior das unidades e ao uso que possam fazer de seus equipamentos e instalações.

- Também é generalizada a insatisfação com as condições materiais das unidades escolares, que influenciam negativamente as atividades pedagógicas e tornam desconfortável a presença dos alunos nas dependências das escolas.

- Essa insatisfação é acompanhada de ativa participação da comunidade em todas as atividades que tornem possível melhorar as condições materiais das escolas (mutirões, consertos, reformas), assim como intensificar o convívio entre os moradores da área servida pela escola, sempre visto com muita importância, mas só eventualmente considerado também como componente de uma boa qualidade educativa para as crianças.

-Muito heterogênea é a compreensão da escola como bem público, na maioria dos casos, a participação é entendida como ajuda ou apoio e não como o exercício de um direito de influenciar no direcionamento dado ao uso dos equipamentos e à prestação dos serviços escolares. São isolados os casos em que há a consciência de que tal influência somente é exercida mediante uma interação conflitiva com as autoridades escolares, que envolva a mobilização da comunidade.

O trabalho que procuramos apresentar neste relatório constituiu-se também em uma investigação de aspectos exteriores à escola, mas desta vez foi a tentativa de visualizar a orientação que os responsáveis pelo oferecimento dos serviços educacionais públicos imprimem à participação daqueles que devem ser atendidos por esses serviços. Já havíamos partido de uma proposta que franqueava à população a participação livre nas escolas, em atividades definidas de acordo com seus interesses, circunscrita é verdade aos fins-de-semana (justamente quando a instituição escolar

deixa de ser o local de práticas pedagógicas, tornando-se apenas um conjunto de equipamentos e instalações), mas cuja perspectiva geral (ainda que remota) era a de contar com a presença popular na escola, visando à melhoria da qualidade do ensino.

Providenciamos, então, uma busca das propostas do Estado nessa área, com a finalidade de compreender as possibilidades e limites de projetos de origem estatal e, nesse sentido, tentamos recompor os traços da história das iniciativas oficiais.

Verificamos que a sempre débil e insuficiente atuação do Estado na promoção da universalização das oportunidades educacionais, ao lado de profundas desigualdades sociais e da reconhecida situação de pobreza, motivaram o incentivo à participação da população na escola. Inicialmente como forma de assistência aos alunos mais pobres, de modo a fornecer condições para o aproveitamento das rarefeitas oportunidades de escolarização oferecidas, apelando à solidariedade humana e, obviamente, aos bolsos particulares. Posteriormente, a participação foi expediente utilizado para a manutenção de prédios, instalações e até funcionários das escolas públicas, sem o que seu funcionamento seria impossível.

Procurou-se desde logo institucionalizar a participação na escola, formulando-se normas estatutárias e definindo competências de controle e supervisão para os administradores escolares, cumpridores zelosos da ordem e do respeito à hierarquia funcional, embora eventualmente cometessem excessos na promoção da "participação" e das contribuições financeiras. Órgãos centrais e burocráticos, acima das unidades escolares, foram criados e desenvolvidos, emanando orientações e normas, sempre indignados com

um virtual "desinteresse" de pais de baixa renda e "baixo nível cultural" pela educação de seus filhos.

Finalmente, o discurso participacionista dos governos estadual e municipal que sucederam as gestões articuladas ao regime autoritário, não conseguiu fazer-se acompanhar de ações eficazes que se desvencilhassem dos vícios das administrações passadas, manifestados tanto nos altos postos do aparato estatal como em cada unidade escolar, menos elegantemente nestas últimas.

A reunião dos dados, empreendida ao longo de nossa prática de pesquisa, compôs um panorama, ainda incompleto e impressionista, ensejando uma investigação empírica da interação entre as camadas populares e a escola pública, nas relações que têm lugar no interior dessa instituição (reuniões de APM, Conselho de Escola, reuniões de pais com professores...), demandando necessariamente um esforço analítico, que possa sustentar assertivas mais categóricas sobre os assuntos até aqui abordados. Acreditamos, todavia, que os estudos de Mestrado, que iniciaremos em 1987, possam fornecer o instrumental que ora nos falta para percorrer esse caminho.

VIII. NOTAS

1. Marília Sposito fala da relação entre populismo e movimentos sociais, no quadro de um Estado formado após a Revolução de 30, em constante crise e necessitado do apoio dos setores populares para o exercício do poder. Cita Francisco Weffort: "... o poder conquistado pelos revolucionários nos quadros de um compromisso, só encontraria condições de persistência na medida em que se tornasse receptivo às aspirações populares, na medida em que as pessoas que o exercessem fossem capazes de conseguir uma liberdade relativa frente aos grupos dominantes e de ampliar a esfera de compromisso...". Sposito, Marília P. - O povo vai à escola, Edições Loyola, São Paulo, 1984.
2. Cunha, Luiz Antonio - Educação e Desenvolvimento Social no Brasil, Livraria Francisco Alves Editora S.A., RJ, 1980, 5ª Ed.
3. Sposito, Marília P. , op. cit. pp. 33
4. Autores como Mascaro, Carlos Correa e Fischmann, Roseli fazem referência em seus trabalhos a essa morosidade.
5. Beisiegel, Celso de Rui - Ação política e expansão da rede escolar. SP, CRPE, 1964, Pesquisa e Planejamento/8.
6. Fischmann, Roseli, op. cit. pp. 161
7. Sposito, Marília P., op. cit. pp. 219.
8. Vigevani, Tullo - PESQUISA INSTITUCIONAL Secretaria de Serviços e Obras (SSO), Departamento de Edificações (EDIF), Coord. Geral

9. Idem, grifo nosso.
10. Sposito, Marília P., op. cit. pp. 40.
11. Revista ESCOLA MUNICIPAL, dez. 1976, ano IX, nº 16 e dez. 1981, ano XIV, nº 18.
12. Fischmann, Roseli - Estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo (um estudo de fatores condicionantes), dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982, pp. 169.
13. Cunha, Luiz Antonio - Roda Viva, in O GOLPE NA EDUCAÇÃO, Jorge Zahar Editor, RJ, 1985, pp. 51 e 52.
14. Vigevani, Tullo - op. cit. pp. 30.
15. Idem.
16. Lei nº 5.607, de 06.06.59
17. Lei nº 7.037, de 13.06.67
18. Somente em 1969 (Portaria nº 34, de 24.06.69) acrescentam-se dois cargos na diretoria da Caixa Auxiliar de Assistência, a serem ocupados por membros da comunidade, "considerando a conveniência de proporcionar maior participação na vida das unidades educativo-recreativas, despertando-lhes maior interesse

pelo bom funcionamento das mesmas".

19. Cunha, Luiz Antonio, - op. cit. pp. 239.
20. Idem, pp. 240.
21. Campanhole, Adriano e Campanhole, Hilton L. - Todas as Constituições do Brasil, Editora Atlas S.A. SP, julho de 1971, 1º Ed. pp. 139.
22. Resolução SE nº 15, de 23 de setembro de 1972 (DO 29.09.72).
23. Resolução SE nº 16, de 12 de outubro de 1972 (DO 13.10.72).
24. Cunha, Luiz Antonio - op. cit. pp. 52.
25. Singer, Paul -
26. Kucinski, Bernardo - Abertura, a história de uma crise, Editora Brasil Debates Ltda. SP, 1982, pp. 15.
27. Capistrano Filho, David e Citadini, Antonio R. - São Paulo: PMDB no poder, CERIFA-OBORÉ, SP, 1982, pp. 14.
28. Kowarick, Lúcio - Os caminhos do encontro: as lutas sociais em São Paulo na década de 70, in Revista Presença nº 2, Ed. Caetés, SP, 1984, pp. 69.

29. Portaria nº 12/74, de 23 de janeiro de 1974.
30. Provavelmente refere-se ao 1º Congresso Estadual de Associações de Pais e Mestres, ocorrido de maio a setembro de 1980.
31. Leonel Júlio era do MDB , posteriormente foi cassado por corrupção, com base no AI-5, devido ao uso controvertido das verbas de representação da Assembléia Legislativa, no episódio denominado pela imprensa como o "escândalo das calcinhas". A aplicação do AI-5 nessa ocasião foi localizada e visou desprestigiar a oposição.
32. Jardim, Arnaldo Calil - Acreditar no povo, in SÃO PAULO INTERIOR SP, nov/1985, nº 11
33. Adequar à realidade, in SÃO PAULO INTERIOR, SP, set/1985, nº 9
34. Entrevista concedida por José Serra, Secretário de Economia e Planejamento, SÃO PAULO INTERIOR, jun/1985, nº 6/7
35. Idem.
36. Boletim Informativo - PMSP/SMA, abr/mai/jun - 1985
37. idem.
38. Idem.
39. Idem, grifo nosso.
40. Idem.

41. Idem.
42. Idem.
43. Idem.
44. PAULICÉIA EDUCAÇÃO, PMSP/SME, nº 2, out/1983
45. Idem.
46. Idem.
47. Idem.
48. Publicação da SME distribuída nas escolas e demais órgãos.
49. Idem.
50. PAULICÉIA EDUCAÇÃO, nº3
51. Idem.
52. Idem. Lazer na escola: preparando o terreno.
53. Instituições Auxiliares regulamentadas pelo Regimento Comum.
54. 1º Relatório/1985, pp. 30.
55. PAULICÉIA EDUCAÇÃO, jul/1985
56. Idem.

57. Idem, nº 10 nov/1985, pp. 13-14

58. Idem, abr/1984, pp 30.

59. Idem, nº 10 nov/1985, pp. 26-27

60. Idem.

61. Idem.

62. Idem, pp. 30

63. Manual da CONESP/1984.

65. PROPOSTA DE REGIMENTO ESCOLAR PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE 1º e 2º GRAUS, MODALIDADES REGULAR, SUPLETIVO, EDUCAÇÃO INFANTIL E DEFICIENTES AUDITIVOS, PMSP/SME, jul/1985.

66. Idem, pp. 22.

67. SOBREA NOVA PROPOSTA DE REGIMENTO COMUM DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, Setor de Instituições Auxiliares, PMSP/SME, set/1985.